

CHARLES-OLIVIER CARBONELL

HISTORIOGRAFIA

teorema



Wook

HISTORIOGRAFIA

Em contraste com a extraordinária riqueza e diversidade de manifestações da História, enquanto disciplina científica ao longo das últimas décadas, não abundam as obras que se ocupam da evolução da historiografia através dos tempos.

Ora, foi precisamente com o objectivo de analisar tal evolução que Charles-Olivier Carbonell escreveu este livro. Professor da Universidade Paul-Valéry, de Montpellier, é também presidente da Comissão de Historiografia do Comité Internacional das Ciências Históricas.

CHARLES-OLIVIER CARBONELL

HISTORIOGRAFIA

Tradução de: *Pedro Jordão*

Karina Amigini


teorema

© Presses Universitaires de France, 1981
Título original: *L'Historiographie*
Edição original: Presses Universitaires de France, Paris, 1981
Tradução: Pedro Jordão
Capa: Editorial Teorema
Composição e paginação: Editipo, Lda.
Montagem e impressão: Tipografia Lousanense, Lda.
ISBN: 972-695-172-0
Depósito legal n.º 56506/92

Todos os direitos desta edição reservados por
Editorial Teorema, Lda.
Rua Padre Luís Aparício, 9 - 1.º F
Telefone: 52 99 88 — Fax: 352 14 88
1100 Lisboa

PREFÁCIO

Este pequeno livro chega bastante tarde, mas também demasiado cedo. Bastante tarde porque preenche uma lacuna dificilmente concebível: não existe em França nenhuma obra consagrada à história, de Heródoto aos nossos dias. Os esforços de Henri- Irénée Marrou e Pierre Chaunu contribuíram no entanto para vencer a indiferença, por vezes desdenhosa, ostentada pelos historiadores franceses a respeito da sua própria disciplina. O autor destas linhas, que foi, de certo modo, aluno deles, tem consciência da sua dívida insolúvel.

Tal como se apresenta, este estudo pode, todavia, parecer prematuro. Apesar do seu número e qualidade, os trabalhos estrangeiros são, neste domínio, muitas vezes pouco satisfatórios. Escritos de um ponto de vista literário, acham-se imbuídos de esteticismo; escritos de um ponto de vista filosófico, teorizam sobre as teorias; escritos, enfim, de um ponto de vista histórico, são excessivamente elitistas e, na sua maioria, consagram-se ao progresso do conhecimento histórico, ao desenvolvimento da ciência do passado, ao seu florescimento.

É evidente que convém dizer qual é o nosso ponto de vista: é o de um historiador de hoje, mais curioso das representações colectivas — por mais pequenas que sejam as comunidades que veiculam essas representações — do que das obras-primas e dos génios. O objectivo desta curta síntese é expor de um ponto de vista histórico — isto é, situando-a constantemente no seu contexto — a diversidade dos modos de representação do passado no espaço e no tempo. Assim, falar-se-á mais de Heródoto do que de Platão, de Suetónio do que de Cícero, de Mabillon do que de Rousseau, de Mommsen do que de Dilthey, de Lucien Febvre do que de Raymond Aron...

O que é a historiografia? Nada mais que a história do discurso — um discurso escrito e que se afirma verdadeiro — que os homens têm sustentado sobre o seu passado. É que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas desaparecidas, inclusive sobre a nossa — supondo que ela ainda existe e que a semiamnésia de que parece ferida não é reveladora da morte. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projecta para trás de si a sua própria imagem.

A história de Clio é a nossa. Possa este ensaio persuadir aqueles que o leram de que a dignidade da história — «ciência humana» — não está no seu estatuto científico nem no seu objecto humano, mas sim na natureza felizmente demasiado humana do historiador.

CAPÍTULO I

Pré-História, a memória antes da escrita

Foram muito numerosas, e numerosas são ainda, as sociedades sem historiografia. Mas não se conhece nenhuma, por mais rudes que sejam a sua linguagem, a sua organização, a as suas técnicas e os seus modos de pensar, que não possuam um conhecimento do seu passado. Nenhum grupo é amnésico. Para qualquer grupo, recordar-se é existir; perder a memória é desaparecer. Não ultrapassou o homem a animalidade quando, com o auxílio das palavras, conseguiu acrescentar a uma memória instintiva, programada mesquinamente para a ilusória eternidade da espécie, a memória cultura, única capaz de exorcizar a morte e fundar a hereditariedade dos saberes?

Sem escrita, porém, a memória continua a ser pobre, confusa e frágil:

— Pobre porque depende unicamente das capacidades do cérebro e, qual depósito sagrado, está confiada a um grupo restrito; quimbandas da África ocidental, *biru* do Ruanda, *haérè-po* da Polinésia... Pobre, principalmente porque há pouco a conservar nas sociedades cristalizadas, muitas vezes isoladas, em que as técnicas estagnam e os géneros de vida se perpetuam. O tempo cíclico do eterno retorno das estações e o tempo imutável de um mundo em equilíbrio decretam o vazio da história. O pró-

prio acidente dificilmente tem lugar numa duração amorfa que flui, talvez, mas como um rio sem correntes, sem redemoinhos, sem frágas.

— Confusa porque a memória veicula o que está fora do tempo. Ela não diz a evolução do grupo, mas as suas origens. Não ensina o que foi vivido, mas a fábula; não revela uma direcção, mas uma mensagem ontológica: De onde vem o homem? O que é morrer? Que laços se podem urdir com Deus? No essencial, a memória mobiliza-se para a transmissão impecável dos mitos fundadores. Nos *Immémoriaux*, Victor Segalen descreveu espantosamente o objecto dessas rememorações:

«Naquela noite, Teril o Recitante caminhava ao longo das paredes invioláveis. A hora era propícia a repetir sem tréguas, a fim de não se omitir uma só palavra, os belos falares originais que encerram a eclosão dos mundos, o nascimento das estrelas, as fainas dos vivos, o bramido e os monstruosos labores dos deuses. E é tarefa dos noctívagos, dos *haérè-po* de memória longa, revelarem de altar em altar, de sacrificador a discípulo, as histórias primevas que não devem morrer.»

Quando a organização social se complica e passa da família ou do clã para o Estado monárquico hierarquizado, acrescenta-se uma memória política à memória mítica, como uma ponte que liga o rei vivo aos antepassados fabulosos. É então que nasce o tempo da história, um tempo em que surge a sucessão de acontecimentos. Aquando da morte do rei dos Mossi, diz Ki-Zerbo na sua *Histoire de l'Afrique Noire*, «o chefe dos quimbandas, *ben naba*, de olhos semicerrados num prodigioso esforço de memorização, que lhe cobre a

fronte de suor, enumera pomposamente o dos monarcas da dinastia com as suas divisas, os seus "nomes de guerra" e as suas façanhas».

— Frágil é a memória histórica, sem dúvida ainda mais do que a mítica. As vicissitudes políticas comandam por vezes prudentes amnésias — primeira forma do revisionismo histórico! — ou acrobáticas fusões de listas. A falha pode também ser involuntária. Tomam-se certamente precauções para preservar a pureza das tradições: as recitações são públicas e solenes, os depositários podem formar uma espécie de colégio (quatro *biru* em Ruanda, o conjunto dos príncipes no reino dos Mossi, por exemplo). Apesar disso, o fio pode quebrar-se e a litania salmodiada interromper-se, acidente de que Segalen soube captar o lado trágico:

«Eis que de repente o recitante se pôs a balbuciar... Parou e, redobrando de atenção, recomeçou a narrativa de experiência. Enumeravam-se as séries prodigiosas de antepassados de que descendiam os chefes, os Arii, divinos pela raça e pela estatura:

«Dormiu o chefe Tavi do maraè Taütira com a mulher Taürua, e depois com a mulher Tuitéri:

«Daquelas nasceu Térütahia i Marama.

«Dormiu Térütahia i Marama com a mulher Tétuaü:

«Deles nasceu...

«O silêncio pesou com uma pequena angústia. Que pressagiava o esquecimento do nome? É mau sinal quando as palavras se recusam aos homens que os deuses designaram para serem guardiães das palavras! Térüi teve medo...»

A memória gasta-se. Por isso, quando se trata de acontecimentos humanos, a profundidade do olhar raramente atinge três séculos. É o caso das tradições merina escolhidas por volta de 1870 pelo P.^e Callet. Mas quando Ibn Batuta, «o viajante do Islão», visita em 1352 as grandes cidades do Mali, não consegue aprender lá nada que seja anterior ao ano de 1150 da nossa era. Quanto aos Fang do Gabão, se algumas das suas genealogias têm a riqueza de uma dezena de gerações, é porque chegam até Deus!

Também quando Heródoto interroga os Lídios, estes enumeram-lhe a cadeia contínua dos vinte e dois reis, filhos e descendentes de Hérculos, de quem Candaules foi o último herdeiro no final do século VIII, ou seja, dois séculos e meio antes da pesquisa. No berço de Clio, tempo mítico e tempo histórico misturam-se nos caminhos incertos em que os deuses se cruzam com os homens. Para a história oral, chegou no entanto o momento de fazer história escrita, historiografia. No século em que os Helenos adquirem o uso da escrita, nascem os Jogos Olímpicos e, com eles, a medição exacta e regular da duração. A partir de então, Cronos vai arbitrar o combate de Mythos com Logos.

CAPÍTULO II

Nascimento de Clio

É na segunda metade do século V a. C., no pequeno mundo egeu onde tinha desabrochado a arte dos poetas trágicos e despertava a especulação dos filósofos, que nasce a história. Heródoto (aprox. 485-425), de quem se repete à porfia, desde Cícero, que é o «pai da história», foi contemporâneo de Eurípides e de Sócrates. Erigia-se o Pártenon enquanto ele redigia as suas *Inquirições*. Contudo, se à primeira vista a poesia, a escultura e o pensamento gregos se aproximam da perfeição, o mesmo não acontece com a história, género híbrido.

Hérodoto: histórias e história

Historiador pela intenção, Heródoto é-o seguramente, e disso advertiu os seus leitores: quero, diz ele, «impedir que caiam no esquecimento as grandes façanhas realizadas pelos Gregos e os Bárbaros» durante as Guerras Médicas (490-479). E para tanto empreendeu o relato do que se passou no império persa e nas cidades gregas desde o início do reinado de Ciro, em 549 a. C.

Mas a obra ultrapassa singularmente o projecto anunciado; a sua génese, na verdade, não é precisamente a que seria de esperar de um estudo puramente histórico. A vida de Heródoto explica a estrutura profundamente original desta obra-prima inclassificável.

Grande viajante, consagra longas explanações a localizar os rios e os povos exóticos, a descrever os costumes estranhos. Expulso da cidade natal, Halicarnasso, por motivos políticos, este grego da Ásia visitou a Mesopotâmia e o Egipto, foi até ao país dos Citas, deteve-se em Atenas e em Delfos, antes de se instalar em Thouriori, colónia fundada por Péricles na Itália do Sul. Muitas coisas viu, e muitas ouviu; muitas coisas reteve graças às notas que não cessava de tomar. A *opsis* — observação — e o *aco* — o ouvir dizer — são as fontes essenciais, mas não únicas, das suas *Inquirições*. Daí o conteúdo muitas vezes mais geográfico ou etnográfico do que histórico da sua obra. Quando nos leva, ao sabor de uma fantasia que ricocheteia no tempo, até aos confins do mundo helénico, Heródoto deixa de ter em vista o passado que pretende estudar; o seu olhar é o do jornalista interessado em dar testemunho do seu tempo, ou então o do mitógrafo que se afunda nas brumas opacas da lenda. Não é que ele acredite simploriamente nos relatos maravilhosos onde os homens se encontram com os deuses e os prodígios povoam a história. Mas ele procura relatá-los por si mesmos: não constituem esses relatos a parte mais atraente das histórias? E a história não é também, por essência, histórias? As *Inquirições* não eram, aliás, de modo nenhum, destinadas a uma leitura pessoal, silenciosa, duma assentada; eram uma compilação de leituras que podiam ser feitas em voz alta, em público, dia após dia, pedaço a pedaço. Não se enganaram os velhos tradutores que a intitularam *Histórias*. Assim, desde a infância, Clio é a musa de dois rostos, a que inspira tanto os investigadores como os nar-

radores. Podemos, à luz da actual ciência histórica, disputar a Heródoto o seu título de historiador; não lhe podemos negar o de ser o antepassado inesgotável onde todos procuram o segredo esquecido da história primitiva.

Tucídides: a história como ciência

Com a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides (aprox. 460-395), nascem simultaneamente o método e a inteligência do historiador: a crítica das fontes e a procura racional do encadeamento causal. O espaço e o tempo em que se move o espírito de Tucídides são mais estreitos do que aqueles em que vagabundeava a curiosidade de um Heródoto; mas são cuidadosamente circunscritos, exactamente medidos. A publicação por volta de 425, por Hellanicos de Mitilene (aprox. 479-395), polígrafo fecundo de quem não conhecemos nenhuma obra, duma *Cronologia das sacerdotisas de Argos* estabelecida em referência aos jogos espartanos, permite a Tucídides calcorrear o passado como quem mede um campo, verter a incerta duração do molde naturalmente ritmado do tempo cósmico. Este passado não era apenas o passado próximo da guerra do Peloponeso (431-404), de que ele foi sucessivamente actor e mais tarde espectador — estratega ateniense vencido na Trácia (424) e condenado ao exílio até ao restabelecimento da paz; são os antecedentes do conflito, as suas origens, cujo estudo confere uma dimensão realmente histórica ao que poderia não ter passado de uma simples crónica.

A estrutura temporal da *Guerra do Peloponeso* aparenta uma certa desordem cronológica, bastante diferente, é certo, dos caprichosos ricochetes no espaço-tempo que fazem o encanto das *Inquirições*. Aqui é só a inteligência que ordena.

Tucídides começa por evocar... o futuro: esta guerra terá terríveis consequências; depois, brutalmente, mergulha no mais longínquo passado traçando a evolução da Grécia, da Pré-História até ao final do século VI; novo salto no tempo com o estudo das crises de 435-432; novo retrocesso: formação do império ateniense de 479 a 435; mais um salto, e principia enfim o relato da guerra que Tucídides leva, ano após ano, até 408. Um plano destes explica-se pela preocupação dominante do autor, que é a pesquisa das causas: causas imediatas (crises de 435-432), causas profundas (imperialismo ateniense), causas longínquas (perspectiva na longa duração de um conflito que aparece desde logo como a consequência inelutável duma evolução multissecular). Tal é a explicação histórica: ousadamente regressiva, remontando cada vez mais às fontes, como a torrente obstinada apertada nos flancos da montanha.

Uma montanha abandonada pelos deuses, já que a história, como é concebida por Tucídides, é humana, nada mais que humana. Ela anuncia, a vinte e três séculos de distância, a tarefa positiva dos historiadores alemães que afundaram a ciência histórica como nós a entendemos hoje em dia. Quanto ao seu método, possui, como a sua inteligência, uma singular modernidade. Perfeitamente seguro no que se refere à guerra propriamente dita, recorre à *inquirição*, como Heródoto, embora se esforce mais do que este por perceber as contradições entre os testemunhos e as resolver. Mas no que diz respeito aos séculos volvidos — o que na época se chamava arqueologia —, é um inovador genial. Usando o método analógico, descreve a Grécia arcaica através dos aspectos que ainda no século V possuem as cidades menos evoluídas; rejeitando as fábulas poéticas, serve-se no entanto da linguagem de Homero como de um documento, para estabelecer a ausência de um sentimento nacional helénico na altura da guerra de Tróia; observando os mais antigos

monumentos arqueológicos, traça a partir deles uma história da expansão urbana. Nem um só facto é avançado que não se apoie numa prova ou em várias.

É certo que a *Guerra do Peloponeso* abunda em discursos fabricados. Mas, como nota o autor, se são fictícios na letra, não o são quanto ao seu espírito. Se são autênticos, possuem aquela verdade histórica que nunca passa duma reconstrução daquilo que já não é. «Mais do que um trecho de aparato, é um tesouro imperecível que encontraremos aqui.» Este grito de orgulho de Tucídides revela bem a consciência nítida que ele possuía de ter constituído a história, após as *Inquirições*, como ciência humana. De repente, o que não passava de relatos atravancados de lendas converte-se no discurso impecável do *chronos* e do *logos* claramente entretecidos. Mutaçāo miraculosa? Seria uma injustiça para com Tucídides evitar, pelo recurso ao «milagre grego», a explicação do nascimento de uma ciência do passado humano no crepúsculo do século V.

O milagre explicado

A musa histórica é grega. Porquê? Alguns explicaram o seu nascimento em termos políticos. Uns evocam o aparecimento, sobre as ruínas da realeza e da família tradicional, de novas formas de poder que buscam a sua necessária legitimação na elaboração duma história edificante — no sentido primário do termo. Outros vêem no exercício, mesmo imperfeito, da democracia a condição suficiente duma tomada de consciência pelo homem tornado cidadão, de que ele é o agente do seu próprio devir e, em consequência, que o conhecimento do passado lhe pode dizer, não só o que ele é mas também o que deve fazer.

Aquilo que sabemos das vidas e obras de Heródoto e Tucídides não nos inclina muito a dar crédito a este género de explicação. Homens desenraizados das suas cidades, o viajante e o exilado teriam encontrado dificuldades em servir um regime qualquer ou em sentir-se — eles, vencidos — senhores dos seus destinos. A notável objectividade de que dão provas em relação a cada um dos adversários em confronto nas guerras que relatam acaba de desmentir a fórmula demasiado bela de F. Châtelet: «O homem fez-se historiador porque se tornou cidadão».

Poderia sustentar-se, ao invés, que a curiosidade e a inteligência retrospectivas de um e outro desabrocharam porque eles tinham ambos ultrapassado o particularismo da cidade, o egoísmo do cidadão, e que se sentiam membros duma comunidade sem corpo político, a Hélade, ameaçada do exterior (Guerras Médicas) e, depois, do interior (Guerra do Peloponeso). Foi por se interrogar sobre os costumes exóticos dos Bárbaros, e em primeiro lugar sobre os dos Persas, que tinham submergido a sua Cária natal, que Heródoto se debruçou sobre o passado; foi por ter percebido a analogia entre as cidades arcaicas e as cidades evoluídas embarcadas num mesmo conflito fratricida e suicida que Tucídides pôde reconstruir as fases duma história comum percorrida a velocidades diferentes.

O espaço oferece as imagens de um tempo desigualmente desenrolado, por menor que seja a consciência daquele que o percorre de ser «o civilizado», transcrevendo em termos de *antes e depois* o que é encarado respectivamente como inferior e superior. Um drama abala a civilização — agressão de um vizinho temível ou afrontamento mortal duma guerra intestina —, e aquele que viajou no espaço-tempo descreve e explica aquilo que é por aquilo que foi.

Sem dúvida a tendência do espírito grego para o antropomorfismo favoreceu a emergência da história. Quando os poetas, e

depois os escultores, humanizaram os deuses, a mitologia reduziu-se a um repositório de histórias cuja dramatização era, e de que maneira, familiar aos Gregos; o momento, um passado indeterminado; e os heróis, personagens mais próximas do super-homem do que do Olímpico. A fronteira entre a lenda e o real, o religioso e o profano, esfumou-se; multiplicaram-se as genealogias, graças às quais famílias e cidades se enraizaram no lendário. Coisa impossível em outras civilizações em que os deuses souberam guardar as suas distâncias, construiu-se uma espécie de história imprecisa, lançada como uma ponte entre o presente dos homens e o passado dos deuses. Que o homem se torne a medida de todas as coisas, e as histórias converter-se-ão em história.

Diversidade de um género menor (séculos II-IV)

A excepção de Xenofonte e de Políbio, conhecemos mal os historiadores gregos que, até ao momento em que a Grécia se torna romana, asseguram a perenidade do género criado por Heródoto. A maior parte das suas obras desapareceu; o que chegou até nós encontra-se esparso, sob a forma de citações, nos historiadores compiladores dos séculos seguintes⁽¹⁾. Podemos, aliás, dar-nos conta de que a história faz bem pobre figura numa altura em que a filosofia, a poesia e a maior parte das ciências brilham com um esplendor sem igual. Na Alexandria dos Ptolomeus, nem um só historiador de renome ao lado dos Euclides, Arquimedes, Aristarco, Calímaco, Teócrito...

⁽¹⁾ Encontramo-las reunidas em *Die Fragmente der griechischen Historiker*, de F. Jacoby.

Obcecados pelos seus predecessores, alguns historiadores do século IV pretenderam ser seus continuadores, mas não passaram de pálidos e loquazes imitadores. É o caso de Xenofonte (aprox. 426-355), cujas *Helénicas* pretendem prosseguir a história de Tucídides até 362; é também o caso de Teopompo (aprox. 378-315), que, depois de ter condensado as *Inquirições* de Heródoto, compôs, sob o mesmo título de *Helénicas*, uma outra continuação da *Guerra do Peloponeso*.

A aventura oriental continua a ser a fonte de inspiração dos cronistas. Xenofonte relata a *Anábase* dos Dez Mil, esse prodigioso repatriamento, das portas da Babilónia para as de Bizâncio, de um corpo de mercenários gregos colocados sob o seu comando. Um sobrinho de Aristóteles, Calístenes (aprox. 370-327), acompanhou Alexandre nas suas campanhas e foi encarregado pelo conquistador macedónio de escrever um relato da expedição, a que deu os títulos de *Helénica* e *Pérsica*. Trata-se de testemunhos a que se chama «históricos» por arcaísmo ou impropriedade de linguagem. Incontestavelmente históricas, pelo contrário, são as obras, que parecem terem-se multiplicado, que têm por objecto o passado duma região do vasto mundo helenizado. Primeiro em Atenas, onde, à imitação de Helanikos, o primeiro dos «atidógrafos», Kleidemos, Androtion e Phanademos escrevem cada um uma *Atthis* — *História da Ática*; em seguida na Sicília, onde Antíoco de Siracusa, Philistros e Timeu se interessam pela história da sua ilha ou pela da Grande Grécia; nos reinos helenísticos, por fim, onde, na articulação dos séculos IV e III, o caldeu Beroso compõe em grego as suas *Babyloniaca* e um sacerdote de Heliópolis, Manéton, uma história do Egipto — aquele Egipto de que o primeiro rei macedónio, Ptolomeu I, redigiu, coligindo as suas memórias, uma *História de Alexandre*. A helenização do mundo oriental implicou assim a expansão do campo da história. Seria isso, no entanto, um progresso?

De facto, desde o início do século III, uma tripla tentação desvia Clío da via traçada por Tucídides.

Tentação retórica: sob a influência de Isócrates e, depois, dos Sofistas, a história tende a confundir-se com a arte oratória; por um lado, porque os discursos e trechos de pendor literário ocupam nela um lugar crescente; por outro lado, porque o conhecimento do passado não serve à inteligência do presente mas à argumentação cultural do orador. As obras históricas mais apreciadas são as que contêm o maior número de lugares comuns.

Tentação política: a história comprometida sucede à história científica de que a *Guerra do Peloponeso* continua a ser o modelo inimitado. Os atidógrafos fornecem, em provas contraditórias, os clãs que se enfrentam na Ágora; Xenofonte idealiza o jovem Ciro na sua *Ciropédia*; Teopompo exalta Filipe na sua *História Filípica*; Calístenes canta o génio de Alexandre...

Tentação ética: a história torna-se uma colectânea de máximas deduzidas de retratos ou de anedotas. Já se está longe das lições de ciência política e militar que Tucídides julgava dar para todo o sempre. Doravante, as únicas lições de história são lições de moral quotidiana. A história volta a ser o que Heródoto tinha feito dela: histórias.

Compreende-se melhor a atitude desdenhosa de Aristóteles que, num texto da *Poética* (trata-se, na verdade, da tragédia), opõe a poesia à história: «A poesia é mais filosófica e dum género mais nobre do que a história, porque a poesia eleva-se até ao geral, ao passo que a história não passa da ciência do particular.» E, para que o emprego do termo «ciência» não deixe ilusões quanto à natureza da história, especifica: «O geral é que este ou aquele tipo de homem fará ou dirá isto ou aquilo segundo toda a verosimilhança ou com toda a necessidade. O particular é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu.»

Impor-se-á, por consequência, comparando a *Guerra do Peloponeso* com as obras que lhe sucederam, falar de um declínio da história a partir do século IV? Responder positivamente à pergunta seria esquecer que a história é um género complexo que pode regredir num plano e progredir noutro. Há dois historiadores que ilustram esta dupla evolução contraditória: Éforo e Políbio.

Discípulo de Isócrates, autor de uma compilação de *Factos maravilhosos*, Éforo de Cime (363-300) é daqueles historiadores para quem a preocupação do belo e do bem dito prevalece sobre a do verdadeiro e do bem compreendido. Todavia, a ele devemos a primeira «história universal» — trinta livros de *Histórias*, que iam da conquista do Peloponeso pelos Dórios até 340.

Políbio (208?-122?) estuda a expansão romana de 221 a 146 num quadro alargado às dimensões «mundiais» da conquista. Ele próprio fala das suas pretensões apodícticas (mostrar o encadeamento das causas) e pragmáticas (dar as regras de acção política e militar). Como Tucídides, faz da história uma ciência objectiva, baseada em fontes criticadas. Mas, moralista, embeleza o seu texto com juízos de valor, distribui o elogio e a censura; homem comprometido — admira Roma, onde viveu muito tempo —, limita as suas curiosidades à história contemporânea, cujas testemunhas pode interrogar. A sua *História* é a última obra da inteligência historiográfica grega e a primeira da historiografia romana que se compraz em narrar tanto as conquistas como as virtudes.

CAPÍTULO III

A história em Roma

Terá havido uma escrita romana da história? A questão pode parecer incongruente: a literatura latina não se orgulha de ter dado a Clío alguns dos seus mais zelosos servidores? Não foi a historiografia romana, contudo, ao longo de toda a sua evolução, devedora da Grécia, quer pelos modelos que lá foi buscar, quer por ter chamado romanos a autênticos historiadores gregos, quer por, enfim, no termo da sua história do Ocidente, o discurso imperial sobre o passado se ter refugiado no Oriente helenizado? Por outro lado, não sobreviveu a latinidade, durante um milénio, ao afundamento de Roma, e não é a historiografia medieval, de certo modo, romana ao mesmo tempo que latina? Não poderá aplicar-se à história da história a famosa teoria da *translatio imperii* (*ad Francos, ad Teutonicos...*), graças à qual as grandes dinastias medievais se ligam sem hiato aos Césares Augustos?

O começo grego

Todos estão de acordo em reconhecer que em Roma o nascimento da história foi tardio, que a influência grega foi decisi-

va e que, na sua expressão latina, derivou progressivamente da poesia épica.

Os vestígios mais antigos de uma historiografia romana, raras e breves citações ou confusas alusões em obras posteriores, remontam apenas ao fim da segunda guerra púnica. É por volta de 200 a. C. que Fabius Pictor e depois Cincius Alimentus dão a Roma os seus primeiros *Anais*; designam-se assim determinadas narrativas que se desenrolam num quadro amplo mas rigorosamente cronológico. Nascimento tardio, se considerarmos que Roma afirma, justamente nestas duas obras, que tem um passado de cinco séculos e meio. Tal atraso explica-se por uma série de factores convergentes:

— carácter durante muito tempo secreto dos únicos arquivos oficiais, os *Comentários dos Pontífices* (*Commentarii pontifici*), em que os padres misturavam aos processos verbais das suas deliberações as informações augurais (eclipses, inundações, aparecimento de monstros...) que lhes permitiam estabelecer o calendário dos dias fastos e dos dias nefastos;

— a pobreza dos ensinamentos que, a partir de 300 a. C., só os pontífices consentiram em afixar à porta da sua residência, a *Regia*, num painel de madeira coberto de greda, o *album*: nomes dos cônsules, preço do trigo e presságios;

— um sentimento familiar persistente que, por um lado, retardou a emergência de um patriotismo capaz de inspirar uma história nacional, e, por outro, fornece aos futuros historiadores fontes contestáveis — as inscrições encomiásticas gravadas ao lado das *imagines* dos grandes antepassados — e modelos perigosos: os elogios fúnebres em que o desejo da bela retórica rivaliza com a preocupação de edificação moral;

— a mediocridade da vida cultural numa sociedade mais guerreira do que especulativa, e a atracção, por um momento

paralisante, da civilização helénica, que fez ter em pouco apreço a língua latina, justamente por aqueles que a falavam.

Assim, é em grego que se exprimem F. Pictor e C. Alimentus. Foi a historiadores da Grande Grécia (Philistos, Timeu de Tauromenion) e da Grécia Continental (Éforo, Teopompo) que Roma ficou a dever a sua entrada na historiografia; foi nas suas obras que tiveram de beber os primeiros analistas romanos; foi a eles, a Callias, sem dúvida, que se ficou a dever a invenção das origens troianas de Roma. Deste modo, a filiação historiográfica acompanhou a filiação mítica.

Este mito só podia inspirar os poetas. Encontrou a sua mais antiga expressão latina nas epopeias de Névio (?-212 a. C.) e de Énio (239-169 a. C.), cujas obras, respectivamente *Bellum Punicum* e os *Annales*, glorificavam a gesta romana *ab Urbe condita* («desde a fundação da Cidade»). Foi Catão, o Antigo (234-149 a. C.), que, no ocaso da vida, nos deu a primeira história escrita em latim e em prosa — as *Origines*, título impróprio sob o qual se agrupam sete livros, de que apenas os três primeiros se interessam pelos tempos mais antigos.

Tal foi a génese da historiografia romana. Era pelo menos a interpretação comumente admitida até ao momento em que George Dumézil propôs uma outra, tão contestada como sedutora. A acreditar no célebre mitólogo, em Roma «a epopeia não precedeu a história», mas sucedeu-lhe. Desde o século IV, na altura em que a Cidade se converte na maior potência da Itália, o corpo sacerdotal ter-lhe-ia dado um passado oficial. Os sacerdotes, com o auxílio de mitos que pertenciam ao património indo-europeu e de cantos épicos autóctones, teriam elaborado um relato contínuo, plausível e de aparência erudita, em que os acontecimentos estavam cuidadosamente situados no tempo e no espaço, os reinados medidos, os deuses excluídos, e o mara-

vilhoso assimilado ao verosímil. Esta obra artificial e humanista, ter-se-ia enraizado numa consciência nacional, para cujo nascimento contribuiu, que teria, mais tarde, inspirado Névio e Énio...⁽¹⁾.

A divergência das interpretações provém da diferença de métodos. Os historiadores da literatura latina trabalham sobre fontes incontestáveis mas fragmentárias e fazem uma progressão prudente, positiva; o pai da «nova mitologia comparada» reconstitui um passado sem vestígios textuais a partir de esquemas e princípios considerados como factos. Temos, de um lado, botânicos da historiografia, e, do outro, um paleontólogo; entre ambos, o debate mantém-se aberto.

História e historiadores

Durante dois séculos, a história foi cultivada por alguns dos maiores escritores romanos: Salústio, César, Tito Lívio, Tácito, Suetónio... Daí a impressão, comum entre aqueles que se alimentaram de latinidade, de que esta era profundamente historiográfica, de que Roma não só fez História mas também escreveu. São latinos, no entanto, os primeiros a pôr-nos de sobreaviso: Cícero e Quintiliano utilizaram tantas palavras para designar e classificar as obras que nós qualificamos de históricas — *antiquitas, rerum gestarum monumenta, commentarii, historiae, vitae, annales, epitome*.. — que nos é permitido interrogarmo-nos sobre a própria existência de um género histórico em Roma.

⁽¹⁾ A abordagem mais precisa encontra-se em G. Dumézil, *Mythe et Épopée*, Paris, 1968, págs. 268 a 283.

Na época ciceroniana emerge, em ruptura com a corrente analítica e a arqueologia, uma história monográfica e contemporânea. César (101-44) escreveu *Comentários* — *C. Iulii Caesaris commentarii rerum gestarum* — onde a posteridade distinguiu uma crónica militar — *militae* —, o *De bello gallico*, e uma crónica civil — *domi* —, o *De bello civili*. Entende-se por *commentarius* uma exposição precisa de factos vividos de que se pretende guardar memória. Concisão dos retratos, raridade dos discursos, muitas vezes narrados em estilo indirecto, tecnicismo da linguagem: o memorialista não passa de um *narrator* que despreza os ornamentos retóricos.

Salústio (87-35), contemporâneo e devedor de César, é, ele mesmo, um *exornator*, um escritor. Tal como o seu protector, interessa-se por acontecimentos próximos e assuntos limitados, a *Guerra de Jugurta* e a *Conjuração de Catilina*. Mas o que ele pretende acima de tudo é que não caia no esquecimento o seu nome, não tanto os acontecimentos que relata. Aspira à glória literária e não lhe interessa a política. Compõe assim as suas *Historiae* (título de outra obra sua, quase totalmente desaparecida), em que o esforço estilístico conta tanto, senão mais, do que o esforço de autenticidade. Com Salústio, os seus discursos eloquentes, as suas descrições pitorescas, os seus retratos cinzelados, a história entra na literatura.

Com as biografias, torna-se um ramo da moral. O *De viris illustribus*, de Cornélio Nepos (100?-25?) e a *Vida de Agrícola*, que Tácito publica em 98 da nossa era, visam apenas a edificação do leitor através dos *exempla*. Tal como os elogios fúnebres — *laudationes* — de que derivaram, as *Vitae* quase não se preocupam com a exactidão dos factos relatados. Acontece até que estes moralistas, que nós baptizamos de historiadores porque as suas ilustrações se inspiram no passado, desordenam a cronologia, como Valério Máximo, cujos *Factorum dictorumque memo-*

rabiliun libri IX, compostos no reinado de Tibério, formam uma espécie de enciclopédia dos vícios e das virtudes; e igualmente Plutarco (46?-120), cujas *Vidas Paralelas*, escritas em grego, fazem alternar regularmente, em pares análogos, a biografia de um herói grego e a de um herói romano.

Todavia, as *Vidas dos Doze Césares*, de Suetónio (75?-150?), constituem, apesar de pertencerem incontestavelmente ao género biográfico, uma obra amoralista, sem dúvida a única obra amoralista da historiografia romana. Nunca o autor manifesta a intenção de extrair lições, éticas ou filosóficas, dos acontecimentos e comportamentos que relata, com tanta minúcia na composição como desprendimento no tom. É certo que a obra é excepcional, até pelo seu método. Suetónio utiliza de maneira crítica fontes primárias: inscrições, arquivos imperiais, *Acta Senatus*, *Acta diurna* — jornal de Roma —, recolhas de prodígios, documentos genealógicos privados, panfletos... Mas não é a ele que devemos perguntar como se escreve a história de Roma. É aos grandes analistas que foram Tito Lívio (64?-12?) e Tácito (55?-130?), aos *Ab Urbe condita libri* do primeiro, cujos 142 livros abarcavam a história romana de 752 a 9 a. C., aos *Annales* e às *Histórias* do segundo, que lhe dão sequência desde o reinado de Tibério até ao de Vespasiano.

História, ética e política

Cícero, que apesar de o desejar não teve tempo de ser historiador, di-lo (*De oratore*, *De legibus*) e Quintiliano repete-o: a história é um género literário, um ramo da eloquência. O historiador deve agradar, cativar e comover os seus leitores e ouvintes — eram frequentes as leituras públicas. A história usa,

por conseguinte, um método. Não é de modo algum um método crítico: quando se trata de distinguir o verdadeiro do falso, os Antigos confiam na probidade do historiador; trata-se de um método retórico. Pintar quadros e episódios comoventes e pitorescos, assegurar a continuidade da narrativa — o que autoriza a invenção —, multiplicar os belos discursos — o que obriga a recompor os originais —, condensar para melhor dramatizar — o que exige certas liberdades com a cronologia —, assegurar o crescendo ou decrescendo rítmico dos períodos e das frases — eis algumas das regras, das receitas a que voluntariamente se submetem Tito Lívio, Tácito e os seus continuadores. A elas obedecerá ainda, no final do século IV, Ammien Marcellin (330-390?), cujos *Rerum Gestarum Libri* prolonga as *Histórias* de Tácito.

Dado que a língua evolui e os gostos mudam, é periodicamente necessário relatar o que já foi escrito mas se acha rapidamente ferido de arcaísmo. Sendo uma escrita, a história é também, por conseguinte, uma reescrita, sobretudo quando é analítica. Tito Lívio plagia Vallerius Antias, Licinius Marcer, Aelius Tubero; Tácito faz o mesmo com Valerius Paterculus, Aufidius Bassus, Plínio, o Antigo. Um e outro justapõem as suas citações ou fundem-nos, dando-lhes uma expressão nova. As suas fontes divergem? Limitam-se a constatar-lo passivamente sem procurar saber qual é a mais valiosa. Só quando estudam o passado recente é que, à falta de precedentes, recorrem aos documentos em primeira mão.

Opus oratorium maxime, a obra histórica é também a de um moralista. Os biógrafos não são os únicos a fazer-se eco de Cícero, de Cícero que, no *Pro Archia*, reclama do moralista modelos de conduta. Tito Lívio canta os *mores antiqui*, as qualidades da velha raça, o heroísmo de Horatius Cocles, a fidelidade conjugal de Lucretius, a prudência de Quintus Fabius Maximus... Tá-

cito garante que «a tarefa principal do analista é não calar as virtudes e patentear a infâmia». Nos historiadores menores, menos hábeis, como Floro, o resumidor de Tito Lívio, e Quinto Cúrcio, autor duma *Vida de Alexandre*, o relato torna-se sermão, e a explicação, sentença. Em todos eles, a análise social reduz-se ao estudo dos costumes. Mas não é certo que eles escrevem por razões morais? Catão o integrista, Salústio o desiludido, Tito Lívio o inquieto, Tácito o indignado, e, bastante mais tarde, Ammien Marcellin, esse soldado revoltado com as intrigas e crueldades da corte, todos deploram a crise moral de que são testemunhas, todos procuram no passado quer a esperança de um sobressalto, quer os elementos de um requisito.

Não é o menor dos paradoxos da historiografia romana: o seu discurso pessimista sobre a decadência dos costumes fundamenta um orgulhoso discurso retrospectivo sobre a grandeza do «primeiro povo da terra» (Tito Lívio), do «povo rei» (Floro). Lúcidos e patriotas, os historiadores romanos escreveram durante seis séculos uma obra colectiva sobre a grandeza e decadência de Roma. À excepção do gaulês Trogo Pompeu, cuja *História Universal* concede aos povos do Oriente lugar destacado, e de Quinto Cúrcio, dotado de um agudo sentido do exotismo, eles foram, por excelência, historiadores da Cidade. Afastam-se dela? É para melhor nos reconduzirem a ela como ao lugar onde tudo começa e acaba. Quer sejam senadores ou oficiais, governadores ou advogados, quer descrevam, na época republicana, a gesta de um povo eleito ou, sob o Império, as gestas de alguns homens mais poderosos do que respeitáveis, não se tornam historiadores do «género humano» (Floro) senão porque este foi conquistado por aquela. Com César, Salústio e Tácito, Clio descobre a Gália, a Numídia e a Germânia no rasto das legiões em marcha. Uma história assim não podia deixar de ser épica, guerreira, fanaticamente chauvinista. E mortal.

O baptismo de Clio

Invasões germânicas e cristianização conjugam os seus efeitos para encerrar o capítulo romano da historiografia. Mas ao passo que os Bárbaros, povos sem memória, destroem uma cultura, os cristãos, levados pela história, vão honrar Clio baptizando-a.

Ao invés das outras grandes religiões, o judeo-cristianismo está no tempo da história. Enquanto o Corão, incriado, reflecte no caos orgânico das suras este desprezo pelo cronológico que o Islão apresenta como a manifestação duma impotência dos homens face à eternidade, enquanto os textos espirituais da Índia consideram a temporalidade como a enfermidade das criaturas, a Escritura judaico-cristã apresenta-se fortemente e constantemente historizada. É certo que a *Bíblia* é bastante mais do que um livro histórico, mas é também um livro histórico: história das origens do mundo e de um povo, história deste povo ao longo duma duração e de um espaço bem medidos. Com a redacção, cerca do século VIII antes da nossa era, dos primeiros livros do *Antigo Testamento*, nasce, destacando-se dos velhos discursos sobre a criação e os antepassados, a historiografia. A esta história santa acrescentam os cristãos a do Homem, Filho de Deus, e depois, muito rapidamente, a duma instituição, a Igreja. Os *Evangelhos* e os *Actos dos Apóstolos* dizem que o cristianismo é uma história e a Encarnação, o Acontecimento. H.- J. Marrou insistiu na precisão cronológica de Lucas quando data o início da pregação de João Baptista:

«No décimo quinto ano do reinado do imperador Tibério, sendo Pôncio Pilatos governador da Judeia, e Herodes tetrarca da Galileia..., sob o grande pontificado de Anás e Caifás...»

Os cristãos manifestam este interesse pela história de quatro maneiras:

— Pela redacção da sua própria história. Eusébio de Cesareia (265?-340) inaugura com uma *História Eclesiástica* um género ainda hoje florescente.

— Pela sincronização das cronologias bíblica e pagã. Desde o princípio do século III, Júlio Africano tenta a correlação. Um século mais tarde, Eusébio, nos seus *Canônes Cronológicos*, que Rufus traduzirá para latim sob o título de *Chronica*, traça uma cronologia universal de Nino, rei dos Assírios, sob cujo reinado faz nascer Abraão, em Pompeia, isto é, de 2123 a 61 a. C.

— Por um aprofundamento do conhecimento do passado, tornado necessário pelas disputas com os filósofos pagãos (Celsos, Porfírio...). Para ripostar aos seus adversários, que tornavam os cristãos responsáveis pelos infortúnios do tempo e em particular pelo saque de Roma pelos Visigodos em 410, o bispo de Hipona, Agostinho, solicita a Orósio que arranje documentação para provar que as catástrofes tinham afectado o mundo muito antes do triunfo do cristianismo. Levado pelo zelo, Orósio, nas suas *Histórias*, cantará a *felicitas dos tempora christiana* e, levado pelo seu entusiasmo, estabelecerá uma cronologia que remonta a Adão — que foi criado 3184 anos antes de Nino subir ao trono.

— Pelo recurso a uma interpretação global da história. Deve-se a Santo Agostinho a invenção da filosofia da história, na ocorrência uma teologia da história. A sua *Cidade de Deus*, escrita nos anos 420, define a história como a realização do plano formado por Deus para a salvação dos homens. É certo que se diz lá que «as duas cidades estão entrelaçadas uma na outra e intimamente mescladas, de tal modo que é impossível separá-

-las, até ao dia em que o juízo as separe». Mas os intérpretes da obra, e Orósio é o primeiro, verão aí a afirmação de um conflito nítido entre o império do bem e o do mal e julgar-se-ão na posse, graças à teologia, do «processo infalível para penetrar a inteligência de todos os acontecimentos». Estranha obscuridade a que se atribui aos tempos vindouros, que são os da iluminação da história pela fé.

CAPÍTULO IV

A historiografia chinesa: a memória cristalizada

Mal conhecida é seguramente a historiografia chinesa tradicional, pelo menos no Ocidente; dificilmente acessível e decifrável, desencoraja pela sua quantidade os mais persistentes. O catálogo dos livros dignos de figurar na Biblioteca Imperial, construída de 1772 a 1781, menciona 3642 obras históricas que compõem 36 300 volumes, e mais 6734 menos dignas de interesse. A produção, na verdade, estende-se ininterruptamente por dois milénios; vinte séculos separam os escritos de Sseu-Ma Ts'ien (—145?—90?), o primeiro dos historiadores autênticos, da última das vinte e quatro histórias dinásticas oficiais. Há no entanto um aspecto que tranquiliza o investigador: nenhum fenómeno de aculturação veio perturbar este longo monólogo historiográfico que muito cedo se fixou nos moldes pouco numerosos dos estereótipos.

Nascimento

A tradição faz de Confúcio (—551?—479?) o pai da história. Atribui-lhe os cinco *Whu King* (*Clássicos*) que constituem a base da cultura chinesa. Entre eles, o *Chu King* (*Livro de Do-*

cumentos), que abrange a Alta Antiguidade dos tempos lendários — de 2357 a 1122 a. C., se reportarmos a cronologia usada ao cômputo cristão — e o *Tch'chuen Ts'ieu* (*Crónica das Primaveras e dos Outonos*), que relata os acontecimentos mais notáveis de que o reino de Lu, pátria de Confúcio, foi teatro de 722 a 481 a. C. Estas obras, que a crítica moderna duvida que sejam, no todo ou em parte, de origem confuciana, testemunham, apesar das suas mutilações e da sua opacidade, as vias seguidas pela historiografia arcaica. Na China, como noutros lados, a história brota da lenda e da crónica.

Nasce dos mitos como relato dos nascimentos maravilhosos de soberanos imaginários, exaltação da idade de ouro original, fábula das grandes invenções e canto de proezas sobre-humanas. Mas, ao contrário do que se passou nos outros berços de Clio, estes tempos lendários são medidos com cuidado e cronologicamente situados. Muito cedo a exigência cronométrica aparece como uma característica do espírito chinês, cuja dimensão histórica manifesta, ao mesmo tempo que lhe revela os limites: o que importa não é o verdadeiro, é o situado, o referenciado, o localizado no espaço-tempo.

Esta história-ficção encontra no século VIII a. C. uma cronologia mais segura e uma crónica mais rigorosa. A história torna-se documental — levemente — e analística — rigorosamente. Paradoxalmente, são os homens encarregados de dizer o futuro, de o ordenar nos seus calendários benéficos, distinguindo-lhe os dias fastos dos nefastos, são os áugures que dão à China a sua primeira memória fiel. Consignando os acontecimentos de que eram testemunhas, fornecem os materiais dos anais em que, ano após ano, letrados desconhecidos combinaram indicações augurais e trechos extraídos das chancelarias reais. Assim foram compilados, do século V ao III, os *Anais* do país de Tsin, os do país de Wei — assim chamados por causa do seu

suporte, *Anais em bambu* — e os do país de Lu, atribuídos a Confúcio.

Poderemos desde logo anunciar, traçando um paralelo com a Hélade, nascimentos gémeos nas extremidades do Velho Mundo? Seria uma honra excessiva para os analistas chineses considerá-los semelhantes aos seus contemporâneos gregos. No dealbar da nossa era, a história é na China um género incerto e inacabado. O *Chu King* é, na verdade, um tratado de moral política que vai buscar os seus *exempla* a uma utopia retrospectiva. Quanto aos *Anais*, esqueletos de notações esparsas, nunca se elevam à inteligência dos factos que relatam.

É preciso esperar pela unificação da China, em 221 a. C., por Che-Huang-ti, o «César chinês», e depois a destruição da ordem feudal pelos imperadores Han (206 a. C.-aprox. 220 d. C.), para que a história se torne um género reconhecido de que Tcheng Mo fará, em meados do século III, uma das quatro categorias maiores da classificação bibliográfica, ao lado dos clássicos, das obras literárias e dos escritos filosóficos.

A história mandarínica

Ao passo que Che-Huang-ti tinha ordenado a destruição dos livros confucianos e perseguido os intelectuais «legalistas», os primeiros Han souberam assegurar os serviços dos letrados. Foi criado o cargo de arquivista da corte; seguiu-se o de historiógrafo. Não tardou a surgir um ofício dos historiógrafos e foram criadas comissões historiográficas para compor bibliografias imperiais e histórias dinásticas. Foi assim que os historiadores entraram no seio da burocracia celeste.

Na China, o historiador nunca deixou de ser um *funcionário do tempo*. Medidor da duração que percorre em todos os senti-

dos, pode, se o imperador o exige, ser ao mesmo tempo, ou consecutivamente, aquele que conhece a sucessão dos eventos passados (cronologista), aquele que consigna o presente (cronista), aquele que interroga o futuro (áugure, astrólogo), aquele que o torna propício (fazedor de calendário) e, por via de consequência, aquele que auxilia na acção política (administrador, conselheiro). Os autores dos primeiros *Che-Ki* (*Memórias históricas*), os verdadeiros pais da história da China, Sseu-Ma T'an e o filho Sseu-Ma Ts'ien, ilustram esta estranha e fluida condição. O primeiro foi Grande Astrólogo da Corte; o segundo, depois de ter sido governador de Se-Chuão, foi encarregado de reformar o calendário, isto é, de restabelecer a harmonia entre o Céu e o Império. Ambos compuseram *Memórias históricas*, que durante vinte séculos foram consideradas como um modelo de historiografia.

Dai o conteúdo heteróclito das histórias oficiais (*Tcheng Che*), onde, ao lado dos velhos anais piedosamente transcritos, das biografias imperiais (*Pen Ki*), das genealogias, das listas de dignitários, das tabelas cronológicas, aparecem notícias (*Tche*) relativas à arte augural, à astronomia, aos presságios, ao cómputo do tempo. «Ciência» do tempo reencontrado e do tempo adivinhado, a história mandarínica é também «ciência» da administração. As histórias oficiais enriquecem-se assim de outras monografias, consagradas às estradas, à hidrografia, às insígnias e uniformes, à justiça, às leis, à música, aos ritos, etc. Semien-ciclopédia, *semivade-mécum* do letrado funcionário, a obra histórica reflecte, pela sua própria diversidade, a extensão dos poderes duma burocracia que detém o monopólio do saber e cuja cultura, por mais aberta que fosse, nem por isso deixa de ser essencialmente passadista.

Mandarínica, a historiografia chinesa é política. Pelas suas curiosidades: a vida e obra dos imperadores, dos grandes minis-

tros, as intrigas da corte, as revoltas e a sua repressão, as expedições militares...; pelo modelo cronológico, no qual se molda e se recorta: pelo traçado da evolução dinástica, segmentado pela sucessão dos reinados; pela sua finalidade, sobretudo. O Departamento dos historiadores tem a seu cargo a memória do Estado. Quotidianamente, recolhe o *Diário da actividade e do repouso do imperador* (*Chi chu chu*) e os relatórios dos ministros. Frequentemente faz a sua síntese. Raramente, mas sempre de maneira cortês, escreve a biografia dum imperador vivo. Periodicamente, compõe vastas histórias dinásticas. A obra que nasce assim duma longa sedimentação toma a forma duma compilação, fruto último duma escrita contínua. Estas histórias dinásticas ou dizem respeito a uma dinastia reinante — e nesse caso as vicissitudes da vida política complicam uma redacção muitas vezes revista e corrigida — ou à mais próxima das dinastias desaparecidas. Neste caso, o papel dos historiadores é o de legitimar a dinastia que servem, recorrendo aos princípios fundamentais do pensamento político chinês, o do Mandato celeste e o da continuidade. Com efeito, para os mandarins, o Mandato do Céu não pode ser dividido nem interrompido: o Céu nunca investe mais do que um único imperador, mas tem de haver sempre um imperador. Assim, os historiadores procuram provar com factos (catástrofes, desastres militares, etc.) que a dinastia precedente tinha perdido o mandato e, baseando-se em datas, que nenhum hiato separa a nova dinastia da anterior.

Espelho de compreensão para governar — eis o título da célebre crónica que Sseu-ma Kuang (1019-1086) consagra à história geral da China, de 403 a. C. a aprox. 959 d. C. —, a história não é «ciência política» senão pelo facto de ser «ciência moral», ou seja, moral confucionista em acção. O historiador utiliza constantemente o *pao-pien* (louvor ou censura); também

o termo *che pi*, que designa o facto de se glorificar a virtude e condenar o vício, significa literalmente «pincel do historiador».

O método e o espírito

A propensão para moralizar não é própria dos historiadores de função. É igualmente comum nos historiadores não oficiais, cujas obras bastante diversificadas (biografias, monografias locais, relatos militares, manuais para estudantes, compilações de anedotas, etc.) seguem o mesmo método.

Na China, o historiador é um compilador que abusa da citação. Sem lhe indicar a proveniência, recopia as suas fontes com amor — escrever é uma alegria para os olhos e para o espírito —, com respeito — «Transmitir» foi a divisa de Confúcio — e com piedade — falar do passado é prestar culto aos antepassados, assegurar a sobrevivência dos mortos. Pode acontecer que um documento de arquivo ou o texto de um historiador antigo seja demasiado longo. Proceda-se então não por condensação, mas por extracção selectiva de citações parciais. De edição em edição, a fonte original converte-se numa série curta de anotações secas, esvaziadas de todo o pitoresco. Se o historiador é o primeiro a relatar determinados eventos recentes, acrescenta uma última camada aos estratos assim utilizados, simples e sobriamente.

Na verdade, o historiador está ausente da sua obra. Impessoal, esta não contém nenhuma discussão racional dos pontos duvidosos. Se o espírito crítico se exerceu, foi de maneira invisível, pela rejeição do que foi considerado falso, pela transcrição do que foi considerado exacto.

Também o cenário é apagado. O relato desenrola-se horizontalmente, sem qualquer cenário. As próprias personagens são

descritas sumariamente. A sua vida particular é ignorada. O que se diz delas fica a meio caminho entre o epitáfio e a referência pública extraída dum *dossier* administrativo.

A explicação causal não é, por conseguinte, nem profunda nem extensa. O antes e o depois, um psychologismo sumário e maniqueu, o Céu, enfim, são os móveis duma história sem coerência. O historiador Wang Fu-chih (1619-1629) denunciou esta história feita duma profusão de factos isolados e pretendeu consignar as suas leis fundamentais. Foi uma excepção tardia.

Se, durante dois mil anos, a historiografia chinesa quase não ultrapassou o nível do discurso cronológico, analítico, foi porque o confucionismo tinha fixado os espíritos numa atitude exageradamente reverente para com as obras antigas, o *Chu King* e os *Che Ki*, por exemplo. Foi também porque os Chineses não tiveram do tempo a mesma representação que os povos mediterrânicos. Ignoraram a cronologia contínua em que, a partir duma data originária, se podem medir as durações nos dois sentidos. Utilizaram uma cronologia compartimentada em pequenos receptáculos cada vez menores: período dinástico, reinado, *nien hao* (quatro anos e meio), ano, estação, etc. Com efeito, os Chineses tiveram do tempo, como do espaço, uma visão concreta e analítica, filha duma escrita rebelde à abstracção. Para o historiador, as consequências duma tal visão são nefastas: dificuldade de localizar claramente no passado e portanto obstinação em fazê-lo, impossibilidade de estabelecer as ligações causais através das divisórias cronométricas, rejeição duma perspectiva linear em proveito de ciclos representativos... Escrever a história não é nem conhecer veridicamente, nem compreender o passado; é pô-lo em ordem.

Assim, a civilização da duração, da tradição, da memória, é, de todas as culturas que alastraram pelo mundo, uma das menos historiográficas.

CAPÍTULO V

Cristandade e história. A lenda dos séculos obscuros

Terá sido a Idade Média aquela «grande noite» durante a qual a actividade do historiador teria, como afirmou Ch.-V. Langlois, «recaído na infância»? Não faltam provas do seu declínio.

Decadência?

A seguir às invasões germânicas, a história, como todas as formas de vida cultural, parece soçobrar. A *Crónica* atribuída a Fredegário, que foi escrita por volta de 660, tem tantos barbarismos e solecismos como palavras. O seu fundo vale a forma, a acreditarmos no juízo de valor formulado a propósito por Adolfo Bartoli: «Credulidade, confusão e ignorância ultrapassam todos os limites; estamos num mundo em que o pensamento desceu tão baixo que nos move a piedade, um mundo onde já não existe o conceito de história.» Cem anos antes, na outra extremidade do mundo cristão, nesse Império do Oriente que, no entanto, escapou à catástrofe, um retórico sírio, João Malala,

tinha composto uma outra história universal, uma *Cronografia*, igualmente medíocre. Abandonando o grego por um idioma popular desregrado, acumulou os factos mais extraordinários numa espécie de enciclopédia do fantástico em que pululam os erros históricos.

Esta regressão não foi, todavia, nem geral nem douradura. Nos dois extremos deste nocturno século VII, ilustrado de modo bárbaro pelo pseudo-Fredegário, sobressaem duas *Crónicas* onde não faltam qualidades, obras de homens de cultura: Isidoro, bispo de Sevilha, e Beda, um monge de Durham. Mais tarde veremos os fundadores de impérios pedir a Clío a legitimidade e o fausto para as suas frágeis construções: Eginhardo (aprox. 775- 844), superintendente na corte de Carlos Magno, escreveu uma *Vita et gesta Caroli Magni*; o poeta Ermold, o Negro, da abadia de Aniane, canta o seu sucessor, Luís, o Piedoso; o monge de Widukind e o bispo Liudprand, na segunda metade do século X, glorificam a dinastia ottoniana. Um neto de Carlos Magno, Nithard, faz-se historiador das lutas que opõem os herdeiros do império carolíngio. Alfredo, o Grande (871- 901), rei de Inglaterra, que traduziu para inglês a *História do Mundo*, de Orósio, deu um impulso decisivo à constituição dos *Anais Reais* (*Anglo-Saxon Chronicle*), onde foram recolhidos todos os textos relativos à história da Grã-Bretanha desde o início da conquista romana. O imperador bizantino Constantino Porfirogeneta (911-959) também não desdenhou, ele próprio, entregar-se a trabalhos históricos: biógrafo de um dos seus predecessores, Basílio, o Macedónio, reuniu numa gigantesca compilação as principais obras dos historiadores gregos e latinos. É verdade que em Bizâncio as condições eram muito mais favoráveis do que no Ocidente: a tradição cultural helenística fazia-se lá sentir de maneira positiva, ao passo que no resto da Europa, até ao século XI, as renascenças não passavam de efé-

meros ressurgimentos, em focos esparsos, duma latinidade degradada.

Vemos portanto que a história não foi um género abandonado durante a primeira Idade Média. Também não foi um género homogéneo, praticado de maneira idêntica. Deve mais a sua unidade aos historiadores que a praticam do que às obras que a constituem.

Clérigos historiadores e histórias religiosas

Até para além do ano mil, a Igreja exerce na cristandade ocidental um quase-monopólio historiográfico. Dão à história um estilo essencialmente religioso pela sua perspectiva teológica, pelo seu objecto eclesiástico e pela sua finalidade ética.

É certo que os clérigos não ignoram uma certa forma de história política e militar, a princípio nacional, a seguir à formação dos reinos germânicos, e dinástica em seguida, quando dos renascimentos imperiais. Entre 550 e 750, Jordanes, bispo de Ravena, Gregório, bispo de Tours, Isidoro, bispo de Sevilha, e dois monges, Beda, de Jarrow, e Paulo Diácono, do Monte Cassino, escrevem respectiva e sucessivamente a história dos Ostrogodos, dos Francos, dos Visigodos, dos Anglo-Saxões e dos Lombardos. Eginhardo — abade do mosteiro de Fontanelle —, Ermold de Aniane, Widukind — monge de Corvey —, e o bispo de Cremona, Liudprand, reintroduzem, nos séculos IX e X, a biografia cortesã. *Gesta regnum, facta regnum, gesta regalia...*, a história política dos reis e imperadores constitui uma parte importante da actividade historiográfica dos clérigos. No entanto, mesmo quando movidos por um sentimento patriótico, como Isidoro e Paulo Diácono, ou por um espírito cortesão, monges e

bispos escrevem como cristãos. Gregório de Tours (539-593) compõe a sua *Historia Francorum* com o intuito principal de fazer a história da sede episcopal de que é titular; a *Historia Anglorum* de Beda, o *Venerável* (673-735), é, na verdade, o relato da evangelização da Grã-Bretanha. Uma e outra são histórias eclesiásticas.

As histórias eclesiásticas constituem a parte essencial da produção histórica dos clérigos. Não se trata, de modo nenhum, de histórias gerais da Igreja — contentam-se com recopiar a de Eusébio, traduzida em latim por Rufino no dealbar do século V, prolongada por Sócrates, Sozomeno e Teodoreto, e harmonizada por Cassiodoro em 570 —, mas de histórias particulares: a duma sede episcopal, a dum mosteiro, a duma comunidade. Duas circunstâncias favorecem a sua eclosão: a existência de *Anais*, por um lado, e os conflitos de interesses despertados pela riqueza da Igreja, por outro. Na sequência de menções breves e desconjuntadas, os *Anais* registavam, ano após ano, os acontecimentos considerados memoráveis pelos seus obscuros redactores. À medida que o tempo passava, essas histórias constituíam uma fonte para os historiadores, que dispunham igualmente de cartas de doação e de privilégio mais ou menos arquivadas. As histórias eclesiásticas são assim, a partir do século X, obras documentadas, tais como a *História da Igreja de Reims*, do cônego Flodoard (894-966), a *História do Mosteiro de Saint-Bertin*, do abade Folcuin (morto em 990), e a *Crónica do Mosteiro de Farfa*, redigida nos anos 1200, na qual o beneditino Gregório de Catina cita mais de 1324 textos oficiais.

Muito diferentes, mas também desconjuntadas, são as cronografias universais, género muito apreciado ao longo de toda a Idade Média. Da *Crónica*, de Isidoro de Sevilha (636) à de Antonino, arcebispo de Florença (1470), não passou um século que não tenha visto surgir, em lugares e sob os nomes mais diver-

sos, estes vastos frescos impressionistas que, na sequência dos de Eusébio e Orósio, traçavam a rota pela qual passou a humanidade desde a Criação, ou, mais raramente, desde o nascimento de Cristo. As de Beda (700), de Régino de Prum (906), de Hermann, o *Curto* — ou o *Contrafeito* —, um monge de abadia de Reichenau, de que *As seis idades do mundo* retomavam explicitamente a divisão agostiniana em seis épocas adoptadas pela maior parte dos cronógrafos, as do beneditino Sigebert de Gembloux (1113), do bispo Otão de Freisingem — que termina com o anúncio do fim dos tempos — contam-se entre as mais lidas e copiadas no Ocidente; as de Cédrenus (1057), de Scylitzes (1079) e de Zonaras (1117), as mais reputadas no Império Bizantino. Todas decorrem dentro da cronologia «sagrada» ab Adam — desde Adão.

Por maior que tenha sido a sua difusão, estas crónicas universais não tiveram de modo nenhum a influência poderosa das *Vidas de santos* e das recolhas de milagres. Quem não conhece a *Lenda Dourada*, na qual o dominicano Jacopo de Varazze (1230-1298) reuniu, refundindo-as, mais de 150 dessas *vidas*? O título da obra, é certo, e o próprio facto de tal literatura ser designada pelo termo, tornado pejorativo entre os historiadores, de hagiografia, podem fazer crer que já não se trata de história. Na realidade, o vigoroso esforço crítico levado a cabo no século XVII pelos bolandistas e prosseguido desde então mostrou como por ampliação, alteração, confusão, invenção, e mesmo por embuste, os hagiógrafos da Idade Média, menos probos do que os seus predecessores africanos dos séculos III e IV, sacrificaram o amor da verdade à preocupação de edificação moral e espiritual. Nem tudo é fábula, porém, longe disso, nesta produção abundante. «Lenda dourada» não significa «conto fantástico» mas, mais prosaicamente, a história que é necessário ler — no refeitório do convento, por exemplo —

no dia da festa do santo, a fim de embelezar a alma dos ouvintes. Género histórico, as *Vitae sanctorum* não são unicamente obras históricas. Pela sua natureza complexa, colocam numa maneira irritante a questão do estatuto da história em civilização cristã.

Uma falsa antinomia

Marc Bloch caracterizou o espírito medieval por uma «vasta indiferença ao tempo»; Philippe Ariès faz-se eco da mesma ideia quando afirma: «O homem da Idade Média jamais considera o passado como morto, e daí a sua dificuldade em fazer dele objecto de conhecimento.» Parece, efectivamente, que existe uma antinomia entre a sensibilidade e a cultura da Idade Média cristã, por um lado, e a prática da história, por outro. A historiografia eclesiástica dá muitas vezes uma impressão de impotência. No seu *scriptorium*, o monge começa por ser um copista que quer transmitir e de modo nenhum inovar; compila, traduz, resume, imita, quando muito prolonga as obras provenientes da Antiguidade. Eginhardo decalca a sua *Vida de Carlos Magno* sobre a de Augusto, tal como Suetónio a escreve sete séculos antes. Para compor uma parte dos seus *Anais*, Lampert, um monge de Hersfeld, plagia Tito Lívio (aprox. 1070). A *Cronica* de Régino de Prum (906) retoma e prolonga a de Isidoro (626), ela própria inspirada na *História do Mundo* de Orósio (417). Podemos classificar de historiográfico um método de criação contínua em que o empréstimo sempre prevalece sobre o contributo pessoal, em que a lenta sedimentação dos *Anais* se acrescenta a compilação? A esta génese linear opõe-se o imbróglgio estrutural das *Vidas de santos* feitas de rapinas e fervores.

A esta passividade... laboriosa, os clérigos historiadores juntam uma espécie de ininteligência sistemática. Sendo a Providência a causa de todas as coisas e manifestando-se muitas vezes por sinais misteriosos, de que serve explicar o que se relata? «Não pretendo esclarecer a vontade divina», reconhece na sua *História Eclesiástica* o monge inglês Orderic Vital, «não quero divulgar as causas ocultas das coisas. A pedido dos meus companheiros, escrevo uma simples história em que narro os factos, ano por ano».

A história, género menor, na melhor das hipóteses não passa dum servo da moral — as *Vidas de santos* são edificantes —, da teologia — as cronografias universais revelam o plano de Deus —, ou das vaidades clericais: as histórias eclesiásticas envelhecem até aos tempos apostólicos as sedes episcopais e fazem dos mosteiros oásis de santidade.

Por isso a história não é ensinada, nem mesmo nas universidades, onde é auxiliar da gramática e da exegese. De resto, não há verdadeiros historiadores na Idade Média, mas sim teólogos, moralistas, filósofos, canonistas, pregadores, que ocasionalmente fazem obra histórica. Singular situação proporcionada à história por uma cultura cristã que consegue extirpar da *Sacra Pagina* — é assim que se designa a teologia — o fundamento do cristianismo: a historicidade.

No entanto, a exclusão não é total. A Igreja cristã não pode negligenciar a sua função cronológica. Todos os anos ela fixa o calendário litúrgico, que a data móvel e crucial da Páscoa obriga a modificar constantemente. As autoridades do Papa enraizavam-se na sequência dos soberanos pontífices, sucessores de S. Pedro: o *Liber pontificalis*, compilação das biografias pontificias, vale como garante da continuidade da instituição; os *Livros episcopais*, igualmente compostos desde a Alta Idade Média, desempenham um papel similar em relação às sedes episcopais.

Resta o que P. Chaunu chama «a prática social quotidiana», o conjunto dos recursos — jurídico, político, diplomático — à história para basear reivindicações e pretensões. É claro que não se trata aqui de historiografia, de escrita da história. Mas esta relação cerrada e permanente com um passado invocado, logo evocado, portanto conhecido, diz bem como na Idade Média funcionava uma memória colectiva informal. Como diz P. Chaunu, «a Idade Média vive demasiado a história para falar dela».

A história secularizada

A partir do século XII, a historiografia ocidental muda de características; seculariza-se duplamente, estando ao mesmo tempo no século e sendo do seu século.

Com as Cruzadas, o espaço dilata-se; ao além sobrenatural dos milagres e dos prodígios sucede o além dos horizontes familiares, subitamente transposto por longínquas expedições militares dignas de ser relatadas. Como no tempo de Heródoto e Xenofonte, Clio surge do Oriente percorrido e combatido. Na época dos cavaleiros, a glória da façanha rivaliza com a de Deus, mesmo que, por algum tempo, a Cruzada as confunda. É ao guerreiro que compete humanizar a história.

Constituem-se Estados sólidos, que administram até a sua própria memória, cuja gestão e fabrico confiam a arquivistas e historiadores servidores do Príncipe.

O latim e os clérigos perdem o seu monopólio; gentil-homens e burgueses compõem em línguas vulgares obras cujo carácter histórico se reconhece modernamente. É que à medida que ela se destaca da teologia e sai dos *scriptoria* monásticos, a história entra na literatura. Por singular paradoxo, é no mo-

mento em que humildemente se rebaixa à condição de crónica do tempo vivido e renuncia, mais ou menos, a uma perspectiva profunda desde o α original, que a história adquire um estatuto definido: distinta da canção de gesta e da poesia épica, torna-se o relato em prosa das acções fulgurantes de que o historiador dá testemunho.

Assim, certos géneros, como os pequenos *Anais*, desaparecem; outros, como as *Histórias eclesiásticas* e as *Vidas de santos*, vão asfixiando. No entanto, as cronologias universais mantêm o seu prestígio; a primeira metade do século XII vê-as multiplicarem-se e expandirem-se (cronografias de Sigebert de Gembloux, Honorius de Autun, Ekkehard d'Aura e Otto de Freisingen), e o século XIII fixa o termo das cronografias de Robert d'Auxerre e de Guillaume de Nangis, que serão prolongadas por continuadores até ao dealbar do século XVII. As mudanças operam-se, na verdade, lentamente. É aos monges de Saint-Denis que os reis de França confiam o encargo de escrever uma história oficial do reino, a *Grande Crónica de França*, cuja primeira redacção em língua francesa data de 1274; é um beneditino, Guibert de Nogent, que escreve em latim a única *História da Primeira Cruzada*; é o bispo de Ptolemais, Jacques de Vitry, que, na sua *Historia Orientalis*, nos deixa a primeira descrição da Terra Santa tornada novamente cristã.

Tinham entretanto surgido uma nova história e novos historiadores. As literaturas nacionais que se constituem entram na idade dos cronistas e das crónicas. A palavra «crónica» designa então dois géneros muito diferentes, quer um do outro, quer um e outro da venerável crónica universal. Ou se trata do relato de acontecimentos contemporâneos em que o autor se viu envolvido, ou duma síntese mais ou menos elaborada de documentos relativos ao passado dos grandes Estados que se criam ou se afirmam.

Militar, a crónica nasce da guerra santa. É mediterrânica. Um senhor champanês, Villehardouin (1150?-1213?), e um pobre cavaleiro picardo, Robert de Clari, fazem o relato da quarta Cruzada e da queda de Constantinopla; o senescal da Champaña, Joinville, compõe em 1309 *O livro das santas palavras e boas acções do nosso santo rei Luís*, de que uma boa parte é dedicada à sétima Cruzada. Uma vintena de anos mais tarde, um aventureiro catalão, Ramon Muntaner, celebra na sua *Crónica* as explorações italianas, gregas, bizantinas e marroquinas de Jaime I de Aragão. A Guerra dos Cem Anos inspira Jean le Bel e Froissart (1328-1400). Ambos pertencem à Igreja, mas trata-se de «novos clérigos» que servem um ou vários grandes senhores e testemunham com tanta ingenuidade como servilismo a vida da corte e as batalhas que devastaram o século.

A crónica torna-se, assim, política. Esta evolução desenhou-se muito cedo na Itália das cidades mercantis. A *Nuova Cronica* do negociante florentino Giovanni Villani (1280?-1348) marca o advento duma historiografia burguesa, social e principalmente política. É certo que a primeira parte da obra é uma cronografia universal *ab Adam*, mas a segunda é consagrada à evolução de Florença entre 1265 e 1348. Em Luca (*Croniche*, de Sercambi), em Florença, prossegue ao longo de todo o século XIV este discurso, dessacralizado, realista e, de certa maneira, nacional, sobre o passado próximo, que anuncia o Humanismo e a Renascença. Análoga pelas suas curiosidades mas diferente pelos seus fins, é a historiografia oficial dos jovens Estados. Os duques de Borgonha sustentam historiadores — «indiciários» — como Georges Chatellain (1404-1475) e Olivier de La Marche (1426-1502), encarregados de relatar os seus grandes feitos. Em França, em Castela, em Portugal, na Inglaterra, as funções dos historiógrafos são mais complexas. Arquivistas, compilam um corpo de documentos relativos à história antiga

do país: Afonso X, que reinou de 1252 a 1284, mandou executar a *Crónica Geral de Espanha* e, em 1334, Afonso IV de Portugal, uma *Crónica Geral*; em Inglaterra e em França, onde as grandes crónicas estavam já reunidas, os historiógrafos do rei deram-lhes uma estrutura mais homogénea por meio duma síntese das diversas notícias que as constituíam.

Com a elaboração destas memórias diversas, a Europa cristã consolida a morte da Cristandade. À idade da fé sucede, em história, a idade da razão — a do sábio e a do Estado. O mesmo acontece no mundo árabe, com a diferença de que ao declínio cultural do Islão não sucedeu uma outra memória, mas uma amnésia.

CAPÍTULO VI

A historiografia árabe

Nestes séculos de fé em que a Cristandade e Umma se enfrentam em nome de uma Revelação diferentemente recebida, a história, quer seja árabe ou persa, latina ou grega, é, antes de mais, religiosa. Dum lado e doutro de um Mediterrâneo esterilizado, o aspecto que ela oferece é o mesmo, embora com expressões por vezes diversas e em constante modificação.

A fé na história

A abordagem do passado, tal como a do presente, faz-se primeiro sob o ângulo da eternidade e com os olhos da fé. Incriado, o Alcorão não tem qualquer necessidade de comentários históricos por parte dos seus exegetas. E dado que o Islão é abandonado, os historiadores árabes confessam publicamente a inutilidade de toda a tentativa de explicação racional. «Louvor a Deus que produz as causas», confessa Ibn At-Tiqtaqa (m. 1301) no começo da sua *História das Dinastias Muçulmanas*, «que decreta os acontecimentos, que regula a série dos tempos, que cria os caracteres nobres, que distribui abundantemente a inteligência e oferece todas as coisas».

A explicação lógica limita-se portanto a considerações psicológicas relativas às virtudes — bravura, piedade, astúcia... — e aos vícios — duplicidade, crueldade, iniquidade... — dos heróis que povoam um discurso essencialmente narrativo.

Religiosa, a historiografia árabe é-o também pelas suas origens. Após a morte do Profeta (632 aprox.) e durante mais de dois séculos, os fiéis mais zelosos — que chamaremos tradicionalistas — empreendem a recolha dos ensinamentos de Maomé, os *hadith*, que procuram compilar de forma útil aos juristas e legisladores. Foi o que fez Bukari (m. 870), que apenas conservou no seu *corpus* tornado canónico, o *Sahib* — o Autêntico —, 7375 dos 600 000 ensinamentos coligidos no decurso dum longo inquérito entre Nishapur e Medina. Triagem severa numa selva exuberante de tradições orais, fundada na única autoridade moral daqueles que os transmitiram e cujos nomes formam a indispensável cadeia introdutória de cada *hadith* autenticado. Assim se forjou nas almas místicas um método crítico.

Na mesma época, parece terem sido inúmeros os autores de biografias do Profeta. A mais antiga *Vida de Maomé* — *Sira* — chegada até nós é a de Ibn Isham (m. 834). O que a torna análoga às obras hagiográficas cristãs que lhe são contemporâneas não é apenas o seu objecto — o relato edificante duma vida excepcional —, nem o seu tom — uma extrema candura no elogio do herói —, é também a sua estrutura. Ibn Isham não se contenta com transmitir os relatos dos seus predecessores sem os comparar, verificar e corrigir em caso de necessidade; ele situa-se precisamente no termo da série ininterrupta dos tradicionalistas, de que os mais antigos são necessariamente testemunhas dos factos relatados.

Assim nasce um método em que a preocupação de autenticidade das fontes e a credulidade preguiçosa combinam os seus efeitos contraditórios. À medida que o tempo ia passando, os

biógrafos de Maomé e os coleccionadores dos seus ditos aparecem como verdadeiros historiadores, curiosos de dar a conhecer um passado cada vez mais afastado; contudo, na sua caminhada, mantêm-se prisioneiros dos limites estreitos que lhes são impostos por uma fé que transforma em argumento de verdade tudo o que é reputado testemunho original.

Mesmo quando se liberta, no século X, do estudo das tradições proféticas, a historiografia árabe permanece, de certo modo, muçulmana. As histórias universais escritas por Dinawari (m. 895), Ya'qubi (m. aprox. 910), Tabari (m. 923) e Ibn Mis-kawaih (m. 1030), vazam-se nos moldes duma cronologia bíblica. Manifestam a unidade das culturas árabe, grega e latina — no termo dum intenso movimento de traduções —, da sua filiação em relação à cultura judaico-cristã, bem como da influência exercida pelos continuadores bizantinos de Orósio. Na sua *Crónica*, Tabari entrelaça com os fios do Livro (Criação, Adão, Noé..., Jesus) os fios das histórias da Pérsia e da Arábia; quando chega a épocas menos afastadas, abandona, como os cronógrafos cristãos, aquele tecido e concentra uma curiosidade mais informada sobre o espaço a que pertence, o *Dar el'islam*, cujo advento e expansão ele estuda.

Trata-se aqui, é certo, de um género particular. Noutros domínios, a história torna-se profana.

A história na época clássica

Do século X ao século XIII, aproximadamente, a historiografia árabe oferece aspectos originais que Maqudi (m. 956) bem definiu.

«A história, escreve ele nos seus *Prados dourados*, transmite as sentenças dos sábios, descreve as suas vir-

tudes e os seus talentos, ensina aos reis os segredos do governo e da guerra. Tudo o que encanta, tudo o que espanta, é recolhido por ela. Cativa o ouvido do sábio e do ignorante. É o ornamento das assembleias... Todos os espíritos lhe concedem o escalão mais alto».

A história ocupa, de facto, o «primeiro escalão», não só pelo número dos que a ela se dedicam — Maçudi, na sua obra, faz referência a oitenta historiadores árabes que o antecederam —, mas também pela sua notoriedade: no seu *Necrológio dos homens ilustres*, todos muçulmanos, Ibn Khallikan (m. 1282) consagra aos historiadores uma centena das 805 notícias que compõem o seu dicionário biográfico.

— A história «relata, encanta, cativa...» É um divertimento que muito deve à arte do narrador, que se compraz em multiplicar as anedotas e os diálogos, e à do escritor, demasiado tentado pela prosa rimada, os jogos de palavras, a acrobacia gráfica e as ênfases ornamentais. Quem diria que *O roborativo de debilidade*, de Imadaddin (m. 1201), e *A esfera do desejo*, de Ibn Said (m. 1274), tratam respectivamente da história dos Seldjúcidas e dos Tulúnidas?

— A história recolhe «tudo o que espanta»: a proeza, o catelismo, o fantástico. A acreditar em Abd al Hakam e Wassif Shah, a história do antigo Egipto explica-se pelo uso dos talismãs...

— A história, enfim, «ensina». Não é que dite leis ao passado mas, dadora de lições, é o melhor preceptor de reis e seus servidores. Daí o alcance didáctico (dicionários) e enciclopédico (compilações) de certas obras reputadas históricas, que são compostas, na maior parte dos casos, para utilização do pessoal das repartições públicas.

Assim, a história oscila entre dois pólos. É que na verdade o seu género continua a ser indefinido; e raros são os historiadores verdadeiramente historiadores. Alguns são viajantes — e os Árabes foram grandes nómadas do conhecimento — que dão testemunho da sua época, não se interessando propriamente pelo passado, como é o caso de Al-Maqqadasi (m. aprox. 1000) e Yaqut (m. 1229); outros ainda são polígrafos, como Ibn Miskawaih, filósofo, médico e alquimista, que escreveu uma história universal intitulada *As Experiências das Nações*, e Ibn Djauzi, também autor de uma história universal, teólogo, astrólogo e médico.

Por mais diversos que sejam os homens e as obras, é possível, mesmo assim, detectar nestas uma dupla unidade, de assunto e estrutura.

Quer tome a forma de monografia urbana, de genealogia, de história tribal ou dinástica, de biografia, a obra interessa-se essencialmente pelos factos militares e políticos. Do *Livro das Conquistas*, de Baladhuri (m. 892), o mais antigo relato profano, até às obras-primas de Ibn Kaldun, não se trata senão de expedições, cercos, batalhas..., rebeliões, conspirações, catástrofes..., execuções, pilhagens, massacres. Relatando a sua própria história, os historiadores árabes não podiam ignorar o *djihad*, o *ghazi*, e a *razzia*. Muito antes dos cronistas cristãos das Cruzadas, descobriram as seduções da história-batalha. Quanto à estrutura da obra, continua a caracterizar-se durante muito tempo pela descontinuidade. Trata-se duma sequência de anotações, anedotas desconjuntadas, introduzidas pelos nomes daqueles que as contaram ou por vagos «conta-se que», «dizem...»:

«Al-Hassan b. 'Ali contou-me que Ahmad b. Sa'id ad-Dimachqi lhe tinha contado, segundo az-Zobair b.

Bakkar, que o soube pelo seu tio paterno, que a causa do massacre dos Omíadas foi a seguinte: tendo resolvido recitar um poema em que se fazia o seu panegírico, Abu-l'Abbas dirigiu-se a um dos Omíadas dizendo-lhe: 'Comparai este elogio com aqueles que vos foram dirigidos. — Ora, ora, respondeu o outro, ninguém, valha-nos Deus, fez a vosso respeito elogio comparável ao que disse de nós o filho de Qaïs ar-Roqqayt. — Tu que bebeste todos esses méritos no leite da tua mãe, respondeu Abu-l'Abbas, julgas possuir ainda o poder califal? Caiamos em cima deles.' Caíram em cima deles e massacraram-nos a todos.»

Assim conta Abu-l-Faraj'Ali b. al-Hosain (nascido em 967) o nascimento do califado abássida, de que oferece duas outras versões. É que a história árabe, a maior parte das vezes, não se preocupa com o colmatar das lacunas nem com a resolução das inevitáveis contradições entre as fontes. Justapõe os episódios sem ligação, numa ordem cronológica rigorosa. Na sua *História dos Sultões Mamelucos do Egipto*, Al-Maqrizi (1365-1442) relata seguidamente os preparativos militares do soberano da Síria, a proibição da venda de vinho no Egipto, a nomeação do patriarca copta, a morte do imperador Frederico de Hohenstaufen, uma fome em Meca, a imposição de novos impostos no Egipto, o incêndio de Alepo, a nomeação duma série de funcionários e a prisão duma série de outros, etc.

Esta estrutura não resulta unicamente duma preguiça de compilador; releva de uma atitude filosófica largamente expandida entre os intelectuais muçulmanos, o atomismo ocasionalista que casava o pensamento de Epicuro com a concepção muçulmana de Deus, Vontade pura e arbitrária. «Segundo este sistema, o mundo, constituído por um conjunto de átomos isola-

dos, não dura nem subsiste senão pela vontade de Deus, único agente; não existem causas segundas, encadeamento causal, nem lei natural, mas unicamente hábitos» (D. Sourdel, *L'Islam*). Mais poeta, Louis Massignon dizia a propósito do tempo, no Islão, que era uma «via láctea de momentos».

Do seio desta corrente histórica surgiu, enquanto se degradava em exercícios de estilo e recolhas de historietas, um historiador de excepção, o tunesiano Ibn Kaldun (1332-1406), cuja obra anuncia mais Bodin e Vico do que lembra os seus antecessores. Na sua *História dos Berberes* usa constantemente de espírito crítico em relação às suas fontes e desenvolve duma assentada um relato de grande riqueza de informação. Mas é sobretudo na primeira parte — *Muqaddimah*, isto é, Prefácio ou Prolegómenos — da sua *História Universal* que ele se eleva, único no seu tempo, até uma autêntica filosofia da história, associando a uma reflexão metodológica de grande modernidade uma explicação global da história dos impérios e reinos árabes.

Sem preocupação de fazer uma história total, afirma:

«Sabe que o verdadeiro objecto da história é informar sobre o estado social do homem, a civilização, costumes, manifestações do espírito de corpo, diferenças de poder e de força entre os homens..., trabalho, riquezas, ciências e artes...»

Ibn Kaldun funda um método para distinguir o verdadeiro do falso. Para tal, enumera todos os tipos de erros e equívocos (por espírito partidário, credulidade, presunção, espírito cortesão, ignorância...) e define o critério de verdade, a saber, o da verosimilhança.

Quatro séculos antes de Montesquieu e Gibbon filosofa sobre as causas da grandeza e decadência dos impérios — neste caso dos impérios e reinos árabes. A raiz da primeira é o espírito de corpo (*asabiyya*) da tribo que se transmite à dinastia; a razão da segunda é a persistência do espírito e do modo de vida beduínos, nómadas, que desenvolvem o anarquismo, o parasitismo, a pilhagem.

Na realidade, Ibn Kaldun não vai além de considerações teóricas. Ele próprio quase não segue as regras que estabeleceu nem submete a sua narrativa à coerência lógica duma explicação geral dos factos. Acompanha a decadência historiográfica do mundo árabe com uma análise lúcida e impotente. O seu diagnóstico ilumina a noite mas não a dissipa. O seu método ignorado será, mais tarde e progressivamente, aquele que a historiografia da Europa renascente virá a utilizar.

CAPÍTULO VII

O tempo e a história dos humanistas (séculos XV e XVI)

Em pleno século XV, três acontecimentos sem ligação aparente anunciam o advento duma historiografia nova. Por volta de 1440, em Estrasburgo, Gutenberg põe a funcionar a imprensa de caracteres móveis; na mesma época, em Roma, Lorenzo Valla demonstra a falsidade do acto conhecido pelo nome de *Doação de Constantino*; em 1453, Bizâncio sucumbe aos assaltos otomanos: acelera-se então a diáspora dos copistas e gramáticos gregos através da Europa. Novas técnicas de difusão, novo método de análise, novas fontes... Nova curiosidade também, dado que a Renascença e a Reforma foram, cada qual à sua maneira, peregrinação às fontes. Clio parece repudiar um milénio de tutela teológica e escolástica para, por sua vez, reencontrar a sua infância pagã e entrar na idade da razão. Tendo em conta, porém, que a Europa, único lugar onde doravante se escreve história, continua cristã — tão cristã que se desmembra em nome da autenticidade da sua fé —, que o retorno à Antiguidade é a marca do tempo, que a época é também a da Utopia, dos monstros, do imaginário repovoado, do sincretismo, da procura ardente do reflexo divino na alma e na obra de arte, seria uma ingenuidade perigosa considerar a historiografia dos humanis-

tas, ainda que bastante diversificada, sob o ângulo exclusivo do progresso. Arcaísmo e conformismo caracterizam muitas vezes uma produção cuja modernidade não se deve exagerar.

História antiga e Nova história

Os homens da Renascença foram «os embalsamadores do cadáver esquisito da Antiguidade perdida e reencontrada, mas reencontrada como definitivamente perdida». A fórmula de Georges Gusdorf é graciosa e ainda por cima verdadeira.

O retorno ao antigo, que subverte o saber e a fé, a expressão artística e a referência cultural, funda uma espécie de «retro-história». Fascinado, o humanista lança um olhar deslumbrado sobre os historiadores gregos e romanos. Ressurgem então obras que se julgavam desaparecidas, como as de Tácito, por exemplo, metidas na abadia de Fulda num manuscrito incompleto, cuja impressão foi ordenada em 1515 pelo papa Leão X. São nessa altura largamente difundidas, graças ao efeito espantosamente multiplicador da imprensa, graças também às traduções em línguas vulgares, as obras históricas da Antiguidade, que haviam permanecido confidenciais a despeito do esforço dos *scriptoria*. Conhece-se o sucesso das *Vidas Paralelas*, de Plutarco, traduzidas em francês por Amyot em 1559, de que Montaigne dirá, vinte anos mais tarde, que são «o breviário das damas». O mesmo Montaigne que, nos *Ensaio*s, confessa: «Plutarco, eis o meu homem», ignora soberbamente tudo o que foi escrito entre os séculos VI e XIV e cita mais vezes — por ordem decrescente de frequência — Tito Lívio, César, Tácito e Xenofonte do que Santo Agostinho e São Jerónimo.

Porque o mundo greco-romano foi, julga-se, o da ordem ideal das coisas, importa conhecê-lo. Do seu conhecimento

decorrem novas maneiras de conceber o tempo, o passado e a historiografia.

— O tempo já não é oriundo de Deus nem destinado a retornar a ele; imanente, indefinido, humaniza-se. Significativamente, o historiador sucede ao teólogo.

— O passado já não é decifrado através do sonho de Daniel e das profecias da Águia de Patmos. Ponto final nas interpretações até então ensinadas: a interpretação moral da irremediável decadência, bem como a interpretação política da *translatio imperii*, graças à qual se assegurava a continuidade entre Império Romano e impérios cristãos. Os pais italianos da nova história substituem-lhes a visão duma queda do Império Romano (*inclinatio imperii*) e duma nova idade de ouro de que são simultaneamente testemunhas e actores. Dividem-se, é certo, para saber o momento em que Roma entrou em decadência — com César, como defende Leonardo Bruni (1369-1444), com o saque da Cidade em 421, como tenta demonstrar Flavio Biondo (1388-1463)? Contudo, o essencial não está aí mas na descoberta de rupturas, de um ritmo sincopado, de uma periodização ternária feita de dia e de noite: Antiguidade, Idade Média (o termo é forjado nas universidades alemãs no início do século XVII) e Tempos Modernos, de que a Renascença assinala a aurora. A paixão pelo latim ciceroniano ilustra esta revolução cultural; o latim vivo da Igreja é marcado com a chancela da infâmia histórica: é «bárbaro», decadente; uma outra língua latina o substitui, a da escrita e não mais a da palavra, língua perfeita porque antiga, porque morta — reencontrada, mas «reencontrada como perdida».

— A consciência histórica afina-se então: consciência da morte e da impossível ressurreição. A renascença historiográfica primeiro, e depois as Grandes Descobertas, cavam no tempo, e logo no espaço, o abismo para além do qual permanece o

Outro. Competirá aos filósofos humanistas lançar para além dele o conceito de natureza humana, único capaz de exorcizar o exotismo.

— A historiografia manifesta a contradição que faz do retorno ao antigo a vida da modernidade. O historiador humanista imita Tucídides ou Plutarco, Tito Lívio ou Suetónio. Como eles, emprega um estilo oratório, elegante e cheio de efeitos. Segue os conselhos retóricos de um Quintiliano, dramatiza, multiplica os discursos fictícios, os pormenores pitorescos e romanescos, os lugares comuns morais ou políticos. Cópia muitas vezes pueril: não podemos deixar de sorrir desse italiano que, chamado à corte de Inglaterra para compor uma *Vida do Rei*, se intitula Tito Lívio, ou desse historiador francês, homem bastante honesto, aliás, J.-A. de Thou, que, para escrever a *História do Seu Tempo* — *Historia mei temporis* —, se recusou a empregar outras palavras que não aquelas que estavam em uso no início da nossa era e acumulou anacronismos e aproximações latinas com tamanha habilidade que se tornou ilegível.

Da erudição à história perfeita

Nem tudo ficou esterilizado por esta devoção pelo passado. A historiografia humanista não se limitou a ser «orquestração do nada», «pueril, longa e desajeitada cópia da Antiguidade» (Philippe Monnier); foi também, em certos aspectos e em certo momento, «um primeiro acto deslumbrante» (George Huppert).

A busca das obras de arte deu origem à Arqueologia. Pesquisou-se na Itália, principalmente em Roma, mas também na Grécia, na França meridional e até na Ásia Menor. É certo que os pesquisadores dão mais importância à caça aos tesouros do que

à exploração desinteressada; a colecção Farnese provém da pilhagem das termas de Caracala (1540-1550). Que importa! Coleccionadores ávidos e estetas apaixonados abrem caminho aos verdadeiros arqueólogos. Em 1471, o papa Sisto IV lega à cidade de Roma as suas colecções de estátuas; assim se constitui, no Capitólio, o primeiro museu de Antiguidades. Cerca de meio século mais tarde, Leão X aprova o projecto que Rafael submete à sua apreciação: organizar o corpo gráfico dos mais antigos tesouros da sua capital. A obra, acabada por Ligorio — *Delle antichità di Roma* (1553) — espalhará pela Europa o conhecimento e o gosto pela arte antiga.

A filosofia — latina, depois grega, depois hebraica — constitui-se em ciência auxiliar da História. O filólogo, no sentido original, é um «amproso do verbo»; mas em breve o esteta se faz historiador da língua — qual é o bom latim? o arcaico? o decadente? — e o historiador, erudito: qual é o manuscrito mais antigo? o menos incorrecto? Nasce assim o método filológico, cujo emprego desliza audaciosamente do texto literário para as Escrituras, por um lado, para os documentos públicos, por outro lado. Assim procede Lorenzo Valla (1407-1457), autor dum tratado sobre a *Elegância da língua latina*, editor de Heródoto, Tucídides, Tito Lívio, redactor de *Anotações ao Novo Testamento* e pai da famosa *Declamatio*, na qual fica demonstrado que Constantino não é o autor do acto em que se faz doação ao papado duma parte do seu império.

Forjam-se então na época os utensílios da erudição e organizam-se os laboratórios da história. A numismática sai da idade estética e mercantil quando Guilherme Budé publica, em 1514, sob o título *De asse — Do asse* — um estudo sobre a moeda romana. A arquivística nasce em 1571 com o tratado que lhe consagra Jakob von Rammingen. O *De emendatione temporum*, de J.-J. Scaliger, fornece, em 1583, o método de estabelecimen-

to das cronologias. Em 1608, o cónego espanhol Chacon, ou Ciacconius, funda a metrologia com o seu *De ponderis, mensuris et nummis Graecorum et Romanorum*. Cinco anos antes tinha aparecido o primeiro *Corpus* epigráfico, que Jean Guter, professor em Heidelberg e conservador da biblioteca palatina, consagra às inscrições latinas do mundo romano. Trata-se de um desses numerosos *Tesouros* — *Tesouros* dos manuscritos, das leis, dos costumes, dos *scriptores* (isto é, dos cronistas), compilados com ardor e competência pelos juristas alemães, graças aos quais uma massa crescente de fontes se torna acessível a um número crescente de historiadores. Paralelamente organizam-se os arquivos de Estado — é em Simancas, Espanha, que se opera a partir de 1567 a primeira centralização dos arquivos — e as bibliotecas públicas multiplicam-se: universitárias, sobre o modelo inglês do século XIV, ou «nacionais» (Biblioteca Vaticana por volta de 1450, Biblioteca Imperial de Viena, em 1526).

Uma história crítica, documental e positiva de algumas obras pioneiras tinha já surgido no *Quattrocento* italiano: a *História do Povo Florentino* (1444), de Bruni, as *Décadas sobre a Decadência do Império Romano*, de Biondo, publicadas de 1439 a 1453, prolongadas pela *História de Florença* (1525), de Maquiavel, e uma obra póstuma de Guichardin, a *História da Itália* (1561). Bruni inaugura uma historiografia política desligada da Teologia, sem Providência nem milagres, interpretada apenas à luz dos móveis humanos e das causas naturais. Biondo, mais erudito, passa ao crivo as fontes relativas à história da «Idade Média», conservando apenas um escasso número e recusando-se, para colmatar as suas lacunas, a empregar os subterfúgios tradicionais: trechos de eloquência e descrições de batalhas; preferindo a compilação à retórica, apaga-se à custa de longas

citações de textos de reconhecida valia de Paulo Diácono, Procópio e Ptolomeu de Luca. Maquiavel renuncia à divisão por anos e reagrupa logicamente os factos em «livros» cuja articulação nada deve ao calendário. Guichardin inova consultando largamente os arquivos públicos das cidades italianas.

Seria no entanto um erro julgar que os progressos do método se acumularam e expandiram muito e depressa. Biondo permaneceu durante muito tempo uma excepção entre os medievalistas; Maquiavel abusou dos belos discursos e pormenores românicos; Guichardin regressa à estrutura analítica. Cinco anos após a morte de Bruni, o arcebispo de Florença, Pierozzi, acaba uma *Crónica Universal* (1459) em que a história continua a ser divinamente motivada e periodizada em seis épocas e quatro monarquias. Retomada por Foresti em 1483, a obra conheceu um grande sucesso na Alemanha, onde o género se perpetuou. *Corsi e ricorsi*: assim vai Clio.

É verdade que aparecem em França, na segunda metade do século XVI, os teóricos da história «perfeita», «completa», dum espantosa modernidade. No seu *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* — *Método para facilitar o conhecimento da história* —, Jean Bodin definiu, em 1566, a história como ciência humana:

— Humana: ela distingue nitidamente a história propriamente dita, *historia integra*, «narração exacta das acções passadas», «estudo dos gestos do homem através das sociedades», da história natural e da história sagrada, cujo propósito é o conhecimento «da acção e das manifestações do Deus soberano» e que, como tal, pertence ao domínio dos teólogos.

— Ciência: Bodin separa as leis da história. Constata o determinismo climático, apercebe-se da deriva sudeste-noroeste

das civilizações circum-mediterrânicas e apela para uma visão realmente universal e já não europocentrista da história.

Mais ousado ainda, Lancelot de la Popelinière afirma na sua *História das Histórias* (1599) que os conhecimentos históricos são relativos e reflectem a cultura na qual são elaborados. Rejeita assim as histórias antigas — de curiosidade acanhada — e os cronistas cristãos — de perspectiva falseada —, para aspirar à constituição duma «história completa» que seria «representação de tudo», história global, e compreensão do todo, filosofia da história. Enquanto Bodin anuncia Montesquieu e Voltaire, La Popelinière anuncia confusamente Hegel e Lucien Febvre. Um e outro ficam-se pelas intenções.

Se descermos das cristas em que se movem, nos dois extremos do Renascimento, os mestres florentinos e os precursores franceses, são bem diferentes os historiadores que encontramos. Humanistas? Talvez. Humanos, demasiado humanos, seguramente.

Paixões nacionais e serviço do Príncipe

A época teve os seus filósofos eruditos, mas teve também os seus falsários. Anniius de Viterbe publicou em 1498 pretensos fragmentos de Berósio, Manethon, Catão... que tinha forjado a seu bel-prazer. Ligório fabricou milhares de inscrições piedosamente recolhidas por compiladores posteriores. Roman de la Higuera (m. 1611) encheu a história eclesiástica de Espanha de invenções lisonjeiras. O gosto das imitações e a concorrência entre editores não bastam para explicar o fenómeno. As paixões políticas têm a sua parte de responsabilidade. À medida que vão morrendo os mitos demasiado arcaicos, outros

vão nascendo que não possuem mais do que o mérito da novidade.

Como nota G. Gusdorf, «o advento da historiografia humanista está associado à consciência cívica dos intelectuais enfiados na vida da cidade». Não são os historiadores saídos do seu gabinete de trabalho que se tornam homens de acção; são embaixadores — Maquiavel, Guichardin —, ministros — Thomas More e Francis Bacon na Inglaterra — *homens de leis*, actores em França de um drama político e religioso — Jean Bodin, cujas relações com Henrique III, depois Henrique IV, foram tempestuosas; F. Hotman, que serve Catarina de Médicis, antes de se refugiar em Genebra; E. Pasquier, advogado geral no tribunal de contas, deputado aos Estados Gerais de Blois, partidário zeloso de Henrique III e de Henrique IV... — que se fazem historiadores. Alguns trabalham debaixo de ordens, são subsidiados e recebem o encargo de historiógrafo. O imprudente Valla foi o historiógrafo de Afonso de Nápoles; Lorenzo, o *Magnífico*, fez de Maquiavel o de Florença; na corte de França não se contam menos de catorze historiógrafos que beneficiaram de gratificações entre 1572 e 1621. O mecenato deixa aqui de ser desinteressado. Quer se tratasse das repúblicas e principados italianos quer das monarquias centralizadas da Espanha, França e Inglaterra, «a história está historicamente ligada à construção do Estado» (P. Chaunu). A excepção alemã confirma a regra: à falta de Estado, a história passa sempre pelo molde arcaico das crónicas universais e o nacionalismo assume então uma tonalidade racial.

Este nacionalismo historiográfico manifesta-se de inúmeras formas: pela escolha do assunto, pelo chauvinismo do discurso, pelo ardor das polémicas internacionais. Finda a longa caminhada da história santa, o estudo fragmenta-se e estreita-se. Biondo compõe uma *Roma Triumphans* em que se repercute o

grito de Petrarca: «Que outra coisa existe em toda a história senão o elogio a Roma?»; o milânês Tristan Cachi escreve uma *História Patriótica*; o P.^o Mariana, de Toledo, uma *História Geral de Espanha*; o protegido do imperador Maximiliano, Conrad Celtes, descobridor da célebre carta do Império Romano chama Tábua de Peutinger, uma *Germania illustrata*; em França sucedem-se *De rebus gestis Francorum*, de Paul-Emile, as *Recherches de la France*, de Pasquier, a *Franco-Gallia*, de Hotman...

A pesquisa das «antiguidades» nacionais faz eclodir as contradições duma história simultaneamente erudita e efabuladora, ao serviço do príncipe e subversiva. Invejados dos italianos, franceses e alemães envelhecem à vontade. Etienne Pasquier descobre «os nossos antepassados, os Gauleses»; o reino de Pharamond já não constitui o primeiro capítulo da história de França — uma história que se deixa de confundir com a da realeza, afirmação cujas implicações republicanas não tardarão a vir a lume. — Pasquier socorreu-se do *De bello Gallico*, mas corrigindo-o patrioticamente: os defeitos denunciados por César — insubordinação, leviandade — convertem-se em qualidades: amor da liberdade, bravura. Um outro mito original é maltratado, o da origem troiana dos Francos, veiculada pelas *Grandes Crônicas de França*. Quando, em 1531, com documentação de apoio, o humanista alemão Beatus Rhenanus germaniza os Francos, os historiadores e os poetas franceses — Ronsard com a sua *Franciade* — indignam-se. Só em 1573, a seguir à publicação da *Franco-Gallia* de F. Hotman, é que Heitor deixa de ser o antepassado de Clóvis. Esta ruptura com os mitos fundadores não se deve unicamente aos progressos do método; tem as suas razões políticas. Rompendo com estas relações greco-romanas e deixando de fazer do período franco — decididamente germânico — a sua origem, a França adquiria uma espe-

cificidade e uma autonomia veneráveis, que legitimavam as ambições das suas políticas italiana e alemã. Uma corrente galófila desenvolveu-se no final do século XVI, portadora de imagens de paraíso perdido. Desligada das suas mitologias, a história de França recorria apressadamente a um mito novo.

Tal como os historiadores franceses, os historiadores alemães descobriram os seus antepassados graças a um historiador romano — Tácito e a sua *Germania*; mas, ao contrário daqueles, aceitaram as fábulas genealógicas — na ocorrência, através do pseudo Berósio fabricado por Annius, a de Tuis-tschen, primogénito de Noé, antepassado das tribos germanas. Jean de Nauclerus (*Crónica de todas as idades*) e Aventinus (*Crónica bávara*) espalharam a ideia de que os Germanos eram os únicos aborígenas da Europa e, eleitos por Deus e pela História, estavam destinados ao *imperium mundi*. O pangermanismo havia igualmente encontrado os seus mitos constitutivos.

As paixões nacionais nutrem-se então das paixões religiosas, com as quais muitas vezes se confundem. A controvérsia religiosa teve também efeitos contraditórios na evolução da historiografia.

Reforma e história

Ansiosos por reatarem os laços com o cristianismo primitivo corrompido pela Igreja romana e por deixarem a cada um o cuidado de encontrar as suas regras de vida pelo livre exame das Escrituras, os reformadores acompanharam a corrente humanista de retorno ao passado e de releitura dos textos antigos. A controvérsia desliza rapidamente do plano teológico, onde fica bloqueada em estéreis colóquios, para o plano histórico. Cada

qual esquadrinha as bibliotecas e acumula os documentos com outras tantas provas da sua verdade. Aos treze volumes da *História Eclesiástica* dirigida por Flacius Illyricus — cuja divisão em séculos e local de edição justificaram o nome de *Centúrias de Magdeburgo* —, correspondem os 38 tomos dos *Anais Eclesiásticos*, de que o oratoriano César Baronius foi o primeiro obreiro. É a «guerra dos in-fólios». A história converte-se num tribunal diante do qual se cita o adversário.

Da controvérsia nasce assim uma nova história eclesiástica que perdeu o seu carácter sagrado e se tornou profana, erudita e demonstrativa. Nasce também uma história das heresias, do desejo dos reformadores de arranjar antepassados e assegurar a continuidade, desde o fim da Antiguidade, duma Igreja invisível de Testemunhas da verdade.

Enriquecimento da informação, exploração de novos territórios, aberturas de recursos colectivos, recurso à história, isto pelo lado do progresso. Mas não escasseiam as sombras. Os historiadores protestantes têm uma visão maniqueia do passado: à Igreja primitiva e santa opõem uma Igreja «medieval» onde tudo o que existe não passa de «barbárie e horrível desordem» (Teodoro de Beze). Se os historiadores católicos se interessam pelas heresias de outros tempos, é para melhor confundirem com elas as do presente e as condenarem de forma análoga. A polémica historiográfica não é mais esclarecedora do que a disputa teológica. Deve-se à ingenuidade do tempo a ilusão nova de que a verdade da razão se impõe aos homens de razão — como se a razão histórica pudesse chegar à verdade e o homem à Razão.

CAPÍTULO VIII

*A história dos eruditos, dos filósofos
e dos homens de letras (séculos XVII e XVIII)*

Na perspectiva da historiografia, o Grande Século e o Século das Luzes manifestam-se como contínuos e descontínuos. É que já não há só uma história, mas histórias. Desta fractura resultam a aparente contradição e o artifício de um estudo ordenado.

A história humanista continua a manter os seus propósitos polémicos e moralizadores, políticos e retóricos; surge a história erudita, que forja os seus métodos, acumula os seus tesouros documentais, segrega o tédio dos seus in-fólios pesadamente exaustivos; a filosofia dá cor à história: mecanista, no século XVII, deprecia-a; adepta do progresso, no século XVIII, escreve-a com maiúscula e faz triunfar o historicismo. As diversidades nacionais complicam a paisagem: que têm de comum, na época da *Aufklärung*, os fecundos historiadores de Göttingen, universitários modestos penetrados de teologismo, os filósofos franceses, homens de salão, enciclopedistas frondistas, e os homens políticos britânicos, que praticam a história como uma arte nobre?

Assim, à medida que cresce a memória da humanidade, as suas evocações multiplicam-se; todavia, nenhuma merece ser esquecida.

Clio abandonada

Um Maquiavel, um Budé, um Bodin, um Melanchton não desdenham tornar-se historiadores. O conselheiro do Príncipe, o filólogo, o legista e o teólogo reconhecem-lhe as vantagens. No Grande Século, os comportamentos mudam: «O século XVII, constata P. Chaunu, — o que vai dos anos 1620-1630 aos anos 1680-1690 — desvia-se da história». Porquê?

Poderíamos evocar as calamidades do tempo, um meio século de perturbações na Inglaterra, a Guerra dos Trinta Anos na Alemanha. A vida, que foi a de um fugitivo, de lorde Clarendon (1608-1674), o único historiador inglês da época cujo nome permanece, e a sua obra — uma *História da Rebelião e das Guerras Civis de Inglaterra* —, fortemente comprometida e mais autobiográfica do que histórica, dão algum fundamento a esta explicação. Na Alemanha, é preciso esperar pelo final do século para ver Leibniz (1614-1716) triunfar nos seus empreendimentos historiográficos: publicação de documentos e criação em Berlim de uma Academia, da qual ele espera um encorajamento das iniciativas colectivas de pesquisa e edição das fontes. Mas estas calamidades não afectam os países católicos onde, no entanto, parece manifestar-se idêntico desdém pela história.

Será porventura necessário incriminar a prática humanista da história que dá o flanco à zombaria? No século do método — Francis Bacon publica em 1620 o seu *Novum Organum*, que constitui a primeira parte duma ambiciosa *Grande Restauração das Ciências*, e Descartes, em 1637, o *Discurso do Método* —, os historiadores oscilam entre três atitudes — não ousamos dizer três métodos — que nada têm de científico:

— a credulidade, não só continuam a ser aceites certas fábulas da Antiguidade, como também certos mitos medievais res-

suscitam, tal como o de Francião, filho de Heitor, pai dos Francos...;

— a dúvida pirrónica, manifestada por Montaigne, céptico mas ávido de cultura, suspendendo o seu juízo — «Que sei eu?» —, não acreditando nos prodígios relatados por Tácito mas felicitando-o por os ter relatado, uma vez que a tarefa dos historiadores é «reproduzirem a história mais de acordo com o que recebem do que com o que estimam»;

— o hipercriticismo, o do jesuíta Papebroeck, por exemplo, que, à força de expurgar e corrigir as *Vidas de santos*, acaba por duvidar da autenticidade de todas as cartas merovíngias (Prefácio do tomo 11 dos *Acta sanctorum*, 2 de Abril, publicado em 1675).

Ora o Grande Século pertence àqueles que sabem e pensam o mundo: os sábios e os filósofos, que por vezes ainda se confundem, mas ninguém se lembraria de dizer que os historiadores são uns ou outros. A celebridade vai para Descartes, Huyghens, Kepler, Pascal, Gassendi, Boyle, Spinoza, Malebranche, Newton... que mataram a física das qualidades, descobriram a unidade do cosmos infinito, sonharam com a sua matematização, reduziram toda a ciência à geometria e à mecânica. Para aqueles a quem o saber apaixona, já não se trata de redescobrir o velho mundo a golpes de alvião e dicionário mas, de olho encostado ao telescópio ou ao microscópio, de descobrir o mundo tal como ele é, regido por leis eternas. «*Deus sive Natura*», disse Spinoza. A atitude do sábio que elimina o contingente das suas curiosidades assemelha-se paradoxalmente à de um teólogo da Contra-Reforma, Bossuet, que condena as *Variações das Igrejas Protestantes* não pelo seu conteúdo mas pelo que elas são: variações, e que lhes opõem uma verdade católica universal no espaço e no tempo.

O espírito do século não só se desvia do estudo do passado mas também zomba dele. Confessando a sua vontade de escrever um tratado de erudição, Descartes esclarece o seu correspondente: «contra a erudição, bem entendido». Pascal considera a história «incapaz de progresso» porque «não releva nem do raciocínio nem da experiência, mas somente do princípio da autoridade». Em *Recherche de la Vérité* (1674), onde tenta constituir uma teodiceia cartesiana, Malebranche considera os conhecimentos históricos como «vãos e infrutíferos». E La Fontaine dirá com bonomia:

*Se eu aprendesse hebreu, as ciências, a história,
Tudo isso era um bicho-de-sete-cabeças.*

Tida como inútil, a história não é ensinada, a não ser *ad usum delphini*. É certo que a história santa e os factos da Antiguidade greco-romana são muitas vezes evocados, mas como ilustrações no curso de Teologia, de Línguas e Literaturas antigas. É através da tradução de Salústio e Tito Lívio que se aprende a conhecer, de maneira desordenada, a história de Roma. Indiferente a períodos inteiros do passado — o da China, e o da cristandade na época medieval —, a cultura clássica, se bem que impregnada de história, é profundamente a-histórica.

Há um aspecto, aparentemente menor, que confirma este desdém em relação ao conhecimento do passado. Antes de se tornar, a partir de cerca de 1730, o templo de Clio, a Academia das Inscrições — criada em 1663 por Colbert com o nome de Academia das Inscrições e das Medalhas — tinha como missão redigir as inscrições a gravar nos monumentos erigidos e nas medalhas gravadas em honra do monarca, assim como «procurar na fábula» motivos para os desenhos das tapeçarias das manufacturas reais.

Singular consciência do tempo, a dos grandes espíritos da época, ou pelo menos de alguns. Consciência feita dum conhecimento e dum sentimento: conhecimento cada vez mais exacto do tempo físico, mensurável, indefinido, irreversível, e sentimento da eterna identidade do Ser, tão imutável como as leis da Natureza. Se existe uma natureza humana, hoje a mesma que ontem ou amanhã, a história deixa de ter sentido e Fontenelle pode escrever: «Aquele que tivesse suficiente espírito, considerando simplesmente a natureza humana, adivinharia toda a história.»

Adivinhar? Não é de modo nenhum o termo que utilizam, para o aplicar ao passado, aqueles que lhe coligem os traços e criam os meios do seu conhecimento objectivo.

Da erudição ao método

Em *Apologie pour l'Histoire*, Marc Bloch não esconde a sua admiração pelo século XVII, «esse século XVII em relação ao qual nem sempre se coloca a verdadeira grandeza onde se devia, nomeadamente na sua segunda metade». A sua verdadeira grandeza? Encontra-a na publicação do *De Re Diplomatica*, de Mabillon, em 1681, «uma grande data da história do espírito humano». O fundador dos *Annales* não exagera. É então que nasce o método histórico, o que permite destacar o verdadeiro do falso, confundir os crédulos e os cépticos, dotar a história de um estatuto científico. É preciso ainda que os trabalhos de erudição dêem ao historiador os materiais acessíveis e suficientemente ricos. Progresso da erudição e nascimento do método fazem dos séculos historiográficos XVII e XVIII séculos felizes. Progresso da erudição:

— aperfeiçoam-se os instrumentos de pesquisa: J.-A. Fabricius (*Bibliothecas latina*, 1967, e *grega*, 1705) e o P.^e Lelong (*Biblioteca histórica da França*, 1719) fundam a bibliografia retrospectiva. Multiplicam-se os catálogos de bibliotecas; o primeiro *Catálogo geral da Biblioteca de França* aparece em 1622;

— criam-se as ciências auxiliares: a heráldica (1660: *Vraie science des armoiries*, de Palliot; 1671: *Véritable art du blason*, do P.^e Menestrier), a diplomática, ou adquirem maior segurança, como a cronologia, à qual a *Arte de vérifier les dates*, dos beneditinos de Saint-Maur, fornece em 1750 bases mais sólidas;

— as publicações de fontes tornam-se mais abundantes e mais diversificadas: depois de o doutor lionês Jacob Spon ter ampliado a investigação dos documentos epigráficos (*Voyage d'Italie, de Dalmatie, de Grèce et du Levant*, 1678), o arquivista do ducado de Modena, L.-A. Muratori, publica um magistral *Novus thesaurus veterum inscriptionum* (1739).

As publicações de textos, imensas, orientam-se em três direcções: fontes historiográficas, história da Igreja e documentos de Estado.

A colecção dos *Bizantinae historiae scriptores*, lançada pelo P.^e Labbé (SJ), em 1648, contará 47 volumes in-fólio na data do seu acabamento, em 1711. Compilações de historiadores nacionais ou regionais constituem-se nos quatro cantos da Europa erudita: Leibniz dá o impulso inicial com os de Brunswick (1707); Pez para a Áustria, Mencke para o Saxe e von Oefele para a Áustria seguem o exemplo. O infatigável Muratori, de 1723 a 1738, dá-nos os 27 in-fólios dos seus *Rerum italicarum scriptores*. Em França, são os beneditinos de Saint-Maur, Dom Bouquet e Dom Brial, que publicam, em 13 volumes, uma *Recolha dos historiadores das Gálias e da França*, interrompida

pela Revolução. R. Twysden, W. Fulman, Th. Gale fazem o mesmo com os cronistas ingleses.

Actos dos mártires, Colecção das cartas dos papas, Colecção dos concílios, tábuas descritivas e documentais da Igreja nos seus quadros nacionais (*Gallia christiana*, 1656, dos irmãos Sainte-Marthe, *Italia sacra*, de Ughelli, compilação de Spleman sobre os concílios de Inglaterra, *España sagrada*, de Florez)... Quem não se cansaria com a simples enumeração de títulos de todos estes *codices*, *collectiones* e outros *thesauri reunidos* por tantos infatigáveis eruditos? Ao menos não esqueçamos os célebres *Acta sanctorum* que, a partir de 1643, demonstram a capacidade de *aggiornamento* metodológico dos clérigos.

É a Leibniz, o espírito mais universal e inovador do seu tempo, que se deve a primeira publicação de documentos de Direito Público, isto é, respeitantes às relações entre Estados: o *Codex juris gentium diplomaticus* (1693). Sobre este modelo, o poeta inglês Rymer, feito historiógrafo do rei, dá em 1704 o primeiro dos 20 tomos onde se reúnem «Todas as ligas, tratados... celebrados pelos reis de Inglaterra». Em contrapartida, é pelos documentos oficiais de política interna que se interessa a Academia das Inscrições e Belas Letras, editora das *Ordenações dos reis de França* (14 volumes vindos a lume entre 1723 e 1790).

Prodigiosa mutação das condições do ofício de historiador, os jazigos de memórias da Europa foram multiplicados por 20 ou 30 em menos de século e meio. Faltava ainda explorá-los. Nem sempre é fácil: demasiada desordem nos «ramalhetes», «molhos» e outras «misturas» confeccionadas ao acaso e à vontade do investigador — o florentino Lami intitula um deles *Deliciae eruditorum*; demasiados erros, também, nas colecções reunidas com uma rapidez excessiva por polígrafos solitários —, ocorre-nos Muratori. Existem, contudo, meios para paliar estes defeitos. Chamam-se organização e método.

Organização colectiva dos locais de trabalho, principalmente nas comunidades religiosas, a dos jesuítas agrupados na casa professa de Anvers, em torno de Jean Bolland (1596-1665), e a dos beneditinos da congregação de Saint-Maur na sua abadia de Saint-Germain-des-Près. Os bolandistas fazem incidir os seus esforços nos *Acta sanctorum*, os mauristas na história eclesiástica e na história das províncias de França — *História do Languedoc*, de Dom Vaissette e Dom Devic, 1730-1745, *História da Borgonha*, *História da Bretanha*. Os beneditinos de Melk, Áustria, contribuem para esta formidável redescoberta da Idade Média. Quanto às Academias, tão activas no Século das Luzes no domínio científico, o seu contributo historiográfico é medíocre, salvo em Paris e Munique.

Coube aos homens da Igreja — duma Igreja católica pós-tridentina que não se esperava tão modernista neste domínio — estabelecer as regras da crítica textual e dotar os historiadores da arma absoluta do conhecimento científico: a dúvida metódica. Confrontado com a difícil edição dos *Acta sanctorum*, o P.^e Daniel van Papebroeck consulta os diplomas lavrados em nome dos soberanos merovíngios e carolíngios, no termo duma longa análise comparativa, e deduziu que os papiros merovíngios não mereciam crédito. Publicou as suas conclusões explosivas numa dissertação «Sobre o discernimento do verdadeiro e do falso nos velhos pergaminhos» com que prefaciou o volume dos *Acta sanctorum* que publicou em 1675. Tais afirmações não ficaram sem eco entre os beneditinos, que conservavam em Saint-Denis a maior parte dos documentos incriminados. Um deles, Dom Jean Mabillon, ripostou seis anos mais tarde com o *De Re Diplomatica*. Utilizando um método exaustivo (exame de 200 peças), analítico (exame pericial da tinta, da escrita, da língua, das fórmulas, etc.) e comparativo, provou a autenticidade dos documentos rejeitados por Papebroeck. O bolandista inclinou-se

perante o maurista. Acabava de nascer um método histórico: a crítica textual.

Aplicada aos textos sagrados, ia provocar, logo de início, uma crise cujos efeitos se fazem sentir durante mais de dois séculos. Quando o oratoriano Richard Simon publicou, em 1678, a sua *História Crítica do Antigo Testamento*, empregou o termo «crítica» num sentido não pejorativo. Os mestres do pensamento da época não o entenderam assim. No entanto, ao demonstrar que o Pentateuco não era obra exclusiva de Moisés, que nada na Bíblia era de inspiração divina e que era «inteiramente impossível encontrar a religião na Escritura», Simon procedia como bom católico, convicto, em oposição aos protestantes, de que as Sagradas Escrituras deviam ser interpretadas pela Igreja. Mas, assustados por verem a fé submetida à crítica, os superiores expulsaram-no do Oratório. Desde então, a hierarquia romana crispa-se numa atitude defensiva que inibe toda a pesquisa, não só na exegese bíblica mas até na história eclesiástica.

Um pouco mais tarde, um assalto análogo ao de R. Simon é empreendido por Louis de Beaufort contra outras fontes «sagradas», essas profanas, os historiadores romanos da Antiguidade. Na sua *Dissertação sobre a incerteza dos cinco primeiros séculos da história romana*, afirma — de maneira exageradamente crítica — que os primeiros livros de Tito Lívio são fábulas. Abriu a via à reescrita das origens de Roma pelos historiadores alemães do princípio do século XIX.

A história ameaçada pela filosofia

Historiador, célebre, do *Declínio e Queda do Império Romano* (1776), E. Gibbon exprimiu o voto de que «nem sempre sen-

do os filósofos historiadores, pelo menos que os historiadores fossem filósofos». Talvez respondesse com uma ponta de malícia ao juízo arrogante de D'Alembert, filósofo, para quem «a ciência da história, quando não é esclarecida pela filosofia, é o último dos conhecimentos humanos».

Com efeito, as relações entre a história e a filosofia são a marca do Século das Luzes. São relações tão íntimas que por vezes as duas palavras se tornam sinónimas; considerando o mesmo objecto, os «progressos do espírito humano», Turgot, em 1750, e Condorcet, em 1790, intitulam os seus estudos, o primeiro *Quadro filosófico dos progressos...*, e o segundo *Esboço dum quadro histórico dos progressos*. Menos íntimas, as relações são então complexas e ambíguas.

Numerosos filósofos se fizeram historiadores, como o escocês David Hume que, depois de ter tentado ser «o Newton da psicologia», escreveu uma *História da Inglaterra* que lhe valeu nomeada europeia. Ao invés, historiadores houve que se fizeram filósofos; foi o caso de Montesquieu que, após as suas *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e da sua decadência* (1734), publicou o *Espírito das Leis* (1748). Voltaire foi alternadamente filósofo e historiador — um historiador versátil, com uma *História de Carlos XII* engendrada como um romance de capa e espada, um historiador pioneiro, de curiosidades inovadoras, no *Século de Luís XIV* (1751) e no *Ensaio sobre os Costumes* (1756), o neologismo «filosofia da História» —, Voltaire é também um filósofo sobre a história. Claro que convém esclarecer o que significam a passagem da maiúscula para a minúscula e a mudança de preposição, e também traçar as fronteiras entre as diversas maneiras como a história e filosofia se reencontraram e, por vezes, se confundiram.

— A história filosófica é a praticada, por exemplo, por Montesquieu e Gibbon. Confrontados com uma questão impor-

tante, procuram explicá-la e hierarquizar-lhe as causas, destacando das causas particulares a causa geral. Para Montesquieu, «o aspecto principal que arrasta todos os acidentes» é a própria imensidade do Império que o torna ingovernável; para Gibbon, é o cristianismo, que o desgasta e desnatura — «Descrevi o triunfo da barbárie e da religião», proclama, provocante, este agnóstico.

— A filosofia sobre a história é uma reflexão sobre o objecto da historiografia (como as *Novas considerações* de Voltaire e a *Ideia duma história universal dum ponto de vista cosmopolita*, de Kant), sobre a sua utilidade a maneira de a escrever. O século XVIII abunda nestes tratados, desde a aurora — Langlet-Dufresnoy, *Método para estudar a história* (1713) — até ao crepúsculo — Volney, *Lições de história* (1795).

— A história da filosofia torna-se, desde a *Historia critica philosophiae*, de Jacob Brucker, publicada em 1742, um género ao mesmo tempo misto e autónomo. Traduz o triunfo do historicismo, esse olhar do espírito que situa sistematicamente o seu objecto no passado e não chega à sua inteligência senão através do estudo da sua evolução.

— A filosofia da História interroga-se de maneira global sobre o percurso das sociedades humanas. Descreverão círculos, como civilizações sucessivas que nascem, se desenvolvem e morrem depois de terem percorrido as mesmas fases (Vico, *A ciência nova*, 1725)? Seguirão uma via rectilínea e ascendente, como afirma Condorcet no seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1794)? Deveremos pensar, com Hume, que a História é o lugar onde a imutável natureza dos homens se cruza com a poeira dos acontecimentos contingentes, de tal forma que, para aquele que a interroga, não passa duma recolha de analogias? Com Christian Wolff, o vulgarizador de Leibniz, que há correspondência entre teologia e História

mas nenhuma interferência? Com Rousseau, que a História é um discurso sobre a decadência de um homem desnaturado?

Passa-se assim, insensivelmente, duma história evocada — de um passado conhecido ao qual o filósofo se refere muitas vezes e com precisão — a uma História invocada — a um passado indefinido, espécie de deserto encerrado em si mesmo, onde a acrobacia conceptual substitui as razões pela Razão.

Mais nítida ainda é a fronteira que separa a história pré-filosófica da historiografia das Luzes; situa-se na década de 1680. Em 1681, aparecem simultaneamente a última grande crónica da cristandade, o *Discurso sobre a história universal*, de Bosuet, último e soberbo avatar da *Crónica* de Eusébio, onde se provava que, para além das consequências dos seus actos em liberdade, os homens serviam o plano de Deus, e o *De Re Diplomatica*, de Mabillon, que fundava o método em história. Em 1667, Fontenelle publicava a sua *História dos Oráculos* como o primeiro capítulo duma história da razão; profeta da inteligibilidade da História, anunciava Voltaire, Turgot, d'Alembert, Adam Ferguson, Henry Home, Lessing, Kant e Hegel — Hegel e a sua imensa progénie.

Teologia, ciência, filosofia: na viragem da década de 1680, Clío repudia a primeira mas, renunciando à laboriosa e dura autonomia que a segunda lhe promete, sucumbe durante algum tempo aos encantos da terceira.

Todavia, nem tudo é perverso nas tentações das Luzes. No contacto com os filósofos, os historiadores aguçam o seu espírito crítico, principalmente contra os seus predecessores. «Em todas as nações a história é desfigurada pela fábula, até que finalmente a filosofia vem esclarecer os homens», constata Voltaire, que reclama a necessidade de não se admitir a história senão revista e corrigida pelos princípios do senso comum razoável — dado que, bem entendido, a crítica para os filósofos

não é de método mas de razão. É verdadeiro aquilo que é verosímil.

Mais positivos são o aprofundamento e o alargamento do campo histórico, que Voltaire reclamou com mais talento do que nenhum outro.

«Depois de ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas e o teor de algumas centenas de tratados, achei que não tinha ficado muito instruído. Só tinha aprendido acontecimentos... A Espanha seria mais rica antes da conquista do Novo Mundo do que hoje? Qual tinha sido o aumento da população entre o tempo de Filipe IV e o de Carlos V? Eis um dos objectos da curiosidade de quem quer que pretenda ler a história na qualidade de cidadão e de filósofo. Estará bem longe de se contentar com este conhecimento; desejará saber por que é que uma nação foi poderosa ou impotente no mar; como e até que ponto ela enriqueceu... As modificações nas leis e nos costumes serão, enfim, o seu grande objecto. Saber-se-ia assim a história dos homens em lugar de se saber uma pequena parte da história dos reis e das cortes». (*Novas Considerações sobre a História*, 1774.)

Singular modernidade de um projecto que será designadamente sustentado pelo seu autor no *Século de Luís XIV*, «o primeiro livro de história moderna» (Fueter), e no *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações*. História cultural e história universal são conquistas do século XVIII. Como sempre, o discurso sobre o tempo acompanha a ligação do homem ao espaço: ao desvendar do mundo sucede o desvendar da história. O exotismo histórico é inseparável do exotismo geográfico. A China

e as Américas estão de moda; Voltaire escarnece «esses pobres diabos que em Paris se colocam às ordens dum livreiro e produzem por encomenda uma história do Japão, do Canadá, das ilhas Canárias». De resto, as primeiras histórias universais nascem simultaneamente nos quatro cantos da Europa das Luzes: de 1736 a 1765, os ingleses Guthrie e Gray compõem a sua vasta *Universal History* em 38 volumes; a partir de 1744, os historiadores da Universidade de Göttingen, Heyne, Schloezer, Gatterer, uma *Allgemeine Weltgeschichte*; em 1741, Voltaire começou a redacção do *Ensaio*.

Ao alargamento das curiosidades corresponde uma maior exigência de inteligência. À história narrativa opõe-se uma história explicativa de um Montesquieu ou de um Gibbon, perscrutando os mecanismos de um determinismo que satisfaz o seu racionalismo e inquieta o seu amor da liberdade.

Na verdade, a filosofia perverte a historiografia que ela julga amplificar. O espírito crítico é, ai de mim!, «de» crítica, e o universalismo um abuso de confiança. Se a história universal é a do progresso do Espírito humano, então é a dos próprios filósofos — elitismo, genealogismo, vaidade: eis que retornam os demónios que se diziam exorcizados. Se a verosimilhança é o método que separa o verdadeiro do falso, temos então que é a verosimilhança do século XVIII que é erigida em absoluto e a compreensão do passado torna-se incompreensão. Se a Ideia funda a História, a História não funda as ideias. Conhece-se o dito de Rousseau, filósofo da História, indagando a origem da desigualdade e começando por estas palavras, soberbas mas inquietantes: «Afastemos todos os factos.» São menos conhecidas as palavras de Krause, filósofo alemão contemporâneo de Hegel: «Sei muito bem como devia ser o mundo; portanto não vale a pena conhecê-lo tal como é na realidade.» Para Clio, o risco de filosofar é o de morrer.

A história saboreada

Puxada para baixo ou, melhor dizendo, mais bem assente nas suas bases graças aos eruditos, elevada ao céu da inteligibilidade pelos filósofos, Clio não abandonou entretanto este intermédio em que se deleitou a distrair o homem de sociedade e a instruir os príncipes.

Os séculos XVII e XVIII têm o gosto da história. As obras históricas representam cerca de um sexto da produção literária francesa: 16% em 1643-1645, 15% nas vésperas da Revolução. Na Alemanha, o seu número eleva-se a 20% nos anos 1769-1771. Para P. Chaunu, «a necessidade de leitura da história é uma necessidade que surgiu entre o final do século XVI e o princípio do século XVII como um facto de cultura totalmente autónomo da instituição escolar, um facto de cultura poderoso como uma vaga de fundo, espontânea» (*Le Sursis*). Um gosto forte pela história, portanto, mas por qual história?

Quatro domínios atraem as curiosidades: a história imediata — memórias e diários, que hoje classificamos na rubrica das fontes, dão às literaturas nacionais algumas das suas obras-primas (mas o cardeal de Retz e o duque de Saint-Simon praticam um género ardentemente cultivado desde o século XIV); a história dos Estados através da dos seus príncipes; a história de Roma, apesar do rápido declínio da redacção em língua latina das obras históricas (a percentagem destas escritas em latim passa, em França, de 25%, em 1600, para menos de 10%, em 1680); a história exótica, dos povos longínquos do Extremo Oriente e da América, bem como a das origens dos Estados europeus.

O público exige desta história que ela seja recreativa, por conseguinte romanesca e, porque não?, romanceada. É a história «à Pompadour» (Camille Jullian), onde, como na *História de*

França do abade Velly, «os reis francos se transformam em senhores magníficos que vivem do amor e de batalhas, contemporâneos do marechal de Saxe». Nem erudita nem filosófica, tal história é literária. Combina a inspiração cavaleiresca da Idade Média agonizante e da Renascença — proezas do herói, choque de paixões — com as receitas da retórica romana: dramatização da narração, arengas, reflexões morais...

É que a história tem outras funções para além da de distrair. Ela instrui acerca do homem, e em certos casos instrui o homem. A prática humilhante do anacronismo decorre desta missão moralizadora de que Clio se acha investida: «Estudar o homem», escreve Langley Dufresnoy no seu *Método para Estudar a História* (1713), cujo título basta para evocar as exigências científicas de um Bodin, «é estudar os motivos, as opiniões, as paixões dos homens, para descortinar todos os móveis e todos os meandros... Numa palavra, é aprender a conhecer-se a si mesmo.» A complexidade, as contradições, residem no homem eterno, na sua natureza invariável, e não no tempo em que desfilam sociedades humanas, cujo plural reenvia ao singular essencial: o homem.

Se, como diz Bossuet, a história é «a sábia conselheira dos príncipes», é por razões diferentes que já não dizem respeito à psicologia mas à ciência política. Bossuet redige o *Discurso sobre a História Universal* para uso do Delfim, seu discípulo; um século mais tarde, Mably dedicará o ensaio que intitulou *Do Estudo da História* ao príncipe de Parma. O bispo teólogo e o abade filósofo aparecem simultaneamente como os derradeiros sobreviventes duma longa tradição e os profetas duma outra história. O primeiro pede a Santo Agostinho e a Orósio, e o segundo a Cícero, as chaves da decifração. Mas, ao mesmo tempo, afirmam ambos a necessidade de estudar a história por si mesma e de reservar o seu ensinamento aos melhores.

Anunciam assim a revolução historiográfica de que a Inglaterra, timidamente, e a Alemanha, fortemente, são teatros no século XVIII; o advento duma historiografia universitária que introduz, a par duma erudição metódica, duma filosofia sistemática e duma vulgarização retórica, uma história sábia, a dos professores.

CAPÍTULO IX

O século da história

No prefácio que escreveu, em 1834, para os *Dez Anos de Estudos Históricos*, Augustin Thierry evocava grandes esperanças:

«A partir do ano de 1823, começa a fazer-se sentir um sopro de revolução que reanima simultaneamente todos os ramos da literatura... Tive a felicidade de ver o que mais desejava, os trabalhos históricos alcançarem uma posição elevada no favor popular e os escritores de primeira ordem consagrarem-lhes as suas preferências... Tal concurso de esforços e de talentos deu lugar a esta opinião, já muito espalhada, de que a história seria o cunho do século, como a filosofia tinha dado o seu ao século XVIII.»

Do anseio, a posteridade fez uma afirmação, válida para o presente — «O nosso século é o século da história», escreve Gabriel Menod, em 1876, no primeiro número da *Revue Historique* — e, depois, para o passado.

Da história ou das histórias? É necessário, sem dúvida, para abordar um século tão fecundo como tumultuoso, em que nas-

ceram e se afundaram tantas esperanças, referimo-nos não a Thierry, mas a Guizot, porventura menos loquaz mas mais pertinente: «Existem», dizia ele numa carta a Barante, «cem maneiras de escrever a história.»

Romantismo e história

A época do Romantismo, na Europa, é a das restaurações e das revoluções, entre duas fronteiras demasiado precisas: 1815, quando em Viena triunfam as primeiras, e 1848, quando surgem, na Primavera dos povos, as segundas. É também a idade da poesia — até os prosadores são poetas, como Michelet —, do fervor, do exotismo. É portanto a época duma historiografia e, antes de mais, de uma paixão pelo passado. Voga imensa das narrativas populares e das lendas: em 1812, enquanto Ingres pinta Ossian, os irmãos Grimm publicam as *Antigas poesias alemãs*; redescobrem-se as *sagas* escandinavas, o *romancero* espanhol, os *Nibelungen*, as poesias dos trovadores, as canções de gesta. Esta moda, eminentemente literária, tem a sua influência sobre a história sábia. Quando Niebuhr (1776-1831) lança as bases duma história simultaneamente erudita e composta com a sua *História romana* (1811-1832), faz das narrativas de Tito Lívio — que critica — o receptáculo de cantos populares indígenas e nacionais... Sucesso enorme dos romances e dramas históricos, dos *Mártires*, de Chateaubriand (1810), dos romances de Walter Scott — *Ivanhoe*, 1820; *Quentin Durward*, 1823 —, das peças de Hugo. «Tudo toma hoje a forma da história: polêmica, teatro, romance, poesia», constata Chateaubriand em 1831.

Moda dos plágios arquitectónicos, principalmente do gótico reencontrado. Aqui uma janela ogival, ali um pêndulo estilo tro-

vador, acolá um colete «em piqué, fundo branco, ornamentado com desenhos góticos, de capelas e de besteiras».

As paixões políticas alimentam-se de recordações contraditórias surgidas de um passado recriado. Vencedores, os tradicionalistas têm apenas o sonho de o restaurar. Não só o trono e os privilégios mas também os monumentos e os tempos áureos da monarquia. É aos governos da Restauração e a Luís XVIII que a França deve a inclusão no orçamento do Estado de um crédito anual para a conservação dos monumentos antigos (1819) e a École des Chartes, fundada em 1821. Quanto à *intelligentsia* revolucionária, se é nacional, atribui-se a si mesma a tarefa de devolver a memória às minorias submetidas, cujo sonho, despertado por momentos pelos princípios de 89, foi destruído em Viena. Nesta linha, o checo Palacky (1798-1876) escreve uma vasta *História da Boémia*, e o poeta polaco Adam Mickiewicz (1799- 1855), uma *História Popular da Polónia*. Se é liberal, busca no passado advertências e modelos. Thiers e Mignet, que publicam os dois uma *História da Revolução Francesa* com um ano de intervalo (1823 e 1824), advertem os ultra-realistas demonstrando-lhes que as revoluções nascem e alastram por culpa daqueles que se opõem às liberdades essenciais; Guizot, dois anos antes de os Três Gloriosos fazerem dele um homem de Estado, dizia aos seus ouvintes: «Os burgueses desse tempo (trata-se do século XIV), Senhores, tinham sempre a cota de malha no peito e a lança na mão» (*História da Civilização na Europa*).

Convém evidentemente não confundir a historiografia na época romântica, muito diversificada, e a historiografia romântica, que oferece uma certa unidade de aspectos:

— Uma curiosidade maior pela Idade Média: os românticos retomam o velho grito lançado por Lessing no berço do *Sturm*

und Drang, esse pré-romantismo alemão do final do século XVIII: «Noite da Idade Média, seja! Mas noite resplandecente de estrelas!» A vida cavaleiresca, as Cruzadas, a Inglaterra dos Saxões e dos Normandos, os Hohenstaufen, as comunas italianas, os Árabes, os Cátaros, a Suíça de Guilherme Tell são objecto duma simpatia universal. Mas os românticos reencontraram a Idade Média da mesma maneira que os humanistas haviam reencontrado a Antiguidade: reencontraram-na, é certo, mas como definitivamente perdida.

— O sentido do exótico, a procura dos contrastes e dos efeitos de arcaísmo e de afastamento — por exemplo, a germanização dos nomes merovíngios nas *Narrativas* de Augustin Thierry: Sighebert, Hiuperik, Chlodowig... — caracterizam a visão romântica do passado.

— Um método também, por vezes mais poético do que erudito, resulta daí, dando lugar à intuição, à imaginação, quando não ao transe alucinatório: o que arrebatou Michelet nas reservas dos arquivos nacionais, pelas quais fora encarregado de velar, mas que ele desperta:

«No silêncio aparente daquelas galerias, um movimento, um murmúrio que não era de morte. Aqueles papéis não são papéis mas vidas de homens, de províncias, de povos... Todos viviam e falavam, e rodeavam-me dum exército de cem línguas... Aquela dança galvânica que dançavam à minha volta, tentei reproduzi-la neste livro.»

Caso limite, bem entendido, do génio que ultrapassa decisivamente o seu tempo. O estilo de Michelet revela-nos, no entanto, o que foram determinados processos da retórica his-

tórica dos românticos: a utilização da metáfora, transmutando pelo efeito mágico do verbo a analogia em demonstração, a substituição da imagem pela ideia, da ideia pela imagem, o antropomorfismo portador duma filosofia da História evolucionista...

Contudo, seria mutilar gravemente a historiografia dum período de grande efervescência limitá-la aos únicos escritores e aos únicos estilos celebrados pela crítica. A primeira metade do século XIX vê diversificarem-se as práticas, os géneros e os públicos da história. Em meados do século coexistem em França as historiografias do Instituto — a da Academia Francesa, clássica e filosófica, a da Academia das Inscrições, erudita e documental —, a historiografia das sociedades instruídas, oscilando entre a monografia e o discurso, as historiografias universitárias — a cartista, já bem informada, a da Sorbonne, ainda retórica —, a historiografia dos homens de letras, pitoresca e anedótica, a que se acrescentam, destinadas a fazer a fortuna das livrarias, a historiografia didáctica e a vulgarização histórica (a palavra «vulgarização» aparece pela primeira vez em 1852, pela pena de Teófilo Gautier). Limitar-nos-emos a estudar aqui alguns dos caracteres gerais desta actividade multiforme, os que dizem respeito ao estatuto científico da história: às tentações originais, às ilusões finais, mas também, indiferente, ou quase, a umas e outras, à erudição infatigável.

A tentação do filosofismo e do cientismo

Poeta, professor, arquivista, Michelet é também filósofo; traduz a *Scienza Nuova* de Vico, em 1827, e, quatro anos mais tarde, publica uma *Introdução à História Universal* em que ex-

prime o sentido da história. No mesmo ano, Chateaubriand distribui os historiadores do seu tempo em três escolas: a narrativa, a fatalista e a filosófica. Tentados pela filosofia, os historiadores do século XIX, foram-no pelo menos até ao horizonte de 70, mas de modos tão diversos! Tão diversos como os sentidos da palavra «filosofia» aplicada à história.

Filosofia é muitas vezes, na época romântica, sinónimo de ciência. «Qual é o espírito que hoje em dia prevalece na ordem intelectual, qualquer que seja o seu objecto? Um espírito de rigor... o espírito científico, o método filosófico.» Esta observação, com que Guizot inicia a primeira lição da sua *História da Civilização em França* (1830), é bastante elucidativa do que o autor chama história filosófica a uma história feita à maneira dos historiadores do século XVIII, de um Montesquieu ou de um Gibbon; uma história que descobre a explicação de um vasto problema. Assim procedem Niebhur e o primeiro Fustel de Coulanges, o da *Cidade Antiga* (1864). Niebhur encontra nas virtudes duma sociedade camponesa — a frugalidade, o sentido do esforço e do patriotismo — as razões da grandeza de Roma, e na sua transformação económica e moral as da sua decadência. F. de Coulanges vê na religião a chave da evolução das cidades antigas:

«Fizemos a história duma crença. Ela estabelece-se: a sociedade humana constitui-se. Ela modifica-se: a sociedade atravessa uma série de revoluções. Ela desaparece: a sociedade muda de rosto. Assim foi a lei dos tempos antigos».

Assim termina a *Cidade Antiga*.

Quando Augustin Thierry procura e, evidentemente, encontra na luta das raças, na vingança dos descendentes dos povos

conquistados, Saxões e Gauleses, sobre os descendentes dos povos conquistadores, Normandos e Francos, a explicação da história da Inglaterra e da França, ou quando Carlyle (1795-1881) canta os raros génios que fazem a História, um e outro não são mais, nem menos, filósofos do que Niebhur e F. de Coulanges.

Mais ambiciosos e sintéticos, mais cientistas portanto, são aqueles que descobrem a causa permanente e, em profundidade, única da História. A maiúscula impõe-se, uma vez que esta «história» não se limita unicamente ao passado conhecido mas ao passado na sua totalidade. Marx e a luta de classes, definidas nas suas relações com a produção; Gobineau e as raças, a superior vector do progresso, e as inferiores portadoras genéticas da decadência (*Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, 1853); Taine e a tripla determinação do homem pela raça, o momento e o meio (*História da Literatura Inglesa*, 1864); Karl Ritter (*A Geografia nas Suas Relações com a Natureza e a História*, 1817), H.-T. Buckle (*História da Civilização de Inglaterra*, 1857) e J.-P. de Oliveira Martins (*História da Civilização Ibérica*), campeões do determinismo geográfico e profetas de um Ratzel, que declara, no crepúsculo do século: «O ambiente faz o homem.» Estes dizem A causa.

Por vezes, ainda que raramente, são também os mesmos que dizem O sentido, O caminho, O objectivo. Todos afirmam o final feliz da História: reino do Espírito (Hegel), triunfo da Liberdade (Michelet), fim da Alienação (Marx), apoteose da Evolução (Quinet)... Alguns enumeram as frases: Comte e as suas três idades (teológica, metafísica e positiva), Marx e as suas cinco fases... Onde passará aqui a fronteira entre ciência e filosofia, saber e fé? A tradução de Vico, por Michelet, é reveladora da

confusão da linguagem: os *Principi di Scienza Nuova* tornam-se *Princípios da Filosofia da História*.

Compreende-se o que ganham os historiadores com esta criação da História pela história e pela filosofia: a prodigiosa extensão do seu império. Tudo começa a existir em e pelo movimento de que o passado é a dimensão privilegiada, dado que é a única cognoscível. Toda a reflexão deve portanto nutrir-se do passado: não mais filosofia, mas uma história da filosofia e uma filosofia da História (Hegel), não mais ciência do direito mas uma história do direito (Savigny), não mais estética, mas uma história da estética (Schlegel)...

Mas poder-se-á fazer pão sem farinha? Os historiadores inquietam-se. Tudo isto é arriscado, prematuro. Fustel de Coulanges, que a derrota e uma dura polémica com Mommsen reconduziram ao estabelecido, é categórico: «Há uma história da filosofia, mas não há filosofia da história.» Na *Revue Historique*, que lança em 1876, Gabriel Monod tempera os ardores e multiplica os conselhos de paciência e humildade:

«Só quando os nossos costumes e compilações jurídicas tiverem sido publicados é que se poderá escrever uma história do direito francês...

«Há-de passar ainda muito tempo antes que se possam empreender trabalhos de conjunto sobre o século XVI...

«O autor apressou-se demasiado a dar-nos uma história da emigração, havendo ainda tantos documentos de arquivo inexplorados...».

No século XIX, Clio ceifa e enceleira.

Os progressos da erudição

Ao longo de todo o século, prossegue e amplia-se a busca de documentos que fora interrompida pelas guerras da Revolução e do Império. Em 1815, Boeckh propõe à Academia de Berlim a publicação duma compilação de todas as inscrições da Antiguidade Clássica. Em 1816, Alexandre de Laborde inicia a publicação em fascículos dos *Monumentos da França classificados cronologicamente*. Dois aspectos modificam, no entanto, as condições da pesquisa erudita: por um lado, a predominância adquirida pela Alemanha, e, por outro, o papel dominante desempenhado pelo Estado.

A seguir à guerra franco-alemã e à derrota, um publicista francês, Joseph Reinach, constata, amargamente:

«A influência da Alemanha é geral, exerce-se em todas as ciências racionais e ciências de observação, história e filosofia, gramática e linguística, paleografia e crítica dos textos, lexicografia e arqueologia, jurisprudência e exegese... Sem dúvida possuíamos já uma Academia das Inscrições e Belas-Artes, dicionários, repertórios, cartas; mas os novos métodos, precisos e rigorosos, a arte das reconstituições pacientes e seguras, as lentas análises que fazem brotar a verdade histórica duma estela funerária ou de um caco de ânfora, vêm da Alemanha.»

Fortalecida com a organização das suas universidades, que foram as primeiras na Europa a ensinar história; com as suas academias, que geralmente tomavam a sério a advertência de Frederico II aos «seus» académicos: «*Die Akademie ist nicht*

zur Parade da» (A Academia não existe para inglês ver); com a ausência da centralização cultural e a existência de numerosas metrópoles intelectuais: Göttingen, Heidelberg, Bona, Iena, Berlim, Leipzig, Munique...; com o avanço que adquiriu na exegese bíblica — cuja audácia acostuma o espírito ao manejo iconoclasta da crítica — e em gramática comparada — verdadeiramente fundada por Bopp, em 1816, e rapidamente convertida em ramo essencial da filologia; fortalecida com a vontade (de saber? de poder?) dos seus príncipes, a «sábua Alemã» (Renan) colige, reúne, publica ou expõe, aperfeiçoa as ciências auxiliares e ensina-as àqueles que, nos seus seminários, praticam a peregrinação às fontes.

Se a Alemanha é muitas vezes a iniciadora e sempre o modelo, é toda a Europa erudita que se vê atacada de febre documental. Enquanto a Academia de Berlim confia a Boeckh a publicação de todas as inscrições da Grécia antiga — missão terminada em 1859 — e a Mommsen a missão, enorme, do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, cujo tomo I aparece em 1862, a Academia das Ciências de Viena lança o *Corpus* dos escritores eclesiásticos (40 volumes em 1900) e a Academia de História de Madrid um *Memorial Histórico Español* (43 volumes no final do século XIX), que rivaliza com a *Colecção de Documentos Inéditos* (112 volumes entre 1842 e 1895) devida à generosidade do marquês da Fuensanta del Valle. Em Inglaterra, a série dos *Calendars of State Papers* — um *Calendar* é um inventário em que os documentos, analisados e por vezes copiosamente citados por extractos, são apresentados por ordem cronológica —, inaugurada em 1856, ultrapassa os 150 volumes meio século mais tarde. Em França, cria-se em 1834 o Comité dos Trabalhos Históricos, que vem a ser o impulsor do mais vasto centro historiográfico jamais aberto: trata-se de publicar todos os *Documentos inéditos da história de França* susceptíveis de inte-

ressar os historiadores; na aurora do século XX, a colecção possuía 240 in-4.^o — hoje em dia o seu número ultrapassa os 400. Dois factos, aparentemente subtis, revelam a louca ambição e o ardor da empresa. Encarregado pelo Comité de organizar o inventário analítico de todos os manuscritos da Biblioteca Real, um conservador observa:

«Cerca de 20 000 volumes a 50 documentos por volume, ou seja um milhão de documentos. Um milhão de boletins a 25 por dia e por empregado: 250 000 dias. Se forem 12 pessoas: 209 000 dias que, divididos por 300, número de dias de trabalho, dão 70 anos».

Sob o impulso do Comité, as sociedades cultas da província resolveram colaborar. Em 1850, só uma tinha publicado documentos relativos à história local; em 1860, eram sete; em 1870, quarenta e três.

Neste imenso esforço, não deixa de aumentar o papel do Estado. Clio saboreia o encanto do Estado-providência antes de sucumbir — aquiescente? — à autoridade do Estado-padrão. Claro que continuam a existir aventureiros do espírito solitários: um J.-F. Champollion que, expulso da universidade pela reacção ultra-realista, decifra, em 1882, os hieróglifos; um Schliemann, mecenas egoísta e teimoso que, contra todos, encontra o sítio de Tróia... Mas não virá a sua celebridade, em parte, do facto de serem excepcionais as suas condições de trabalho?

— O Estado ajuda os investigadores com subvenções anuais: 2000 táleres concedidos pelo rei da Prússia para a publicação do *C.I. Latinarum*; 120 000 francos votados pelos deputados para a impressão dos *Documentos inéditos sobre a história de França*.

— O Estado mantém historiadores funcionários. Já não homens de letras pensionistas ao capricho do Príncipe para cantar os seus louvores, mas profissionais da historiografia com uma garantia de emprego estável: professores universitários (no princípio do século XIX contavam-se na Alemanha uma dúzia de cadeiras de história, mas nenhuma em França. No final do século, o seu número eleva-se, respectivamente, a 175 e 71), arquivistas, conservadores de bibliotecas e de museus. São estes homens que compõem os batalhões de escol do exército dos eruditos.

— O Estado dirige também a investigação e, por institutos interpostos, torna-se ele próprio historiador. Poderia sustentar-se que Guizot, homem de Estado, desempenhou na historiografia um papel mais importante do que Guizot historiador. Ministro da Instrução Pública — pois neste século da história numerosos historiadores foram ministros —, criou o Comité dos Trabalhos Históricos, a respeito do qual escreve:

«Só ao governo compete, em minha opinião, a realização deste grande trabalho. Só o governo possui os recursos de toda a ordem exigidos por esta vasta empresa».

Cria também a Comissão dos Monumentos Históricos e o corpo dos inspectores dos monumentos históricos. Ministro dos Negócios Estrangeiros, funda, em 1846, a Escola Francesa de Atenas. O historiador da civilização dava aqui a mão ao diplomata confrontado com a difícil Questão do Oriente.

Quanto à criação, em 1873, da Escola Francesa de Roma, ilustra a escalada das tensões internacionais e das intervenções governamentais no campo historiográfico. Ela surge como resposta à nacionalização — por um decreto assinado em... Ver-

salhes, a 2 de Março de 1871, pelo imperador da nova Alemanha, Guilherme I — de um Instituto internacional, cada vez mais germanizado, é certo, fundado em 1829, com o nome de «Instituto de Correspondência Arqueológica de Roma», pelo filólogo dinamarquês Kellermann, o antiquário italiano Borghesi e, juntamente com outros sábios de nacionalidades diversas, o príncipe herdeiro da Prússia.

Assim se manifesta, através de um episódio que não foi isolado, a iniciativa do Estado de tomar a história a seu cargo. Protector do património, possuidor dos depósitos de documentos, cada vez mais dispensador do ensino — fixa-lhe os programas e remunera um número crescente de mestres —, mecenas, protector, fora das fronteiras, dos seus cidadãos, para os quais conquista alguns privilégios de extraterritorialidade científica em algumas concessões arrancadas nas rotas imperiais, o Estado é onnipresente, onnipotente. Como não havia de ser, desde logo, o discurso dos historiadores um discurso sobre o Estado?

A história erudita

É neste contexto mais propício às paixões do que à objectividade que nasce a história culta, precisamente no país onde o problema da nação e a questão do Estado se levantaram com mais força — a Alemanha.

Leopoldo von Ranke (1795-1886) passa, com alguma razão, por ter sido o seu fundador. Professor na Universidade de Berlim, é o primeiro desses grandes historiadores alemães universitários — Droysen, Curtius, Mommsen, Von Sybel, Von Treitschke, Lamprecht... — que serão tidos como mestres e modelos.

Duma produção abundante e variada — *Os Papas Romanos... nos Séculos XVI e XVII* (1834), *História da Alemanha no Tempo da Reforma* (1839), histórias da Prússia, da França, da Inglaterra... —, há que reter o método que associa erudição e escrita, que narra e explica, que nem julga nem filosofa, que retira a sua substância de fontes primárias extraídas dos arquivos e das bibliotecas. Ranke escreve obras sólidas, isto é, precisas, pormenorizadas, logo volumosas, mas também bastante apoiadas tipograficamente em referências em pé de página que remetem o leitor para os documentos. Não dizer nada que não seja verificável — eis o que funda a história como uma ciência positiva.

O objectivo do historiador não é deduzir as leis nem enunciar a causa geral; é mais simplesmente — e é mais difícil — mostrar «como é que aquilo se produziu exactamente» («wie es eigentlich gewesen»). Nos anos em que Comte criava o positivismo, Hegel o historicismo idealista absoluto, Marx o materialismo histórico, Ranke afirmava a virtude exclusiva do facto, a única inteligibilidade da relação causal no tempo curto, o prazer suficiente de conhecer. Anunciava que o ofício de historiador, ao mesmo tempo que se convertia numa profissão, se estabelecia as regras do seu exercício.

O método

Dois séculos depois de Mabillon lhe ter composto o prólogo, os historiadores universitários, alemães e depois franceses, oferecem aos seus pares e aos seus alunos o *Discurso do Método*, graças ao qual se pode fundar, finalmente, a história perfeita. Em 1867, J.-G. Droysen publica o seu *Grundriss der Historik* (Iena); em 1889, vem a lume em Leipzig o *Lehrbuch der His-*

torischen Methode, de E. Bernheim; em 1898, sai «o» Langlois e Seignobos, essa famosa *Introdução aos Estudos históricos*, em que H.-I. Marrou via «o perfeito manual de história positivista». Que podemos dizer?

Langlois e Seignobos distinguem quatro fases no trabalho do historiador. Primeiro, há que reunir os documentos; uma técnica particular, a heurística, fornecer-lhe-á os meios de lá chegar. Seguidamente, é necessário tratar os documentos através de uma série de operações críticas (críticas de autenticidade, de restituição, de proveniência, de interpretação e de credibilidade). Depois disso, vem a fase de separação dos factos: sendo os documentos incontestáveis, o historiador extrai-lhes os factos por simples observação. Separados os factos particulares, resta organizá-los num «corpo de ciência» por meio da «construção histórica» — expressão preferível ao termo «síntese», poluído por um culpável subjectivismo. O historiador estabelece relações entre os factos sob a forma dum relato impessoal que evita o estilo detestável dos românticos, que procuravam dar ao leitor a impressão do «vivido».

Vamos ler, para sair do domínio teórico, as primeiras páginas da *Monarquia Franca*, de Fustel de Coulanges (1888). Primeiras linhas do capítulo primeiro:

«Quando queremos conhecer uma sociedade antiga, devemos começar por levantar esta questão: temos meios para a conhecer? A história é uma ciência; ela não imagina, somente vê: e para que possa ver com justeza, carece de determinados documentos... É preciso portanto interrogarmo-nos se a Gália dos séculos VI e VII nos deixou testemunhos suficientes do que foi para que possamos fazer dela uma ideia exacta» (pág. 1).

Enumerada a lista das fontes, Fustel de Coulanges prossegue (pág. 29):

«Leis, cartas, fórmulas, crónicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem ter omitido uma só... É preciso ter estudado tudo com igual atenção; é que o historiador deve estar em condições de dizer, com toda a segurança, não só as coisas que se encontram nos textos, mas também aquelas que lá não estão; e é sobretudo esta segunda obrigação que o força a ter estudado tudo. Encontraremos várias opiniões modernas que não se baseiam nos documentos; deveremos estar em condições de afirmar que elas não estão conformes com nenhum texto, e por esta razão não nos julgaremos no direito de aderir a elas».

E mais adiante, a propósito das «ideias preconcebidas, o mal mais comum da nossa época», opõe ao método subjectivo o seu próprio método, «a história científica» (págs. 32 e 33):

«Misturar as ideias pessoais no estudo dos textos, é o método subjectivo. Julgamos contemplar um objecto, e é a nossa própria ideia que contemplamos. Julgamos observar um facto, e esse facto toma imediatamente a cor e o sentido que o espírito quer que ele tenha... Pensam alguns que é útil e bom para o historiador ter preferências, «ideias mestras», concepções superiores. Isso, dizem, confere à obra mais vida e encanto; é o sal que corrige a insipidez dos factos. Pensar assim é um erro grave acerca da natureza da história. A história não é uma arte, é ciência pura. Não consiste

em relatar pormenorizadamente nem em dissertar com profundidade. Consiste, como todas as ciências, em constatar os factos, analisá-los, aproximá-los, assinalar-lhes as ligações. Pode acontecer, sem dúvida, que uma certa filosofia se desprenda desta história científica, mas é necessário que ela se desprenda naturalmente, por si mesma, quase à revelia da vontade do historiador... A única aptidão do historiador consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não acrescentar nada que eles não contenham. O melhor dos historiadores é aquele que menos se afasta dos textos e os interpreta com maior justeza, aquele que não escreve nem sequer pensa senão em conformidade com eles».

Texto revelador dos princípios — das ilusões? — sobre os quais assenta um discurso sobre O método escrito para a eternidade.

A crença na loquacidade das fontes primárias e na existência de factos históricos contidos nos documentos, qual múmia em seu sarcófago, está na origem da boa consciência científica de Fustel de Coulanges e de todos aqueles — e são numerosos — que, como ele, se dizem os melhores discípulos de Clio neste fim de século. Denunciando o subjectivismo teórico ou filosófico dos seus antecessores e eliminando neles tudo o que deles poderia provir, privilegiam simultaneamente o documento escrito relativamente a todos os outros vestígios do passado. Só o texto fala «por si mesmo»; responde «claramente» às questões «claras» que lhe põe, numa linguagem «clara», esse grande leigo ilustrado que é o historiador culto. Por isso convém preferir, entre todos os textos, os que dimanam de verdadeiras instituições: já classificados e depurados, são infinitamente mais

próprios e portanto mais honradamente loquazes do que os textos de origem particular, essencialmente subjectivos.

Daí os traços dominantes da historiografia universitária francesa do final do século XIX e princípio do século XX:

— publicação de textos em que o discurso do historiador se limita a meia dúzia de páginas de apresentação e a uma profusão de notas em pé de página;

— confecção de monografias destinadas a esgotar os documentos relativos a um indivíduo (biografias), a um acontecimento ou a um lugar estritamente delimitado;

— monotonia e estreiteza do território percorrido pelos historiadores, que se limita aos domínios das histórias institucionais, política, diplomática e militar.

«Histórias-batalhas», «história factual», «história historiante» — não faltam os qualificativos para a julgar pejorativamente.

Desilusões

Antes que convergissem para este tipo de história as críticas dos sociólogos, economistas e filósofos, a história positiva conhecia uma crise interna. Duas das suas ilusões mais caras desmoronaram-se: a da exaustão das fontes e a da objectividade do historiador.

É espantosa a vaidade das pretensões exaustivas dos colectores de textos. «Os volumes do *Corpus* estão incompletos antes de serem publicados, queixa-se um académico berlinense; todos acabam pelos *Addimenta* «acrescentados durante a impres-

são». «Sabe-se agora», comenta Ch.-V. Langlois no seu *Manual da Bibliografia Histórica* (1904), «que as obras deste género jamais estão acabadas.» Por volta de 1890, o Public Record Office decide já não publicar nos *Calendars of State Papers* extractos de documentos recenseados e abreviar ao máximo a sua análise. Em França, a colecção dos *Documentos inéditos* minua: o número médio dos volumes publicados anualmente passa de 6 para 1 entre 1835-1839 e 1875-1879. Melhor (ou pior): certos historiadores, e não dos menores, inquietam-se por ver «a história degradar-se em erudição» (G. Monod). Em 1880, a *Revue Historique* lança um grito de alarme: «À força de acumular deste modo os trabalhos preparatórios sobre a história de uma época, torna-se quase impossível a tarefa do escritor bem intencionado, que entretanto recua apavorado ante o amontoado prodigioso de materiais que é obrigado a examinar.» Singular e rápida mudança de atitude!

Quanto ao mito do historiador objectivo, como resistiria ele à realidade das paixões nacionais que atormentam o mundo dos historiadores com tanta mais violência quanto mais a razão intervém? Admitamos que Michelet faça da França «aquela que explicará o Verbo do mundo social» (*Introdução à História Universal*) e Gioberti de Roma o farol dos tempos vindouros; eram febres românticas. Mas que, em 1819, a Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde, fundada pelo barão de Stein, ministro da Prússia, com o intuito de publicar as fontes da história alemã, tenha tomado por divisa «Sanctus amor patriae dat animum», eis o que revelava um espírito verdadeiramente combativo. Foi o da «escola prussiana» (Droysen, Mommsen, Treitschke, Von Sybel), que se fez o agente activo da unidade alemã e, depois, do pangermanismo. A guerra franco-alemã foi ocasião duma polémica apaixonada entre Mommsen e Fustel de Coulanges, a propósito da sorte da Alsácia e dos direitos histó-

ricos. Após o caso Dreyfus, os historiadores universitários franceses enfrentaram-se violentamente aquando do «tumulto de Fustel», em que a comemoração do nascimento do historiador deu lugar a uma dupla leitura da sua obra pelas esquerdas e pela extrema-direita.

Século da história, o século XIX é talvez, mais propriamente, o século dos historiadores no século. Não é aos militantes marxistas, que, por volta de 1900, entram na historiografia, que se deve pedir um desmentido.

CAPÍTULO X

A historiografia marxista

Singular fortuna a de uma explicação da História que, em menos de um século, se expande pelo mundo e impera em metade dele! Tal sucesso não facilita o estudo. Porque, para um marxista, escrever história e fazê-la são inseparáveis; o historiador da história dificilmente escapa à tentação da adesão ou da exclusão; porque a historiografia marxista é um sistema de análise do real em toda a sua complexidade e da História em todo o seu desenvolvimento, o seu método nem pode ser simples nem pode escapar à História. É portanto no plural que temos de falar de historiografias marxistas, um plural pulverulento em que marxistas — ortodoxos e heréticos —, marxizantes e marxizados oferecem práticas diversas de que seria demasiado cómodo acreditar que a soma das suas analogias diria O método.

Assim, é aos seus progenitores-fundadores que começaremos por perguntar o que é, ou antes, o que foi, há cem anos ou mais, a historiografia marxista.

Marx, Engels e a história

Se é difícil definir claramente a prática marxista da história, é sem dúvida porque Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels

(1820- 1895) não foram verdadeiramente historiadores. Ou foram filósofos da História — no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), por exemplo —, ou teóricos da história — Marx na *Crítica da Economia Política* (1859) e Engels no *Anti-Dühring* (1878) —, ou jornalistas que escreviam «a quente» sobre a actualidade — Marx, *As Lutas de Classes em França, 1848-1850*, obra publicada na *Neue Rheinische Zeitung*, e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, publicado alguns meses após o golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851. Por outro lado, algumas das suas abstracções revestiram-se de formas variáveis, tal como a lei de periodização da História, diferentemente editada de 1846 (*A Ideologia Alemã*) a 1884 (*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*).

Podemos, todavia, deixando os exegetas e discípulos o cuidado de diversificar, afirmar que Marx e Engels fundaram, com o materialismo histórico, dialéctico e científico, um método de análise do real e uma filosofia da História. Engels disse-o ante o túmulo ainda aberto do seu amigo: «Tal como Darwin descobriu a lei da evolução na natureza orgânica, Marx descobriu a lei da evolução na história humana.»

A exposição mais clara do materialismo histórico pelo próprio Marx é certamente a que constitui a introdução à *Crítica da Economia Política*:

«Na produção social da sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual

correspondem formas de consciência social determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral... Em determinado estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não passa da sua expressão jurídica, com as relações de propriedade em cujo seio elas tinham existido até então... Inicia-se então uma época de revolução social. A modificação na base económica subverte mais ou menos rapidamente toda a enorme superestrutura... Uma formação social não desaparece nunca antes de se terem desenvolvido todas as forças produtivas que ela tem capacidade para conter...».

O *Manifesto* expõe, desde as primeiras linhas, o esquema de evolução da História: a luta de classes como motor, a passagem por fases progressitas como itinerário:

«A história de toda a sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.

«Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro — numa palavra, opressores e oprimidos em perpétua oposição, têm travado uma luta ininterrupta».

Coube a Engels expor as leis de mecânica enunciadas por Hegel e conservadas pela lógica marxista apesar da sua ruptura com o idealismo hegeliano: a lei dos contrários, que afirma que a evolução e a mudança se operam pela negação, segundo um encadeamento ritmado por fases antagonistas: afirmação, negação, negação da negação; a lei dita «do quantitativo e do quali-

tativo», que faz sair a mutação qualitativa de uma evolução mensurável.

Formuladas há mais de um século, estas regras de inteligência histórica são aplicadas com rigores e segundo estilos tão diversos que uma história sumária das historiografias marxistas não pode ir além duma caricatura de caricaturas.

Historiografias marxistas

Precisamente no fim do século XIX e princípios do século XX, o marxismo exerceu uma influência limitada a alguns grandes nomes de militantes, muitas vezes mais tentados pela filosofia ou pela economia do que pela história, como sejam Kautsky, na Alemanha, Volpe, na Itália, Jean Jaurès, em França — um Jean Jaurès que colocou a *História Socialista da Revolução Francesa (1901-1904)* sob a tripla invocação de Marx, Michelet e Plutarco!

Entre 1930 e 1960, durante um período que corresponde aproximadamente à fase estaliniana da história da U.R.S.S., a historiografia marxista viveu a sua época dogmática. É o tempo da «esclerose ideológica» (Guy Bois), das «descrições ontológicas da realidade» (Trukhanovsky), e do «infantilismo» (Gramsci). O paradigma é dado pelo opúsculo de Estaline, *Materialismo Dialéctico e Materialismo Histórico*, cuja influência foi considerável e de que o editor da tradução francesa dizia, em 1937: «Esta obra foi traduzida três séculos depois do aparecimento do *Discurso do Método*: são dois momentos de um mesmo esforço, duas obras da mesma estatura.» Lá se afirmavam:

— a unicidade e a linearidade da lei do desenvolvimento: «A História conhece cinco tipos fundamentais de relações de pro-

dução: a comuna primitiva, a escravatura, o regime feudal, o regime capitalista e o regime socialista»;

— o jogo permanente e determinante da causalidade ascendente, da infra-estrutura económica nas estruturas sociais, das estruturas sociais nas superestruturas: «A superestrutura é o reflexo da infra-estrutura»;

— a irreversibilidade absoluta da História, o seu progresso incessante e «aos saltos»;

— o determinismo duma evolução sempre *sic et simpliciter* regida pelas leis científicas: «lei de desenvolvimento», «lei de pauperização», «leis da insurreição».

A desestalinização, a extensão do socialismo de índole marxista a países de civilização agrária, as análises de Gramsci (*Materialismo Storico*) — afirmando que a superestrutura tem uma existência relativamente autónoma, que a economia não obedece a leis mas a tendências, que o materialismo mecanicista é um infantilismo primitivo —, a coexistência pacífica, que abre os países «socialistas» às influências «burguesas», e portanto às seduções da Nova História — todos estes factores conduzem a uma flexibilização e a uma complexificação da metodologia histórica marxista.

Prosseguem os debates teóricos sobre as fases, mas para afirmar a «plurilinearidade» das evoluções, definir, segundo o modo asiático de produção, uma «via africana», e sobretudo fazer da distinção de Marx de uma série de épocas progressivas «um esquema provisório e sempre revisível» (A. Pelletier e J.-J. Goblott), uma abstracção hipotética. Mantém-se a determinação económica, mas apenas «em última instância». De actor principal, a economia tende a tornar-se, na cena historiográfica, senão um cenário, pelo menos uma espécie de *Deus ex machina* que intervém no prólogo.

As condições políticas explicam sem dúvida o regresso em força da história factual — mas teria ela alguma vez desaparecido? O Estado solicita aos historiadores a legitimação de novas fronteiras ou de independências recentes, a reabilitação dos heróis do passado, a ressurreição dos grandes momentos militares e diplomáticos do país. A história-batalha ocupa um vasto espaço, tanto na investigação como no ensino.

Mas esta maneira antiquada de escrever a história não deve ocultar o que foi e continua a ser o contributo original da historiografia marxista.

A historiografia marxista como história nova

Dogmática ou flexível, a abordagem marxista do passado faz-se em novas perspectivas.

O historiador marxista dispensa uma atenção privilegiada aos fenómenos sociais, ao seu aspecto conflitual, principalmente à sorte dos mais desfavorecidos. Na Europa, interessa-se pelo movimento operário, pela condição operária, pelas greves, pelas revoluções; na Ásia, no rasto do historiador chinês Kuo Mo-jo, pelas guerras camponesas. Não foi por acaso que foi um historiador soviético, Boris Porchnev, que lançou em França o estudo dos levantamentos de camponeses sob o Antigo Regime.

Presta-se igualmente bastante atenção à história económica, à produção, suas técnicas e crises. Os historiadores marxistas contam-se, neste domínio, entre os pioneiros. É a Jaurès, por exemplo, que se deve a primeira perspetivação económica da Revolução Francesa. O gosto muito vivo manifestado pela historiografia marxista em relação à história económica não é unicamente devido a uma leitura materialista do real; origina-se na

própria inexistência de uma história económica no início deste século e na obrigação em que se acham os historiadores marxistas de a escrever como um preâmbulo a uma história, já não das coisas, mas dos homens. É possível, no entanto, que alguns deles, talvez muitos, tenham confundido economismo de necessidade e economismo de sistema.

Deve-se à historiografia marxista a descoberta e a exploração de um território, o da cultura material definida como tudo o que se refere à produção, excepto a produção: «meios de produção e de trabalho, objectos manufacturados, forças produtivas e produtos materiais utilizados pelos homens» (A. Gieyzstor). Lenine criou, em 1919, a Academia de História da Cultura Material da RSFSR, a Polónia possui um Instituto de História da Cultura Material, de reputação internacional.

«Estrutura», «conjuntura», «duração»... muitos dos conceitos fundamentais da Nova História pertencem à linguagem dos historiadores marxistas. É certo que rejeitam — a dialéctica obriga — a invariância cara aos estruturalistas; mas percebem no real estruturas de evoluções lentas e momentos fortes, conjunturas de crises em que, no termo de um amadurecimento, as relações se invertem... Marc Bloch, E. Labrousse, F. Braudel, em França, e Fogel — o pai da *New Economic History* nos Estados Unidos — foram *compagnons de route* do materialismo histórico. Bem ou mal para este? Utilizando sem precauções um «dial-mat» demasiado flexível, passa-se de um dogmatismo mecanicista para um ecumenismo metodológico de que não se pode afirmar com segurança que ajude a clarificar a situação da história nos nossos dias.

Talvez a situação em que se encontram os historiadores continue a ser o critério mais eficaz para distinguir os historiadores marxistas dos historiadores não marxistas, pelo menos através do mundo! Nos países «socialistas», a história tem uma

função essencial: dita o caminho, edifica o homem, conforta a nação, serve o Estado. Clio serve ou Clio senhora? A questão não é nova. Responder-lhe equivale a escolher.

CAPÍTULO XI

A Nova História hoje

«Afirmemo-lo sem hesitar: a história como ciência humana federadora do nosso tempo nasceu entre 1929 e o início dos anos trinta» (P. Chaunu); «A história nova» (J. Le Goff). Pode parecer paradoxal abordar de maneira cronológica e num quadro nacional o estudo do aparecimento da Nova História; não nos ensina esta que a história profunda, a das modificações duradouras, despreza a cronologia escrupulosa e das fronteiras políticas? A tendência que têm os historiadores franceses para datar o seu nascimento com a criação, em 1929, da revista *Annales*, por Lucien Febvre e Marc Bloch, pode passar pela derradeira e chauvinista metamorfose do *topos* de uma França-mãe-das-inovações.

Nascimentos

Seria ilegítimo excluir da corrente que sob os nossos olhos transforma a escrita da história, as suas fontes longínquas e múltiplas e os seus afluentes de confluências tardias.

Pioneiros, o belga Henri Pirenne — que os fundadores da *Annales* fizeram, por sua vez, seu mestre e colaborador; o holandês Huizinga, cujo *Declínio da Idade Média* funda, em 1919, a história das mentalidades; o polaco Znaniecki, criador em Poznan, em 1921, do grupo de «História vivida», que empreende a recolha de narrativas autobiográficas populares; antes destes, os mestres alemães, Wiebe, que «inventa» a história dos preços, os fundadores em 1903, da *Vierteljahrschrift für Sozial — und Wirtschaftsgeschichte*...

Seria injusto esquecer o contributo soviético na exploração da cultura material e sobretudo a prodigiosa actividade americana em história económica — desde Simon Kuznets até à *New Economic History* —, em história oral (a *Oral history* é praticada desde 1952 em Colúmbia), em arqueologia, onde se fala, além-Atlântico, duma *New Archeology*...

Finalmente, seria lamentável ocultar a mais extensiva das transformações actuais da historiografia, a que vê os novos Estados saídos da descolonização chegar à independência cultural, adquirindo os meios de pôr fim à sua amnésia.

Assim, não é erróneo ver na escola da *Annales* o berço da história nova. Por um lado, porque, graças à revista, e depois graças a um centro de pesquisa (a VI secção da Escola Prática dos Altos Estudos, criada em 1947-1948), Lucien Febvre e os seus discípulos puderam dispor de uma tribuna e um laboratório inteiramente votados à inovação, meios de que na época não dispunham os seus émulo estrangeiros; por outro lado, porque a actividade historiográfica foi nessa altura esterilizada ou desviada pelo totalitarismo nos países da Europa tradicionalmente fecundos e imaginativos. Também não faltam boas razões para que o mais erudito e aberto dos historiadores da história, Arnaldo Momigliano, declarasse em 1961: «A Escola da *Annales* está

em vias de conquistar o lugar não há muito ocupado na Europa pela Escola Alemã.»

Convém ainda dar aqui à palavra «escola» o seu sentido mais extensivo. Muitos novos historiadores, mesmo franceses, não publicaram nada na revista *Annales*; nem por isso deixam de ser novos historiadores, isto é, praticantes duma historiografia em ruptura com as antecedentes e contemporâneas. E, para encerrar este preâmbulo como o começámos, por um paradoxo, note-se que, dotada assim dum estado civil, a Nova História tem meio século, o que significa que possui já a sua história.

Para um mundo novo, uma Nova História

Se há um capítulo da história ao qual se pode aplicar o aforismo de Croce — «toda a história é história contemporânea» — é precisamente este que tem a Nova História como objecto.

Devem, evidentemente, ser tomadas em conta as causas endógenas, puramente historiográficas. É fácil constatar que a Nova História se apresenta como uma oposição. L. Febvre denuncia «aqueles que fazem a história como as suas velhas avós, em ponto pequeno», as suas «prudências temerosas», o seu «culto do facto intelectualmente preguiçoso». Os redactores da *Annales* rejeitam a história factual, biográfica, historicizante, a erudição monográfica, o corporativismo ciumento e deliberadamente imperialista dos historiadores do *establishment* universitário, a sua fé ingénua no método milagroso graças ao qual o facto brota do texto. Retomam à sua conta as críticas dos filósofos — de um Henri Berr, por exemplo, que faz, em 1900, da

Revue de Synthèse Historique o espaço pioneiro da interdisciplinaridade —, dos sociólogos e dos economistas — a contravésia que, a partir de 1903, opõe Simiand a Seignobos dá uma medida da profundidade do fosso que separa aqueles que, dos factos humanos, consideram apenas os particulares, daqueles que não querem reter senão os regulares —, os polemistas, em cuja primeira linha se conta Charles Péguy com as duas «bom-bas», a *Thèse* (1912) e *Clio*.

Os progenitores da *Annales* associam-se à ofensiva anti-histórica mas à sua maneira, correspondendo-lhe com uma ultrapassagem historiográfica. Seguem assim uma via paralela à dos historiadores marxistas. O facto de, até à Guerra, as *Annales* se terem designado *Annales d'Histoire Economique et Sociale* diz muito da analogia das curiosidades, senão dos próprios métodos.

No entanto, mais do que à história do género, é à história do mundo que é necessário recorrer para compreender a evolução e o nascimento da história nova.

Um mundo em que, no horizonte dos anos vinte, o económico invade o campo do político, em que a construção do socialismo passa pela electrificação, a estatização, a planificação; a paz pelo reembolso das dívidas, o pagamento das reparações, o embargo de «bens produtivos»; a sobrevivência das democracias pela difícil terapia das epidemias monetárias, dos défices de balanços ou de orçamentos, da Grande Depressão. Keynes, Poincaré, Hoover e, pouco depois, F. D. Roosevelt e o Dr. Schacht têm um ponto comum: propõem e fazem políticas económicas.

Um mundo em que as massas são interpeladas pela História e convidadas a fazê-la: revoluções sociais, manifestações sociais, organizações sociais, política social... Como não havia de ser a Nova História, logo de início, económica e social?

Um mundo em que se prepara o triplo declínio da Europa. Declínio cultural, que arrasta o reconhecimento da diversidade e da igualdade em dignidade das civilizações — e as *Annales* tornam-se, em 1946, por alongamento do título e substituição pelo plural de um singular demasiado restritivo, *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*. Declínio demográfico, em que ao despovoamento de uns corresponde o superpovoamento de outros: oferece-se um território novo à inquietação daqueles que, para compreender o presente, interrogam o passado. Declínio político: à descolonização corresponde um terceiro-mundismo historiográfico que, pelas vias novas da etno-história, reencontra a eterna demanda histórica, a das raízes, da identidade e da altivez.

Assim se expande, há meio século, o império de *Clio*. A verdadeira revolução, no entanto, é algures. Subversiva, afecta a inteligência, o saber e o instrumento de trabalho.

A inteligência das coisas: os físicos falam de relatividade, de espaço-tempo, de incerteza; os cibernéticos, de causalidade circular, de retroacções; os mitógrafos avançam com o termo «invariância» e contribuem para o êxito do estruturalismo. Não se fala senão de — não é essa, afinal, a *Nature de la nature* (Edgar Morin)? — complexidade, sistema, interacções, ciclo, meio ambiente.

Os saberes relativos ao homem (sociologia, etnologia, antropologia, psicanálise, etologia) atingem sucessivamente a idade adulta. A demografia adquire um estatuto científico. A biologia torna-se globalizante.

Os instrumentos de trabalho: a linguística, ó paradoxo!, transforma-se em técnica de enumeração dos signos no momento em que, dizem-nos, a imagem e o som se vingam de Gutenberg. A memória infalível, porque inumana, do computador armazena com uma avidez admirável e trata com uma prodigiosa

rapidez tudo o que o homem lhe dita, em linguagem pobre, acerca dele e do universo. «O historiador de amanhã será programador, ou já o não será» (E. Le Roy-Ladurie). Capítulo final: Clio e a máquina.

Antes disso, no berço da Nova História, uma progressiva ampliação das curiosidades que nada parece dever interromper, já que a Nova História é, antes de mais, uma história sempre nova.

Novos objectos

A extensão do campo historiográfico processa-se por fases. Nos anos trinta, o historiador anexa a economia e a sociologia. Constituem-se uma história económica — concebida mais como a história dos preços e das moedas, das trocas, dos ritmos, dos ciclos (*trend* secular, ciclo de Kondratieff, fases A e B...), do que como a da produção, dos seus modos e dos seus meios, terreno privilegiado dos historiadores marxizantes — e uma história social, que não se limita à história das classes e das suas relações conflituais mas se estende à dos grupos e dos seus recontros multiformes: a célula familiar, as comunidades rurais e urbanas, os «círculos de sociabilidade» (academias, salões, cafés, sociedades desportivas), as minorias, os marginais, os enclausurados. Vem em seguida a geo-história, que pode ser o estudo dum fenómeno natural (história do clima), que é sobretudo interrogação sobre a dialéctica do espaço e do tempo, e pesquisa da área onde, melhor do que no interior das «fronteiras artificiais» (F. Braudel), vive uma sociedade em equilíbrio dinâmico com o meio que ela transforma. Emerge depois, a partir dos anos cinquenta, uma história demográfica, a princípio quantita-

tiva, e hoje mais qualitativa; passou-se duma história da mortalidade para uma história da morte, duma história da natalidade para uma história dos comportamentos sexuais, dos partos, da mãe, da criança... Chegou-se assim «ao mais secreto e profundo do homem» (Ph. Ariès), às mentalidades, isto é — e alonga-se a lista que remete para o homem inesgotável —, aos sentimentos e paixões colectivas (o amor, o medo), às representações, aos sonhos, aos mitos, esses sistemas de codificação social que permitem ao grupo humano mergulhado numa mesma cultura apreender-se a si mesmo, compreender o mundo e actuar sobre ele. Paralelamente elaborou-se uma história do corpo, da doença, do consumo, dos gestos...

Deste modo o quotidiano, deixando de ser um cenário da «grande história», «grandes acontecimentos» e «grandes homens», é o objecto privilegiado do conhecimento histórico. O termo «cultura» já não evoca um escol ou uma obra-prima mas uma produção, uma difusão, uma recepção. Os historiadores da cultura material «deslocam as curiosidades dos lugares célebres para os lugares quotidianos, da cidade e do palácio para a aldeia e a casa, do objecto de arte para o utensílio» (J. Le Goff). Assim se alonga o questionário. Um questionário que Lucien Febvre, há meio século, tinha impaciente e soberbamente lançado numa apreciação famosa da *História da Rússia* de Seignobos (o do método!) e Miliukov:

«Abro a *História da Rússia*: czares grotescos escapados do *Rei Ubu*; tragédias de palácio; ministros concussionários; burocratas-papagaios ukazes e prikazes à discrição. Mas a vida forte, original e profunda deste país; a vida da floresta e da estepe, o fluxo e refluxo das populações em movimento, a grande maré que para além do Ural irrompe impetuosamente até ao

Extremo Oriente siberiano; e a vida riquíssima dos rios, os pescadores, os barqueiros, o tráfego; e a prática agrícola dos camponeses, os seus instrumentos, a sua técnica, a rotação das culturas, o pastoreio; a exploração florestal e o lugar da floresta na vida russa; a fortuna fundiária da nobreza e o seu modo de vida; o aparecimento das cidades, a sua origem; desenvolvimento, caracteres, instituições; as grandes feiras; a constituição do que nós chamamos uma burguesia — mas terá havido alguma vez uma burguesia na Rússia? —, a tomada de consciência de todo este mundo, de uma Rússia que evoca neles que representações precisas e de que ordem? Étnica? Territorial? Política? o papel da fé ortodoxa na vida colectiva russa e se ela tem lugar (se não tem, dissei-o) na formação individual das consciências; as questões linguísticas; as oposições regionais e os seus princípios — que mais poderei dizer? Sobre tudo aquilo que se me apresenta sob a forma de pontos de interrogação, sobre tudo aquilo que para mim é a própria história da Rússia: pouco ou nada, nessas 1400 páginas.» (*Revue de Synthèse*, VII, 1934.)

É que o novo percurso do historiador, desde o questionário inicial à conclusão aberta, começa por ser isso: o objecto solicitado por uma curiosidade incessantemente desperta e colocada numa relação nova com o espaço-tempo.

Percurso novo

«Todo o problema de base», inquietava-se ou porventura re-
gozjava-se L. Febvre, «não deixa de se complicar, de se am-

pliar em superfície e em espessura.» «Problema»: o historiador, no início do seu trabalho, revela mais paixão a interrogar o seu objecto do que a seguir o antigo método de recolha e fixação dos textos. Esta problemática de partida não deve ser confundida com a hipótese inseparável de toda a investigação científica. Não se trata duma orientação *a priori* que antecipa o resultado, mas de enriquecimento, duma complexificação do assunto. Estuda-se a Revolução Francesa de 1789? O historiador interroga-se: a ou as? Revolução ou acidente? Francesa ou atlântica? Nascida em 89 ou na década de 70? Cada ciência auxiliar traz consigo o seu lote de questões suplementares. O recurso ao computador necessita desde logo da elaboração dum questionário que permitirá fornecer materiais codificados em função dos problemas. As relações do historiador com o computador são as do interrogador com o interlocutor. Como nota P. Nora, «toda a época positivista acreditou que a existência das fontes e a possibilidade do seu exame exaustivo ditavam a problemática histórica, quando a inversa é que é verdadeira; é a problemática que faz nascer as fontes, praticamente inesgotáveis».

«Ampliar-se em superfície»: a extensão no tempo remete para o alongamento no espaço. O Mediterrâneo de F. Braudel é «o maior Mediterrâneo», que engloba o Sara, a Europa, o próprio Atlântico. Montaillou situa-se na «área ibérica das civilizações pirenaicas...» Para determinar o espaço tirreno na época de Filipe II, F. Braudel remete-nos para os Etruscos, para Cartago e para o tempo actual; este tempo actual de que parte P. Chaunu ao estudar *La Mort à Paris* na época moderna, uma morte que não existe para o homem senão através duma consciência que «emerge do homínideo há cerca de 30 000-40 000 anos...» Assim vagueia a Nova História, nas fronteiras incessantemente alargadas de um espaço e de um tempo que sempre lhe parecem excessivamente limitados.

«Em espessura», também. A espessura do tempo, antes de mais, já que para os novos historiadores a configuração do tempo é profundamente diferente da que lhe atribuíam os seus predecessores. O tempo nem é uno nem filiforme; é múltiplo e espesso. Existe um tempo curto, o do acontecimento, da biografia, da política, da guerra, que é medido pelo ano, o mês, o dia, a hora; o tempo mais lento, o tempo social, em que a mudança só se opera ao ritmo das gerações ou dos séculos; a longa duração, em cujo interior se situam as civilizações; quase imóvel, enfim, há uma «história dos homens nas suas relações estreitas com a terra». Acontecimento, conjuntura, estrutura... do fugidio ao imóvel não há nada a excluir de tudo o que se vive num tempo «a mil velocidades, a mil lentidões» (F. Braudel); não há dúvida, porém, de que a maior novidade e a mais importante se situa nas profundidades inexploradas.

Espessura do real, também, cuja riqueza e complexidade a análise braudeliana do tempo exprime. A multiplicidade das abordagens despedaça o objecto; a marcha progressiva das explicações reconstitui-lhe a unidade. A observação fragmenta, a inteligência consolida. Uma história do consumo não pode ignorar nem os contrastes entre cidades e campos, remediados e carenciados, velhos e jovens, nem os calendários religiosos, nem os ritos culinários, nem as fomes e as suas causas, nem a produção e as trocas. Face ao jogo de interacções sem fim, ricocheteando de um nível para outro, a lógica histórica é totalizante, globalizante. Não se trata já de captar o sentido das coisas por uma espécie de genealogia das causas; não se trata de privilegiar uma causa — sempre a mesma — «em última instância». O historiador apercebe-se de um emaranhado de causas. O que lhe importa é mostrar ao mesmo tempo a solidariedade dos elementos mergulhados no mesmo contexto (interacção) e a força dos condicionamentos físicos e psíquicos vindos de muito

longe (estruturas). A Nova História é também uma nova inteligência...

A inflação documental

O historiador é ao mesmo tempo cúmplice e vítima duma prodigiosa inflação documental.

Cúmplice na medida em que inventa novos documentos. Deixando de fazer do texto a fonte quase exclusiva da sua informação, afirma que a história se faz com todos os tipos de fontes: uma sombra no solo, detectada pela fotografia aérea, que revela um *habitat* pré-histórico ou a configuração do *limes* romano; os relatos auto-biográficos dos operários polacos ou ingleses, que revelam uma história desconhecida; o desenho das estradas e dos caminhos numa carta, que denuncia as fases da valorização dum território; um filme que nos mostra o lugar decisivo das mulheres na revolução de Fevereiro em Petrogrado... Quanto aos vestígios escritos, os mais humildes são os mais preciosos para o historiador do quotidiano: os *graffiti* de Pompeia valem mais do que as descrições de batalhas no *De bello Gallico*.

Simultaneamente vítima e cúmplice, quando se trata de fontes tradicionais. A multiplicação dos sítios arqueológicos e a obrigação imposta às administrações e às empresas de despejar os seus documentos antigos nos depósitos públicos inundam museus e serviços de arquivos com uma vaga impetuosa de pedras, louças, material impresso, fotografias e bandas sonoras. Cada década do século XX acumula mais informações do que os seis milénios que nos separam da invenção da escrita reuniram e nos transmitiram. Já lá vai o tempo do arquivista colec-

cionador e do conservador coleccionador. Presentemente, o arquivista tem de eliminar e o conservador de empilhar as suas novas aquisições em salas bem fechadas. Ainda que se tratasse apenas dos documentos mais recentemente depositados... Mas o novo historiador junta à sua curiosidade o conjunto de fontes já utilizadas que reclamam, em sua opinião, novos estudos. A mitografia, a linguística e a psico-história apoderam-se de Tito Lívio e extraem dos seus *Anais* uma reescrita das origens de Roma.

Como na época da massa documental, poderá o historiador dizer-se exaustivo e continuar a usar métodos artesanais? Chegou a hora de Clío se confundir com a sua irmã Urânia.

A matematização

A fortuna actual das matemáticas em história é devida à convergência de diversos factores:

— O velho anseio cientista despertado no final do século XVI e proclamado no século XIX por historiadores para quem não existe verdadeira ciência senão a do número.

— A necessidade sentida pelos teóricos de ciências humanas fortemente matematizadas — a economia e a demografia — de darem aos seus estudos um pano de fundo histórico. Assim nasceram, a partir de 1930, uma história dos preços (Simiand, Hauser, Labrousse, em França; Bveridge, na Inglaterra; Posthumus, nos Países Baixos), e a partir de 1950, uma história do crescimento económico lançada por Kuznets nos Estados Unidos, e uma história demográfica em que, em França, especialistas (Sauvy, Henry) e historiadores (Goubert, Chaunu) seguem uma rota comum.

— O recurso a técnicas de análise que fazem uso das matemáticas: estudo lexicométrico e semântico dos discursos e, em arqueologia, exames físico-químicos sofisticados para datação (carbono 14, potásio-argón) e para o conhecimento dos compostos (análises por activação neurónica, bombardeamento iónico...).

— Constituição de bancos de dados e tratamento da informação por computador, que recorrem à análise factorial, à análise das proximidades e outra classificação automática cujo conjunto forma um ramo específico das matemáticas.

— A inflação documental, enfim, com exigências a que só as práticas de «peso global» permitem responder.

O elemento mais importante desta história matematizada em cada fase, ou quase, da sua elaboração, é o que P. Chaunu designou por «história serial» e definiu como uma história que se interessa «pelo elemento repetido, portanto integrável numa série homogénea susceptível de se submeter em seguida a processos matemáticos clássicos de análise». A história serial nasceu onde existiam documentos estatísticos elaborados ou facilmente elaboráveis, e daí a sua dupla limitação original: limitação temática à economia e à demografia, e limitação cronológica à era estatística (que principia na Europa atlântica entre o final do século XVIII e meados do século XIX) e à era proto-estatística, mais velha dois a quatro séculos. Em meados da década de sessenta, sucederam aos computadores da primeira e da segunda geração, que utilizavam o incómodo suporte de cartão perfurado e tratavam dados simples, computadores ditos da terceira geração, que utilizam fita magnética ou disco, capazes de tratar uma informação lógica. A informática podia, por conseguinte, conquistar todos os domínios do passado e até, pela análise do discurso, limitar-se ao estudo do texto único. Aos documentos fiscais, recenseamentos, inventários, sucedem como fontes os

testamentos, os retábulos, as cerâmicas, as inscrições funerárias, as iluminuras dos manuscritos, os catálogos de bibliotecas, a obra de Santo Agostinho... O estudo exaustivo, quantificado, dos comportamentos, das sensibilidades, das culturas, torna-se possível — derradeira preciosidade da Nova História.

Portanto, é novamente posto em causa o método elaborado no século passado.

Nova crítica ou morte da crítica?

Devido ao seu elevado número, os documentos já não podem ser submetidos a uma crítica individual. É possível pôr em dúvida o funcionamento duma craveira num centro de recrutamento francês quando se estuda a evolução da estatura dos recrutas, de todos os recrutas, de 1819 a 1826? É possível suspeitar da veracidade de um testamento quando se examinam 50 000? Como reconhece E. Le Roy-Ladurie, «o *corpus* é de tal modo enorme que desafia a tradicional análise pela crítica histórica».

O historiador «quantitativista» é, por conseguinte, canalizado para três atitudes: credulidade temperada — confiar nos notários, no fisco, nos distritos de recrutamento... —, abandono a uma ética dos grandes números — documentos erróneos, supostamente raros, verão a sua preversidade anulada por médias estabelecidas sobre 99% de dados sãos —, e confiança no computador encarregado de detectar as aberrações.

Quanto à crítica de verosimilhança, essa conquista do século XVIII racionalista, é considerada como perigosamente mutiladora. O que importa é conhecer do passado os seus sonhos, as quimeras, as fábulas, para lhe reconstruir o imaginário colecti-

vo. Assim, os mitos tornam-se fontes preciosas para a historiografia. Mais: contribuem para o seu nascimento se, como demonstrou G. Dumézil, os episódios relatados por Tito Lívio sobre os séculos obscuros de Roma, longe de serem factos integrados na lenda, são mitos vindos de longe e habilmente historizados.

Pelo contrário, se o método histórico perde a sua singularidade, os historiadores de hoje dispõem de grande número de métodos que têm dado as suas provas na análise do presente. Mais Método e demasiados métodos; tal é, porventura, a curiosa situação em que se encontra a história por causa do recurso às ciências humanas. Mas serão estes métodos aplicáveis por simples transferência para o passado? Serão os modelos transponíveis no tempo? Conhece-se a audácia de certas retroprojectões, a da escola demográfica de Cambridge que, a partir do primeiro recenseamento válido da população inglesa (1871), e de algumas referências parciais, reconstitui a história demográfica britânica até 1550; a de Fogel e da *New Economic History*, que se divertem — é que se trata de um jogo — a substituir uma evolução conhecida, a da economia americana desde a construção dos caminhos-de-ferro, por exemplo, por um cenário cientificamente imaginado, a fabricar uma não-história.

Não é por acaso que, no momento em que as antigas ficções se tornam objecto de estudo para alguns, outros, e não dos menos matemáticos, criam a história-ficção.

Em que ficamos? Morte da história? Senilidade? Ou eterna juventude de Clio?

CONCLUSÃO

Há vinte e quatro séculos que o homem se fez historiador. Quem pensaria em negar como foi longa, entretanto, a caminhada de Clio? Desde Heródoto e Sseu-Ma Ts'ien, o discurso ganhou em autenticidade, em substância, em alcance, em variedade. Do tempo curto do memorialista — preocupado com transmitir à posteridade os altos feitos de que foi testemunha e muitas vezes actor — à longa memória do pré-historiador, que recua cada vez mais a emergência de Adão, o olhar do historiador adquiriu uma profundidade de campo que vai quase até ao infinito. E a imagem ganhou em nitidez; as brumas lendárias dissiparam-se ou, recuperadas, tornaram-se objecto de história. À vagabundagem de Heródoto pelos quatro cantos dum pequeno mundo rodeado de monstros e de heróis, à explicação razoável de Tucídides dissecando o drama da Hélade, sucede uma história que ordena a duração — *ab Urbe condita, ab Adam...* — e conquista, cultura após cultura, o mundo uno. Muito tempo sob a tutela da retórica, da moral, da teologia e da filosofia, Clio dificilmente adquire a sua autonomia. Às histórias à Salústio, à Plutarco, à Bossuet e à Condorcet sucede, ou antes, acrescenta-

-se uma história à Ranke, lidimamente historiográfica. Dotada de um método — O método —, rica de jazidas de memórias bem referenciadas e facilmente exploráveis, servida por uma corporação de mestres, Clio reina. A história é, no século XIX, a Ciência Nova que Vico invocava nos seus votos.

Situação efêmera. Filha do seu tempo, a historiografia sofre os efeitos das perturbações culturais, políticas, económicas e técnicas que abalam o mundo. Duas novas vias se abrem aos historiadores. Por um lado, uma prática marxista que remete a história para a tutela da filosofia, da moral e da retórica — da História a fazer, do Homem a construir, do Discurso a reproduzir. Por outro lado, práticas múltiplas, renovadas: métodos emprestados, territórios anexados, questões estimulantes, um discurso jamais encerrado sobre objectos sem limitações. Entre o encerramento na Verdade e a errância através do inesgotável e do relativo, Clio vai ter de escolher?

Existe uma crise que os historiadores marxistas tentam conjurar através de uma flexibilização do seu método e que os novos historiadores julgam paliar através de uma redescoberta do acontecimento, do texto, do homem singular. Esta crise só afecta, é certo, as práticas científicas da história. Na verdade, se a historiografia evolui, desde há cerca de quatro séculos, nem por isso deixa de continuar a ser o que foi. «Há cem maneiras de escrever a história», dizia Guizot. Presentemente, há uma que entusiasma o público e que contém em si a morte da historiografia: a história filmada. Uma outra, a história oral, que manifesta o desejo profundo de encontrar as suas raízes num espaço e numa duração estreitamente limitados. Uma outra ainda, a história contada do «era uma vez», que triunfa não só nas livrarias mas até nas «estranhas lucernas». Entre o hermetismo das curvas e o jargão ideológico, há lugar — um espaço crescente — para o relato bem torneado, para o prazer de ler.

Não seria isto o que queria dizer o escultor grego que nos deixou esse busto estranho em que se opõem dois rostos, o de Heródoto e o de Tucídides? É evidente que, nestes vinte e quatro séculos, Clio enriqueceu prodigiosamente as suas perspectivas e a sua memória. Através dos seus êxitos e infortúnios, a sua vida dá testemunho dos tempos passados e da necessidade de história que o homem traz consigo e que o transporta.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

GENERALIDADES

Em francês podem-se encontrar panoramas rápidos mas sugestivos nas obras seguintes:

MARROU (H.-I.), «Qu'est-ce que l'histoire?», em *L'histoire et ses méthodes*, sob a dir. de Ch. SAMARAN, Paris, 1961.

CHAUNU (P.), *Histoire, science social*, Paris, 1964.

CROCE (Benedetto), *Théorie et histoire de l'historiographie*, trad. do italiano, Droz, 1978.

A revista internacional quadrilíngue, *Storia della Storiografia* (Milão, Jaca Book), criada em 1982, é inteiramente dedicada ao estudo da história da historiografia.

Em inglês:

BARNES (H. E.), *A History of Historical Writing*, 2.^a ed., Nova Iorque, 1963.

CAPÍTULO I

CHAUNU (Pierre), *La mémoire et le sacré*, Paris, 1978.

BALANDIER (Georges), *Sens et puissance*, Paris, 1971.

ZIEGLER (Jean), *Le pouvoir africain*, Paris, 1979.

CAPÍTULO II

ROUSSEL (Denis), *Les historiens grecs*, Paris, PUF, col. «Sup», 1973.

VAN EFFENTERRE (Henri), *L'histoire en Grèce*, Paris, Colin, col. «U2», 1967.

CAPÍTULO III

ANDRÉ (J.-M.) et HUS (A.), *L'histoire à Rome*, Paris, 1974.

LE GALL (J.-A.), «L'histoire à Rome dans l'Antiquité», em *L'Histoire*, por J. ARROUYE e outros, Paris, Bréal, 1980.

CAPÍTULO IV

GARDNER (Ch.), *Chinese Traditional Historiography*, Harvard University Press, 1961.

Historians of China and Japan, sob a dir. de W. G. BEASLEY e E. G. PULLEYBLANK, Oxford University Press, 1961.

ELISSEEFF (D. e V.), *La civilisation de la Chine classique*, Paris, 1976.

CAPÍTULO V

LACROIX (Benoit), *L'historien au Moyen Age*, Montréal- Paris, 1971.

Le métier d'historien au Moyen Age, études sur l'historiographie médiévale, sob a direcção de Bernard GUENÉE, Paris, 1978.

«L'historiographie en Occident du Ve au XVe siècle», *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, t. 87, 1980, n.º 2.

La storiografia altomedioevale. (Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo, t. XVII), 2 vols., Spoleto, 1970.

GUENÉE (B.), *Histoire et culture historique de l'Occident médiéval*, Paris, 1981.

CAPÍTULO VI

GABRIELI (Francesco), *L'Islam nella storia, saggi di storia e storiografia musulmana*, Bari, 1966.

GABRIELLI (F.), *Historiens arabes des croisades*, trad. francesa, Paris, 1978.

SAUVAGET (J.), *Historiens arabes, pages choisis*, Paris, 1946.

WIET (Gaston), *Introduction à la littérature arabe*, Paris, 1966.

CAPÍTULO VII

Para o conjunto do período dos séculos XVI-XIX:

FUETER (Edouard), *Geschichte der neuen Historiographie*, 1911; trad. franc., *Histoire de l'historiographie moderne*, 1914. A obra foi resumida por:

LEFEBVRE (Georges), *La naissance de l'historiographie moderne*, Flammarion, 1971.

BOURDE (Guy) e MARTIN (Hervé), *Les écoles historiques*, Paris, Ed. du Seuil, 1983.

Para o Renascimento:

GUSDORF (Georges), *Les sciences humaines et la pensée occidentale*, II: *Les origines des sciences de l'homme*, Paris, Payot, 1967.

FERGUSON (Wallace K.), *La Renaissance dans la pensée historique*, trad. franc., Paris, Payot, 1950.

HUPPERT (Georges), *L'idée de l'histoire parfaite*, Paris, Flammarion, 1973.

MONNIER (Philippe), *Le Quattrocento*, nova ed., Paris, Perrin, 1924.

CHASTEL (André) e KLEIN (Robert), «Humanisme, conscience historique et sentiment national», *Diogenes*, n.º 44, Out./Dez. 1963.

MOMIGLIANO (Arnaldo), *Contributi alla storia degli studi classici*, 2 vols., Roma, 1955.

CAPÍTULO VIII

GUSDORF (Georges), *Les origines des sciences humaines*, Payot, 1967.

CHAUNU (Pierre), *Le sursis*, Laffont, 1978.

DELEHAYE (H.), *L'oeuvre des bollandistes*, 2.ª ed., Bruxelas, 1958.

CAPÍTULO IX

GOOCH (G. P.), *History and Historians in the Nineteenth Century*, 4.ª ed., Boston, 1959.

CARBONELL (Ch.-O.), *Histoire et historiens, une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*, Privat, 1976.

KEYLOR (W. R.), *Academy and Community*, Harvard University Press, 1975.

CAPÍTULO X

VILAR (Pierre), «Histoire marxiste, histoire en construction», em *Faire l'histoire*, sob a dir. de J. LE GOFF, t. I, Gallimard, 1974.

BOIS (Guy), «Marxisme et histoire nouvelle», em *La Nouvelle Histoire*, sob a dir. de J. LE GOFF, Paris, 1978.

CAPÍTULO XI

La Nouvelle Histoire, sob a dir. de J. LE GOFF, R. CHARTIER e J. REVEL, Paris, Ed. Retz-CEPL, 1978.

BARRACLOUGH (Geoffrey), *Tendances actuelles de l'histoire*, Flammarion, col. «Champs», 1980.

Faire l'histoire, sob a dir. de J. LE GOFF e P. NORA, 3 vols., Gallimard, 1974.

COUTAU-BEGARIE (Hervé), *Le phénomène Nouvelle Histoire*, Paris, Economica, 1983.

CHAUNU (Pierre), *Histoire quantitative, histoire sérielle*, A. Colin, 1978.

HEFFER (Jean), *La Nouvelle Histoire économique; le dossier de la question*, Gallimard, 1977.

IGGERS (G.), *New Directions in European Historiography*, Wesleyan University Press, 1975.

La Historiografía en Occidente desde 1945, por Ch.-O. CARBONELL, P. BURKE, V. VASQUEZ DE PRADDA e outros, Pamplona, Ed. Universidad de Navarra, 1985.

ALLEGRA (L.) e TORRE (A.), *La nascita della storia sociale in Francia*, Turim, Fond. L. Einaudi, 1977.

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
CAPÍTULO I	
Pré-História. A memória antes da escrita	7
CAPÍTULO II	
Nascimento de Clio	11
CAPÍTULO III	
A história em Roma	21
CAPÍTULO IV	
A historiografia chinesa: a memória cristalizada	33
CAPÍTULO V	
Cristandade e história. A lenda dos séculos obscuros	41

CAPÍTULO VI	
A historiografia árabe	53
CAPÍTULO VII	
O tempo e a história dos humanistas (séculos XV e XVI)	61
CAPÍTULO VIII	
A história dos eruditos, dos filósofos e dos homens de letras (séculos XVII e XVIII)	73
CAPÍTULO IX	
O século da história	91
CAPÍTULO X	
A historiografia marxista	111
CAPÍTULO XI	
A Nova História hoje	119
CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA	139